



Numa reunião com os representantes eleitos da Região Pioneira foram tomadas algumas medidas que visam manter o equilíbrio da Cooperativa.

O QUE VALE É O TODO

Página 10



SOJA: AS DÍVIDAS PRORROGADAS PELA SECA

Página 4

COOPERATIVISMO: OS GAÚCHOS DECLARAM SUA INDEPENDÊNCIA

Página 3

UM ACORDO DE TRABALHO NO CAMPO

Página 6

O ARROZ NÃO NEGOU ESTA SAFRA

Página 18

UM EDUCAÇÃO ESPECIAL: O CONCURSO DOS 25 ANOS DA COTRIJUÍ

Suplemento

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal 111 - Ijuí, RS
Fone: PABX - (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues Borges, Oswaldo Olmíro Meotti, Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto, Bruno Eisele, Renato Borges de Medeiros.

Conselheiros (Efetivos)

Waldemar Michael, Walter Luiz Driemeyer, Arnaldo Hermann, Telmo Rovero Roos, Joaquim Librelotto Stefanello, Reinhold Luiz Kommers.

Conselheiros (Suplentes)

Rodolfo Gonçalves Terra, Euclides Marino Gabbi, Constantino José Goi, Vicente Casarin, Ido Marx Weiller, Erni Schünemann.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Antonio Bandeira, Rui Adelino Raguzzani, João Telló.

Conselho Fiscal (Suplentes)

José Carlos Vione, Antoninho Boiarski Lopes, Mário Hendges.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bícaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbú	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	45.000 t
Maracajú - Sede	65.000 t
Maracajú - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	26.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guafba	42.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 18.500 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



Registrado no Cartório de Títulos e Documentos do município de Ijuí, sob número 9.

Certificado de marca de propriedade industrial M/C11 número 022.775 de 13.11.73 e figurativa M/C11 número 022.776, de 13.11.73.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Moisés dos Santos Mendes

Composto no Jornal da Manhã, em Ijuí, e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

Ao leitor

"O que vale é o todo", diz a chamada principal da capa desta edição da matéria sobre as decisões que estão sendo tomadas pela Cooperativa. E foi assim, neste sentido, que a diretoria eleita abordou a questão ao mostrar os prejuízos que a fábrica de óleo de Ijuí apresentou no balanço passado, sugerindo o fechamento temporário desta indústria, e mantendo em atividade apenas a de Rio Grande, que tem uma capacidade muito maior de esmagamento. A decisão foi colocada nas mãos dos representantes da região Pioneira, que em maioria (63 contra quatro votos) se posicionaram a favor da proposta.

O porquê da fábrica ter dado prejuízo está explicado na matéria da página central. Se é um consolo saber, não é apenas a Cotrijuí que está desativando uma indústria de esmagamento de soja. Outras cooperativas também viram este caminho como solução para reduzir os altos custos das fábricas. E há inclusive um trabalho de pesquisa da Fecotrigo, do ano passado, que chega a uma conclusão até bem pouco tempo difícil de acreditar: as cooperativas que não mantinham indústrias estavam conseguindo melhores preços aos produtores.

Na mesma reunião onde se decidiu pelo fechamento da fábrica, foi aprovada a adoção do cartão de aptidão. Este cartão, já implantado há alguns anos atrás, deverá conceder certos estímulos aos produtores que efetivamente comercializam suas safras na Cooperativa. Em princípio, ele dará direito a descontos na loja, mas tanto os critérios exatos para sua concessão como as formas de utilização ainda estão para ser aperfeiçoadas. Inicialmente ele será adotado apenas na Região Pioneira, sendo necessário que nas demais regiões o assunto também venha a ser debatido. Duas outras medidas também visam premiar os associados fiéis: o repasse para as culturas de inverno e as sementes de trigo só serão concedidos a quem comercializar a safra de soja na Cotrijuí. As razões destas medidas também estão bem colocadas na página central.

As cooperativas foram pedir e as autoridades de Brasília concordaram: as dívidas provocadas pela frustração da safra de soja ficam mais uma vez prorrogadas. A medida foi adotada de forma diferente para os pequenos e os médios e grandes produtores. Na página quatro se fala do assunto. Ali também se mostra os números do prejuízo: cinco sacos por hectare, ou Cr\$ 10.000,00. Para os produtores gaúchos são Cr\$ 36 mi-

lhões que deixam de entrar na propriedade.

É também por causa da frustração que os preços da soja até chegaram a surpreender no início de maio. Todo o comportamento do mercado está analisado na matéria da página cinco.

Enquanto os produtores de soja amargam outra frustração, o pessoal da Fronteira, que plantou arroz, não tem muitos motivos para queixa. Além da boa safra, garantida pela irrigação, os arroteiros estão também encontrando compensação nos preços. Com o movimento do ano passado, quando reivindicavam um tratamento mais justo para sua produção, os produtores garantiram para esta safra uma comercialização que está até compensando os anos ruins. Que tomara fiquem só no passado. Veja na página seis.

O presidente Figueiredo dá seu apoio ao cooperativismo num momento bastante importante para o sistema no Rio Grande do Sul. O apoio foi manifestado em Porto Alegre, quando do lançamento oficial da campanha do PDS para as eleições de 15 de novembro. E é significativo por dois motivos: a campanha da grande indústria e do grande comércio contra o cooperativismo, uma questão antiga, é um deles. O outro é a declaração de independência do sistema gaúcho, o mais desenvolvido do País, que quer efetivamente caminhar por seus próprios meios. Isto aconteceu durante um seminário estadual realizado em Canela, como se conta na página três.

Este mês o Cotrisol e o Suplemento de Educação se fundiram para tratar de um assunto muito importante: o concurso nas escolas sobre o cooperativismo e os 25 anos da Cotrijuí. O regulamento foi publicado já na edição passada e agora se tenta levar mais informações para que os estudantes possam participar.

A revisão cochilou bastante na edição passada, e algumas informações saíram incorretas: na página 20, o senador cooperativista José de Souza Martins é do Rio Grande do Norte, e não do Rio Grande do Sul. Na página central, quando se fala da mudança do estatuto, a data correta do novo exercício da Cooperativa é de 1º de outubro a 30 de setembro. E na página 20, sobre culturas de inverno, leia-se centeio no lugar de cevada no último parágrafo.

Do leitor

PESQUISA

Lendo os artigos deste jornal concluí que seria uma fonte de pesquisa, onde professor e alunos juntos poderão manuseá-lo. Sou professora e estudante da Fidene, onde a qual nos informou que em caso de carência da escola a Cotrijuí enviaria esse jornal gratuitamente. Por isso estou me dirigindo até vocês, pedindo que dentro da medida do possível enviem para a nossa escola o jornal, juntamente com suplementos (Educação e Infantil) onde essa ficará muito grata e reconhecida pela atenção recebida.

Nadir T. L. dos Santos
Três Palmeiras - Ronda Alta - RS

SUPLEMENTOS

Sendo antigo leitor do Cotrijornal desde que apareceu na cidade, e sempre por intermédio do escritório do vosso associado sr. Oscar Vicente e Silva, venho por intermédio da presente solicitar de V.Sa. o obséquio de registrar uma assinatura em meu nome desse útil jornal, inclusive os suplementos.

Sendo o que me oferece no momento, firmo-me com estima e distinta consi-

deração, antecedendo meus sinceros agradecimentos pelo bom acolhimento da presente.

Dirceu Coutinho Leite
Dom Pedrito - RS.

AGRÔNOMO

Passo a lhes escrever comunicando que ultimamente não tenho recebido nenhuma edição do "Cotrijornal", o qual já me tem sido enviado há mais de três anos.

Há alguns meses atrás fui comunicada de que seria necessário avisar-lhes, caso quisesse continuar recebendo o jornal, eu por interesse próprio lhes escrevi pedindo que continuassem me enviando o mesmo, pois confesso-lhes que muito me foi útil o que até agora aprendi através das publicações desse valioso jornal.

E é por isso que estou escrevendo, porque realmente sinto falta desse tão precioso instrumento que muito tem contribuído para minha formação profissional.

Concluí o curso de Agronomia nesse final de 81 e afirmo-lhes que adquiri muitos conhecimentos através do Cotrijornal.

Por isso aproveito a ocasião para mais uma vez cumprimentá-los pelo excelente trabalho realizado e pela riqueza dessas publicações.

E, se for possível, lhes peço encarecidamente que me continuem enviando novamente o jornal, pois é um prazer para mim usufruir desse exitoso material.

Na certeza de que serei atendida, desde já lhe fico agradecida.

Vera Lúcia Leal
Pelotas - RS

NR: não recebemos a sua primeira correspondência, que deve ter sido enviada ainda no início do ano passado. Depois disto, entramos mais uma vez em contato com nossos leitores, comunicando a decisão de cobrarmos um pequeno valor pela assinatura do Cotrijornal para os interessados em recebe-lo e que não fazem parte do quadro social da cooperativa. O valor é de Cr\$ 1.000,00 por ano, e deve ser enviado em forma de cheque nominal para a Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. (Rua das Chácaras, 1513, Ijuí). Ficamos aguardando.



O cooperativismo gaúcho dá seu grito de independência, numa tentativa de cada vez mais caminhar com seus próprios pés.

As decisões tomadas durante o VI Seminário Estadual de Cooperativismo, realizado em Canela, prometem ficar na história, como se conta nesta matéria elaborada pelos jornalistas Caco Schmidt e Sérgio Becker. Entre as decisões está o rompimento com a OCB, o fortalecimento da OCERGS, e elaboração de um programa político visando as próximas eleições de 15 de novembro. Não se vai elaborar listas sobre em quem votar, mas sim mostrar aos candidatos o que os cooperativados desejam.



A maioria dos participantes representava cooperativas de produção, que é o maior e mais forte segmento do sistema gaúcho

A HORA DE CAMINHAR COM OS PRÓPRIOS PÉS

Muito antes do que se esperava, o VI Seminário Estadual de Cooperativismo começou a apresentar resultados. Realizado na segunda quinzena de abril, o Seminário resultou em duas decisões das mais importantes: a efetiva participação dos cooperativados no processo Estadual e o rompimento do cooperativismo gaúcho com a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Conseqüência disso, as Federações e Centrais de Cooperativas do Estado vão transformar a OCERGS (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul) para que ela se torne a verdadeira entidade representativa do sistema.

Acontece que uma semana depois destas medidas, as Federações e Centrais gaúchas passaram a receber comunicados de Brasília nos quais a OCB pedia informações sobre a programação anual destas entidades. Coisa que muita gente estranhou, porque nunca tinha acontecido antes. E nem bem tinham passado dez dias desde o término do encontro em Canela, o presidente João Baptista Figueiredo manifestou seu apoio ao cooperativismo gaúcho, num de seus discursos, quando veio ao Rio Grande do Sul lançar oficialmente a campanha eleitoral do PDS. Coisa que também é difícil de acontecer, ainda mais quando o cooperativismo vem sendo atacado por outros setores da economia, como a grande indústria e o grande comércio.

O VI Seminário reuniu durante dois dias 150 lideranças dos diversos segmentos do cooperativismo, e teve a participação, em sua maioria, de dirigentes de cooperativas de produção, que é o segmento mais forte. Além daqueles princi-

pais decisões, chegou a outras um bocado importantes. A OCERGS saiu do encontro autorizada a estudar a possibilidade de criarmos aqui um Conselho Regional de Cooperativismo para resolver as questões jurídicas do sistema. Outra decisão é que o cooperativismo deverá cada vez mais se auto-gerir, isto é, caminhar com seus próprios pés, assumindo algumas atribuições que até hoje são do INCRA, como a fiscalização das cooperativas. Uma também das importantes conclusões foi em relação à forma de participação dos cooperativistas gaúchos no processo eleitoral em andamento.

SEM LISTAS

Em Canela as decisões resultaram de um acalorado debate, porque havia posições as mais variadas e até contrárias algumas vezes. E o assunto mais discutido, como já se esperava, foi em relação a participação política. É que havia uma forte corrente a favor da listagem e indicação de nomes de candidatos, independentemente de partidos, que se identificam com as causas do cooperativismo. Mas também havia muita gente que pensava que este é o caminho mais perigoso e que o melhor é discutir até estabelecer um programa básico para ser apresentado aos políticos para que se comprometam ou não com este programa. "Fazer listas é muito perigoso, porque se constitui numa forma muito subjetiva de agir. O que é bom para um, pode não servir para outro. A única experiência que se assistiu de listagem de políticos provocou um resultado contrário ao esperado e terminou prejudicando a própria instituição que a elaborou". A advertência foi do presidente da

Cotrijuí, Ruben Ilgenfritz da Silva, quando argumentou a favor do programa ao invés de listas. E depois de ter citado o exemplo da Igreja no episódio da aprovação da lei do divórcio, ele esclareceu que "ninguém pretende levar os partidos políticos para dentro das cooperativas, mas o princípio da neutralidade partidária não significa omissão. É próprio do cidadão participar ativamente da política de seu País".

E terminou acontecendo o que o próprio presidente da Cotrijuí havia previsto ao falar antes do início do Seminário, de que as lideranças estavam reunidas ali para trocar idéias e rever suas posições, a ponto até de mudanças de 180 graus. Assim, aqueles que começaram insistindo na formação de listas terminaram reconhecendo que a melhor forma é realmente a elaboração de um programa base. E dirigentes que não puderam ir a Canela por causa dos problemas surgidos na comercialização das safras de verão, também concordaram com o programa ao serem ouvidos depois.

INÍCIO E FIM

Assim como o encontro de Canela, a reestruturação da OCERGS e a feitura deste programa ou cartilha política tem como fim último o associado de cooperativa. No caso dos produtores rurais, a partir das conversas de bolicho, reuniões de núcleo, é que as coisas devem acontecer. Nestes encontros o produtor deve dizer o que espera da "nova" OCERGS e da classe política.

Acontece que a Organização Estadual das Cooperativas está mudando. Ao invés de ser dirigida por uma diretoria, ela vai ter a participação de um conselho, forma-

do pelos presidentes de Federações e Centrais dos diversos segmentos. Naquelas em que não houver ainda este tipo de representação ou será criado ou então a própria OCERGS vai dar um jeito de fazer o segmento se representar. É o caso das doceiras de Pelotas, por exemplo, que dificilmente formarão uma central e federação de doceiras. E os representantes de todos os segmentos vão sentar ao redor de uma mesa para discutir e chegar a uma posição comum. Assim, depois de muito quebra-pau, o sistema, através da OCERGS, vai dizer para as autoridades e para toda a sociedade brasileira o que pensa sobre isso ou aquilo.

Do mesmo jeito deve funcionar a participação dos cooperativados na elaboração de um programa político. Como cada um tem ou vai ter uma preferência de partido ou candidatos, o jeito é dizer quais as questões que gostaria de ver resolvidas com a ajuda da classe política para que, num novo encontro promovido pela OCERGS, as lideranças escrevam um documento comum, resumindo o que o sistema cooperativo quer. Este programa será a cartilha com que os cooperativados vão se comunicar com os políticos para dizer o que desejam. E não pode haver decepções, porque, afinal, em Canela, o sistema assumiu um compromisso muito sério perante a sociedade brasileira, que foi resumido assim pelo presidente da Fecotrijo, Jarbas Pires Machado: "Defendemos a ampla liberdade de participação política; apoiamos a realização de eleições em 15 de novembro e todos os cooperativados vão participar deste processo através de um programa próprio".

MEDIDAS QUE ALIVIAM A FRUSTRAÇÃO DA SAFRA



Os minis e pequenos produtores poderão comercializar livremente 20% da sua safra

Nunca se perdeu tanto

Nunca o produtor gaúcho perdeu tanto com a safra de soja como este ano. Bons tempos aqueles lá dos idos de 1973, quando esta lavoura deixou um resultado equivalente a 700 quilos (ou quase 12 sacos) por um hectare plantado. Nesta safra, num cálculo médio para o estudo realizado pela Fecotrigo, os produtores perderam cinco sacos de produto, o que vai representar um prejuízo financeiro de Cr\$ 10 mil por hectare, levando por conta um preço de Cr\$ 2.000,00 pelo saco de 60 quilos. No geral, isto representa um prejuízo, segundo a Fecotrigo, de Cr\$ 36 milhões para os produtores gaúchos.

De ano a ano o produtor foi sempre ganhando menos pelo trabalho na lavoura de soja. Depois do recorde conseguido em 1977, com 787 quilos por hectare, o rendimento só deu para cair. No ano da primeira frustração, em 78, a rentabilidade proporcionada pela dife-

rença entre o resultado da comercialização e o custo da produção, ficava apenas em 157 quilos por hectare. No ano seguinte, em 79, foi que se conheceu o primeiro resultado negativo: a média geral do estado se traduziu numa perda de 27 quilos por hectare. Agora nesta safra, levando em conta —pelos cálculos da Fecotrigo— a necessidade de colher 23 sacos para cobrir o custo da produção, o prejuízo real ficou em cinco sacos, já que a produtividade média do Rio Grande do Sul deverá ficar em torno de 18 sacos por hectare.

Da previsão inicial de uma colheita de 6 milhões de toneladas, a produção gaúcha deverá fechar num número próximo de 3,8 milhões de toneladas, com uma quebra, portanto, de 37 por cento. Assim também se reduz as primeiras previsões sobre a safra brasileira. No lugar dos esperados 15 milhões de toneladas, o país deverá colher entre 12,5 e 12,8 milhões de toneladas de soja.

As autoridades de Brasília, este ano, foram bastante sensíveis às dificuldades que os produtores gaúchos de soja enfrentam depois de mais uma frustração na sua colheita. Se não atenderam todas as reivindicações que um grupo de dirigentes de cooperativas e ainda da Fetag e da Farsul foram levar no início do mês de maio, ao menos autorizaram a adoção de medidas que vão aliviar um pouco a vida dos sojicultores.

Os mini e pequenos agricultores poderão comercializar livremente 20 por cento de sua safra sem precisar comprometer o que conseguirem na comercialização desta parcela para liquidar seus financiamentos no custeio. O dinheiro que apurarem na comercialização destes 20 por cento de sua colheita poderão ser empregados na manutenção da família até a próxima safra. Já os médios e grandes produtores, que não tiverem suas perdas cobertas pelo Proagro, terão suas dívidas prorrogadas por um período de três anos. Uma terceira medida foi a de permitir a liberação, o mais rápido possível, dos recursos de custeio para a próxima safra de trigo (veja matéria sobre o assunto na página 8). Uma terceira decisão diz respeito a liberação total dos EGFs (Empréstimos do Governo Federal) para o milho.

O QUE SE PEDIA

A caravana que foi a Brasília levava um leque de pedidos ao governo. Lá eles mantiveram reuniões com o ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto; da Agricultura, Amaury Stábile; e da Fazenda, Ernane Galvêas. As reivindicações estavam divididas em quatro grupos:

Para mini e pequenos produtores: liberação de financiamentos para manutenção familiar (a exemplo do crédito de emergência concedido em outros anos), na base de Cr\$ 10 mil por hectare de soja plantado, com limite máximo de Cr\$ 300 mil por produtor. Este financiamento seria 50 por cento

pago em 30 de junho de 1983 e o restante em junho de 1984; prorrogação dos saldos ainda existentes dos financiamentos de custeio de soja após a liquidação da presente safra, não indenizáveis pelo Proagro, inclusive juros, por dois anos, nas mesmas condições de prazo pedidas para manutenção familiar; prorrogação das prestações de financiamentos de investimento que têm seu vencimento neste ano, para um ano após a data de vencimento destes contratos, inclusive com capitalização de juros.

Para médios e grandes produtores: as mesmas prorrogações pedidas para os pequenos e a elevação, em caráter excepcional, das margens de financiamento dos créditos de custeio da próxima safra de soja, de 70 para 90 por cento do VBC no caso dos médios, e de 50 para 80 por cento nos grandes, desde que tenham obtido nesta safra colheita igual ou inferior a 25 sacos por hectare.

Para cooperativas: financiamento especial, permitindo que elas possam suportar a crise financeira proveniente da deficiência de recursos que virá em função da frustração, em montantes e condições a serem propostas por representantes do Banco do Brasil, BNCC e Fecotrigo, até o fim de maio.

Outras medidas, de caráter geral: elevação dos EGFs de semente de soja para 100 por cento da produção, a fim de garantir o fornecimento do insumo para a formação da próxima safra e a imediata liberação dos financiamentos de custeio do trigo.

Se nem todas as reivindicações forem atendidas, fica de positivo a certeza que a corda não vai apertar tanto em torno do pescoço dos produtores que amargam mais uma frustração. A liberação para a venda livre de 20 por cento da safra, no caso dos mini e pequenos produtores, por exemplo, na prática também representa uma prorrogação dos prazos de vencimento dos créditos de custeio.



A produção brasileira deste ano fica reduzida para 12,5 ou 12,8 milhões de toneladas

O comportamento do mercado

No mundo dos negócios, a desgraça de alguns acaba sendo a sorte de outros. E isto mais uma vez se aplica bem direitinho, agora no caso do mercado para a soja, que está pagando preços até nem esperados para esta época do ano. É que a frustração de safra brasileira, especialmente a gaúcha, deixou as indústrias sem produto para fazer óleo de soja e farelo. Na falta do produto, elas se obrigam a pagar mais para os produtores comercializarem sua soja. Tanto que está valendo muito mais a pena deixar de exportar, pois o mercado internacional, controlado pela Bolsa de Chicago, está pagando preços mais baixos do que o mercado interno. E este é um fato novo este ano, e que até surpreende muita gente especialista em análise de mercado de soja. Para entender o que está acontecendo, fomos buscar a opinião da Cotriexport — a subsidiária da Cotrijuí que cuida da comercialização dos nossos produtos — e também do professor Argemiro Luís Brum, da Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas, da Fidene.

OS DOIS MERCADOS

O primeiro ponto a ser analisado, conforme o Júlio Rosa, responsável pela comercialização de soja na Cotriexport, é que o mercado para o produtor deve ser dividido em duas partes: o mercado interno e o mercado externo. A frustração brasileira pouco influenciou o mercado internacional, isto porque existe um grande estoque de soja americana, mas é ela quem melhor explica os preços mais altos pagos pelo mercado interno. Diz o Júlio:

— O mercado interno, devido a uma capacidade de esmagamento muito maior do que a produção, tem remunerado melhor. A explicação é a velha lei da oferta e da procura. No caso, maior procura do que oferta.

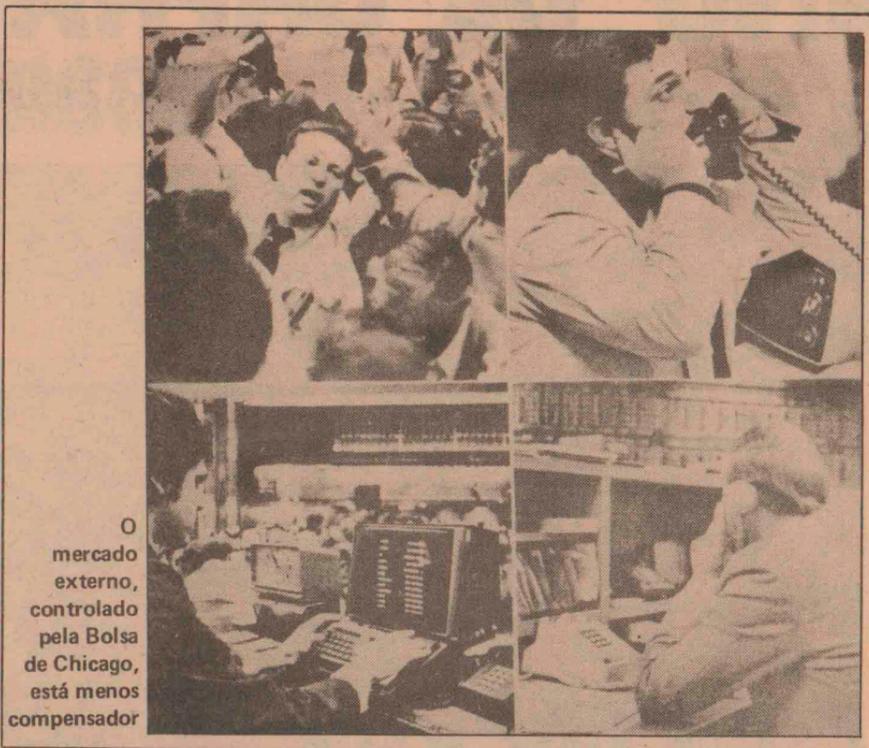
Mas há ainda outro ponto a destacar, como bem lembra o professor Argemiro: o conflito nas Malvinas, com a disputa destas ilhas entre Argentina e Inglaterra, torna mais difícil a importação de soja argentina pelas indústrias brasileiras (o chamado draw-back). É que o país vizinho colocou uma taxa de 10 por cento em cima de toda exportação, o que encarece o produto e o torna menos atrativo para as indústrias, mesmo que elas precisem de muita soja para que seus equipamentos não fiquem parados. É o Argemiro quem conta:

— No ano passado, quando a safra brasileira foi de 15 milhões de toneladas, as indústrias esmagaram 13 milhões, isto porque ainda importaram perto de um milhão de toneladas. Este ano, com uma safra que vai ficar perto de 12,5 milhões de toneladas, a capacidade ociosa fica muito maior.

ESTOQUE É GRANDE

No mercado internacional a guerra pelas Malvinas também tem lá suas influências. É que os países europeus, em solidariedade com a Inglaterra, estão boicotando as compras de soja Argentina. Problema muito grande isto não representa, pois a Rússia já se apresentou para comprar o produto. Mas acontece que o boicote termina sendo bom para os americanos, que estão com um estoque bastante grande de produto, depois de uma safra cheia no ano passado (nada menos do que 57 milhões de toneladas). O Júlio Rosa é quem diz:

— A guerra pelas Malvinas influencia e dá suporte ao mercado porque traz consequências a outras áreas, como o mercado financeiro internacional, o co-



O mercado externo, controlado pela Bolsa de Chicago, está menos compensador

mércio de petróleo e aos metais.

O Argemiro lembra que tanto a frustração brasileira como o conflito aqui no Sul já provocaram uma reação na bolsa de Chicago. Mas hoje, a confirmação da quebra da safra brasileira já nem mexe mais com os preços, "que isto o mercado já absorveu". O desenrolar da guerra pode ainda fazer balançar os preços no mercado. Só que não muita coisa, como explica o Argemiro:

— A maior influência no mercado internacional é a recessão econômica do mundo inteiro, inclusive nos países desenvolvidos. Isto faz com que os países importadores — tanto de grão, como de farelo e de óleo — comprem apenas o necessário para comer e não para fazer estoques. É por isto que a recessão está pesando mais no mercado do que a própria guerra.

O VALOR DO DÓLAR

Com a recessão é grande, o dólar (que é a moeda usada em todo comércio internacional) passa a valer mais em relação às moedas dos outros países, principalmente dos países europeus, os maiores importadores do produto. Assim, para comprar a mesma quantidade de soja, estes países precisam dar mais dinheiro em troca. Por esta razão é que eles deixam de fazer estoques.

Além disso também está circulando menos dinheiro no mercado. Isto em parte se explica, conforme o Argemiro, pela baixa no preço do petróleo. O Oriente Médio — onde estão localizados os maiores produtores de petróleo — já não está com tanto dinheiro como nos tempos em que cobrava mais caro por seu principal produto. Assim, os árabes deixaram de investir no Ocidente e inclusive estão se vendo forçados a pedir empréstimos nos bancos internacionais para poder pagar os investimentos feitos há algum tempo.

Outra coisa que está pesando para segurar os preços da soja é a cotação do ouro, o metal mais precioso do mundo. Ele está valendo menos do que há algum tempo atrás, e mesmo que exista uma reação de preço, isto não vai interferir significativamente nas negociações com a soja.

Tanto Júlio Rosa como Argemiro Luís Brum acreditam que os preços pagos no início de maio estavam melhores inclusive do que se esperava. Diz o Argemiro:

— Quando nós conseguimos, em outubro do ano passado, ao se abrir o mer-

cado futuro, o preço de Cr\$ 2.000,00 para junho e Cr\$ 2.200,00 para julho, se achava que estes eram uns baitas preços. Hoje, porém, o mercado está pagando melhor.

Ou como diz o Júlio:

— Muitos produtores se diziam satisfeitos de verem a soja a Cr\$ 2.300,00 para pagamento em 31 de julho. Hoje temos os preços a Cr\$ 2.420,00, e se as afirmativas anteriores eram verdadeiras, o preço é bastante compensador.

A HORA DE VENDER

O comportamento do mercado daqui para a frente ninguém se arrisca a prever com exatidão. A guerra nas Malvinas pode ainda trazer alguma surpresa, principalmente se os dois países envolvidos não chegarem a um acordo de paz. A influência maior, daqui para frente, deve ficar mais uma vez com a safra americana. Já se sabe agora que os Estados Unidos plantarão pelo menos uma área dois por cento maior com soja neste ano. Se agora já existem estoques maiores do que ano passado, esta expectativa de plantio só serve para reduzir ainda mais os preços no mercado internacional. Agora, se os americanos enfrentarem problemas no plantio e no desenvolvimento da sua safra, estaria criado um fator de desequilíbrio no mercado.

Quanto aos preços internos, como lembra o Argemiro, tudo vai depender de como acontecer a comercialização. Na medida em que os produtores comercializarem mais seu produto para pagar os financiamentos de custeio, as indústrias terão mais grão para esmagar. Isto poderá forçar o preço para baixo. Mas também se persistirem as dificuldades de importação em regime de draw-back (o importar com objetivo de aproveitar a capacidade de esmagamento das indústrias) a situação pode se alterar.

É por isto que o Argemiro recomenda que os produtores fiquem bem atentos às cotações do produto, para não deixar passar uma boa oportunidade de comercialização. O Júlio acredita que "esperar para uma venda futura não nos parece uma má idéia, desde que não se arrisque nesta tentativa uma parcela muito grande da produção. O mercado de final de ano sempre sofre uma concorrência da safra americana recém colocada à venda e é bastante peculiar".

Técnicos renovam sua ATARGS

A aquisição de uma sede própria, em Porto Alegre, é a principal meta da nova diretoria da ATARGS (Associação dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul) eleita nos primeiros dias de maio, durante uma assembléia geral realizada em Ijuí. Participaram do encontro 160 profissionais de diversas localidades do estado, que também aproveitaram a oportunidade para discutir o projeto de regulamentação da profissão que já foi encaminhado ao Ministério do Trabalho.

A nova diretoria da ATARGS é encabeçada por Edgar da Silva, de Osório. O vice-presidente é um técnico da Cotrijuí, Sadi Ferreira, de Ijuí. Os demais integrantes são: José Edil da Silva Gomes, de Porto Alegre, como secretário geral; Paulo Bueno de Oliveira, de Osório, como segundo secretário; Henrique Holtermann, de Porto Alegre, como tesoureiro geral; Gilberto Aiolfi, de Santo Ângelo, como segundo tesoureiro. Os suplentes da diretoria são Ari dos Santos Braga (da Cotrijuí, em Ijuí), Eromar Miguel de Toledo, de Cruz Alta, e Valdecir Valério da Silva, de Palmeira das Missões. Os conselheiros fiscais efetivos são Pedro Pittol (também da Cotrijuí, de Ijuí), Osvaldo Martins e Nildo Gallon, os dois de Porto Alegre. Como suplentes do Conselho Fiscal foram eleitos Geraldo Tedesco, de Veranópolis, Ademar Basso, de Osório, e Adelar Loch, de Garibaldi.

A reunião dos técnicos gaúchos ainda teve uma parte esportiva, com um torneio de futebol que contou com a participação de 12 equipes. Os técnicos de Ijuí venceram a partida final contra os de Santa Rosa, que ficaram com o título de vice-campeões.

Eleições na Cotriexport

O advogado Homero Bellini é o novo presidente executivo da Cotriexport, a subsidiária da Cotrijuí que cuida de exportações e importações. Bellini, que era diretor da empresa, foi eleito dia 20 de abril, e assume o cargo em substituição a Oswaldo Olmiro Meotti, por uma gestão de um ano. Na vice-presidência ficou Edward Roy Haybittle, e Rudy Erich Boger é o diretor.

O Conselho de Administração da Cotriexport passa a ter a presidência de Oswaldo Meotti, e Arnaldo Drews assume a vice-presidência. Os conselheiros eleitos são os seguintes: Ruben Ilgenfritz da Silva, Clóvis Adriano Farina, Nedy Borges, Euclides Casagrande, Bruno Eisele, Waldemar Michael, Toshio Shibuia e Byron Rubem Marinho. Os dois últimos conselheiros são representantes do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

UM ANO DE SAFRA CHEIA

A lavoura foi bem, e o mercado nunca esteve tão favorável como agora

Enquanto os produtores de soja amargam mais uma frustração na sua colheita, os orizicultores só têm motivos de satisfação. Nem a estiagem do mês de janeiro chegou a comprometer o potencial da planta e durante a época de colheita se viveu um clima até parecendo encomendado para não deixar quebrar a produção. Além disso, entre todas as culturas de expressão dentro do país, é o arroz quem se acha na melhor situação em termos de mercado, com preços bem acima do básico estabelecido pelo governo e que corrigido para o mês de janeiro chega a Cr\$ 1.676,00. Na Cotrijuí, por exemplo, os orizicultores de Dom Pedrito estão recebendo de adiantamento Cr\$. 2.300,00 pelo arroz agulhinha, Cr\$. 2.200,00 pelo agulha e Cr\$ 1.900,00 pelo japonês.

A boa produção de arroz este ano se deve, em boa parte, ao sucesso que está fazendo a variedade BR/IRGA-409, que ocupou uma maior área de plantio nesta safra. Pelo menos 20 por cento da lavoura de arroz em Dom Pedrito, como calcula o agrônomo Marcelo Rech Pereira da Costa, foi formada pela BR/IRGA-409. É o Marcelo quem conta o comportamento da variedade:

— Além da alta produtividade— em torno de 280 sacos por quadra — ela deu um alto rendimento a nível de engenho, com uma média de 52 grãos inteiros. Além disso, por ser de porte baixo, pode receber uma boa adubação sem o perigo de acamar. Sua grande exigência, porém,



As perdas, em função da estiagem, não são consideráveis

é a área onde é plantada, que deve ser em regiões bem planas para não haver falhas na irrigação.

O CLIMA AJUDOU

Lá pelo final do mês de janeiro a produção de arroz parecia que também seria prejudicada pela estia-

gem. A situação já vinha preocupando principalmente os produtores que irrigam suas lavouras com a água do rio Santa Maria, que ficou num nível bastante baixo. A sorte é que bem na época da floração veio a tão esperada chuva e assim, como conta o Marcelo, "as perdas no arroz não são consi-

deráveis".

No mais, o clima foi sempre favorável à produção, como lembra o técnico Odir Luis Sphor:

— Como também não houve muita variação na temperatura, esta safra não teve maiores problemas de quebra de grão tanto na lavoura como na colheita. São poucas as cargas de arroz que entram com rendimento baixo. Há o caso da BR/IRGA 410, que em produtividade superou a BR/IRGA-409, mas perde em rendimento, com uma média de 36 grãos inteiros.

Com um clima também excepcional para a colheita, com dias claros e sem chuva, não houve qualquer atraso nesta fase da produção. É como diz o Odir:

— O pessoal plantou na época adequada e então também se concentrou o período de colheita, onde se pode dizer que houve zero por cento de perda.

PRODUÇÃO

A área ocupada por arroz este ano em Dom Pedrito foi de 28 mil hectares e a produtividade média deverá superar a alcançada na safra passada. Contra os 146 sacos por quadra colhidos em 80/81, este ano ela deverá ficar nos 150 sacos. Em todo Rio Grande do Sul a estimativa de produção para este ano chega aos 2,6 milhões de toneladas, contra 2,45 milhões colhidos na safra passada, que foi um ano de quebra na produção. No Brasil, a estimativa é de uma safra que alcance 9,4 milhões de toneladas.

Os estoques podem baixar o preço

A mobilização dos produtores de arroz no ano passado mostrou seus resultados favoráveis na comercialização da safra de 81/82. Em 10 meses, a contar de junho de 81 até início de abril deste ano, os preços subiram nada menos que 161,6 por cento, enquanto a inflação brasileira, neste mesmo período, foi de 71 por cento, conforme análise feita pelo boletim número 1 da Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas da Fidene. Só que a tendência, a partir de agora, de acordo com o boletim, é de estabilização e mesmo queda nos preços:

"É possível que até meados do ano, os preços estejam bastante defasados provocando novos reclamos dos orizicultores, os quais desta vez dificilmente serão ouvidos, pois o excedente de arroz que se prevê é muito elevado e o consumo não dá mostras de aumentar".

Com a boa safra deste ano, inferior apenas ao recorde de produção alcançado em 75/76 (quando se chegou a uma produção nacional de 9,57 milhões de toneladas), o Brasil poderá ficar com um estoque de 1,9 milhão de toneladas, o que é 8,6 por cento superior ao estoque final do ano comercial encerrado agora em fevereiro/março. De acordo com a análise de mercado feita pelo boletim da CRIAEC, este estoque muito elevado deverá determinar uma queda nos preços reais ao produtor.

Diz o boletim que sendo o arroz "um produto de mercado interno, grandes safras têm suas possibilidades de comercialização dificultadas, na medida em que o poder de compra do consumidor diminui. Por outro lado, exportações praticamente não acontecem em grande vo-

lume, pois a grande maioria dos países do mundo produzem arroz para seu próprio consumo, e o Brasil não tem tido volumes expressivos de excedente para se aventurar e se tornar um tradicional exportador de arroz. Pelo contrário, importa, como aconteceu com a importação de arroz no início de 1981, quando os produtores nacionais estavam começando a largar no mercado mais uma boa safra".

Arroz (em casca) — Brasil, oferta e demanda — Ano comercial Março/Fevereiro (em 1.000 toneladas)

	1982/83
Estoque inicial	1.741
Produção	9.400
OFERTA	11.141
Consumo interno	9.200
Exportação	50
DEMANDA	9.250
Estoque final	1.891

Fonte: Safras & Mercado CRIAEC — Fidene
Previsões. Dados convertidos para sua equivalência em arroz em casca.

Arroz — saco de 50 Kg — Rio Grande do Sul
Preços corrigidos para março/82 a nível de produtor rural

ANO	MARÇO (Cr\$)	VARIAÇÃO (%)
1980	2.439,52	—
1981	1.841,71	- 24,5
1982	1.900,00/2.100,00	+ 3,2/ + 14,0

Fonte: CRIAEC — Fidene

O trabalho compensou

Desde que os irmãos Forsin chegaram a Dom Pedrito, vindos de Fainal do Soturno, há 10 anos, nunca tinham conseguido uma colheita tão boa como nesta safra. Em 120 quadras tiraram 30 mil sacos de arroz verde, o que vai dar a invejável média de quase 7.350 quilos por hectare (a média gaúcha tem se mantido em 4 mil quilos).

Eles trabalham em seis irmãos em terras no Ponche Verde. Na parte de sua propriedade eles desenvolvem a pecuária, e arrendam terra para o plantio do arroz, milho e sorgo, sendo estas duas culturas para garantir o alimento da criação. Conta o Roque que nos primeiros anos em que estavam em Dom Pedrito eles plantaram trigo:

— Umás três safras fizemos com o trigo, e se colhia sem adubar, isto quando se começou a vida. Depois nosso forte era a soja e se plantou até 450 hectares. Agora sim estamos é no arroz.

LAVOURA SUPERIOR

Para eles, como explica outro irmão, o Luís, não existe lavoura superior ao arroz. O milho e o sorgo, além de servir para a criação, são também uma forma de aproveitar as máquinas necessárias para a lavoura de arroz. Sua boa produtividade, em parte, é explicada pela abundância de água, que eles puxam de uma barragem distante cerca de oito quilômetros das áreas de lavoura. Conta o Luís:

— Para nós não faltou água, que a gente não planta demais para não perder a lavoura no caso de seca. E o arroz, quanto mais seco o tempo, mais produz se não faltar água.

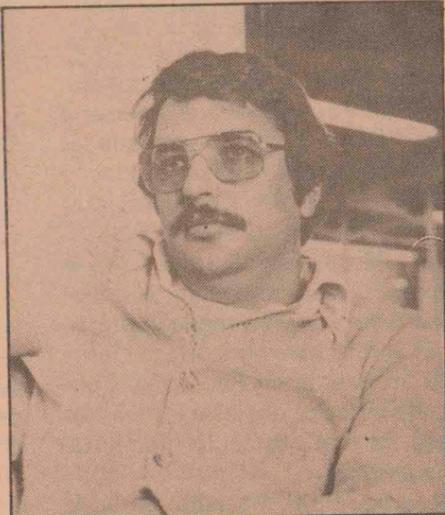
O que mais ajudou, porém, no seu modo de ver, foram as variedades novas plantadas este ano, as BR/IRGA 409 e a 410. As outras (Blue belle, BR/IRGA — 450 e Bico torto) mantiveram mais ou menos a mesma produtividade de outros anos:

— A melhor na lavoura foi a 410, que deu 50 sacos a mais por quadra do que a 409. E a 409 deu 50 sacos a mais que a Blue belle.

Os Forsin também ficaram satisfeitos com a comercialização do produto, "que em vista dos outros anos", explica o Luís, "agora o preço está melhor. É claro que comparando o aumento nos custos, o preço empata. A vantagem é produzir o máximo, que a despesa é a mesma".

PERDA COM ENCHENTE

Este ano quem também não tem nada a reclamar de preço é Edson Fontoura, que plantou 40 quadras em Rincão do Barreto:



Edson Fontoura: recuperou anos ruins

— Este preço foi muito bom para o lavoureiro, que recuperou os anos que foi ruim.

O que atrapalhou um pouco a produção de Edson nesta safra foi a enchente que atingiu a sua lavoura que fica na beira do rio Santa Maria. É que depois da estiagem do mês de janeiro, em fevereiro uma chuva fez desandar o nível do rio, atingindo a planta bem na época da floração. Nos seus cálculos a produção poderia ter ficado uns 2.000 ou 3.000 sacos acima dos 5.500 sacos que ele colheu.

— Tirando isto, no mais foi excelente a produção que se obteve na safra.

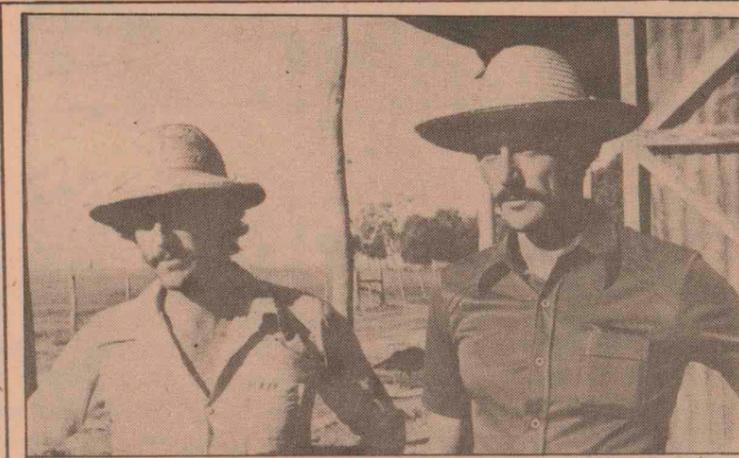
ÁGUA CARA

Mesmo em ano de safra cheia, outro produtor sentiu de perto os efeitos da água em medida errada na lavoura. Foi assim com Sabino Virgílio Moro, que plantou quase 80 quadras em Ponche Verde. No seu caso, foi a falta de água que comprometeu a produção. Ele irriga a lavoura com a água do rio e em janeiro começou a sentir o problema:

— É que eu errei a fechada para represar o rio, me atrasei e fiquei com pouca água. Deu só para dar uma enchida na lavoura.

Mesmo assim ele estava até tranquilo, pois compra água de uma barragem próxima. Só o que não esperava era que o direito da passagem do canal, que iria levar a água até sua lavoura, fosse cobrado tão caro por alguns dos quatro vizinhos por onde o canal teria que passar:

— Queriam Cr\$ 40 mil pela passada. Achei muito caro e fui falar no IRGA e lá me disseram que o valor era mais baixo. Até me aconselharam que eu soltasse a água de qualquer jeito. Também na cooperativa e no banco eu tive apoio nesta parte. Soltei a água, mas mesmo assim não foi o suficiente, e eu só pedia a Deus que



Roque e Luís Forsin: a melhor lavoura



Sabino Moro: água em medida errada

chovesse. Por sorte veio a bendita chuva e foram 99 milímetros e o rio pegou um metro de água de depósito.

Com toda esta função de falta de água, o seu Moro calculou ter perdido uns 4.000 sacos de arroz. No final das contas, ele colheu 19.300 sacos de arroz verde, o que ficou abaixo da média de 320 sacos por quadra que ele conseguiu no ano passado.

Ele ficou bem satisfeito foi com o comportamento do 409 na lavoura, "que foi o melhor tanto em produtividade como em rendimento. É um arroz de se plantar mais, que me deu, apesar de tudo, 330 sacos por quadra". Além do BR/IRGA-409, ele ainda plantou o americano e o bico torto, que também considera boas variedades, achando que de acordo com as terras se deve plantar uma delas.

SÓ ENCOMENDANDO

Ele é daqueles produtores que capricha na lavoura. Seu Moro conta que aquilo que planta, planta bem. "É tudo bem adubado, usando herbicida e inseticida. E o arroz, para produzir, tem que carregar na semente, que daí dá bastante cacho. Com pouca semente, o cacho dá grande, mas em pequena quantidade".

Na comercialização, ele acha que preço melhor do que este ano, "só encomendando". Ele entregou toda produção, tanto de arroz como de soja, na Cotrijuí, onde também achou poder contar com os melhores preços.

Para a safra do ano que vem, se plantar na mesma área que arrenda atualmente, seu Moro pretende se prevenir para uma eventual estiagem, fechando mais cedo a represa no rio.



Almir Viero: o produto de mais futuro

MAIS FUTURO

Para Almir Bianchin Viero, este foi, sem sombra de dúvidas, o melhor ano para o arroz. Em 34 quadras colheu 8 mil sacos de produto verde, e isto só plantando a variedade Blue belle:

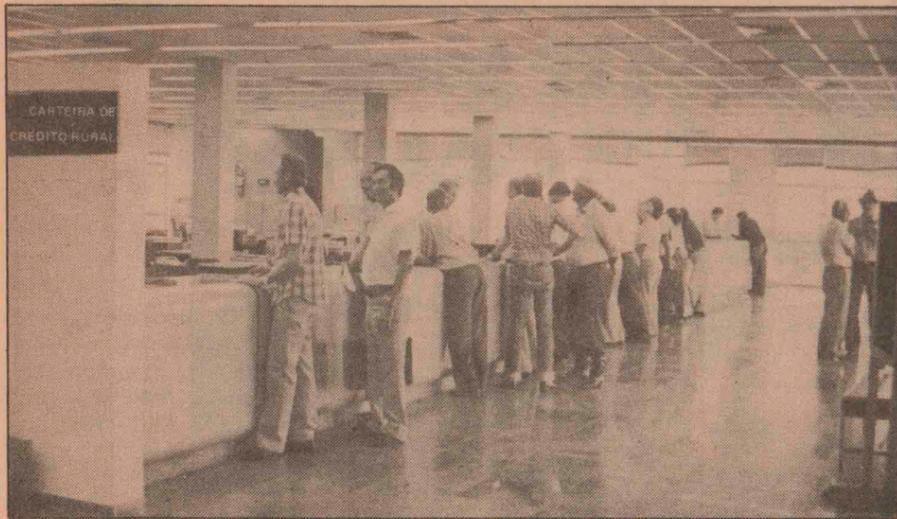
— Este ano começou bem para a planta, e tudo sempre deu bem. Plantei em quatro etapas, que nos outros anos plantando de uma vez só sempre apanhei por falta d'água. E toda lavoura deu bem, só a do cedo falhou uma parte, mas isto por problema de terra, que é terra manchada.

Ele só plantou a variedade Blue belle, por ter conseguido os melhores resultados no ano passado. Na sua escolha também contou a valorização do produto, a facilidade na colheita, e por ela ser de um porte de médio para baixo, o que evita o acamamento da planta.

Para Almir, o arroz é o produto de mais futuro na agricultura. Sua experiência com a soja, que plantou dois anos, foi bastante negativa. Na última safra que fez, colheu apenas 500 sacos em 100 hectares. No arroz ele tem mais confiança, mesmo que de 76 a 80, como ele conta, se tenha enfrentado anos brabos:

— O problema é o clima. Naquela época o clima não ajudava, que sempre chovia na época do plantio ou esfriava cedo demais. Este ano o arrozeiro não pode se queixar. Só reclama quem plantou mal, mas daí também não deveria ter motivo de queixa.

De preço ele até nem esperava tanta compensação como este ano, "que sempre eu vinha sendo castigado em preço. Todo meu arroz deu tipo 1 e 2, e na média vai me passar dos Cr\$ 2.400,00 o saco".

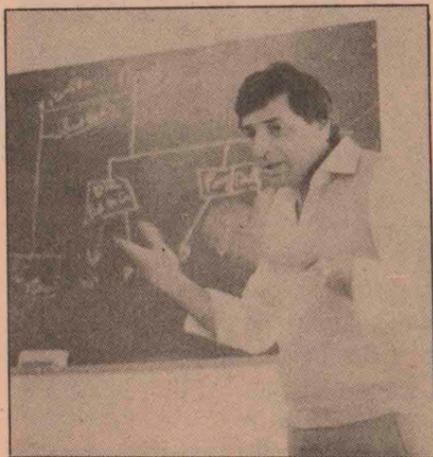


LIMITAÇÃO É NOVA MAS NÃO SURPREENDE

O presidente da Fecotrigo, Jarbas Pires Machado, não levou a Brasília, no início de maio, junto com dirigentes de cooperativas gaúchas, apenas reivindicações que amenizem um pouco as conseqüências da seca. Além dos apelos para que o governo tomasse medidas que levassem em conta os problemas causados pela estiagem às safras de verão (veja na página 4), ele tratou de uma situação nova para a agricultura, que é o atraso na liberação dos financiamentos de custeio para formação das lavouras de inverno.

A preocupação é realmente uma novidade, mas não chega a surpreender, como reconhece o presidente da Fecotrigo. No final do ano passado, o Conselho Monetário Nacional decidiu que, a partir de 82, os recursos para custeio das lavouras não mais ficariam em conta aberta. Com isso, ficou mais ou menos claro que poderia acontecer uma limitação de verbas, pois também a conta do custeio foi abrangida pela política de se restringir o crédito, que vem pegando todos os setores.

Essa orientação determina que as aplicações do Banco do Brasil, este ano, não sejam superiores a um



Jarbas: a fase é delicada

crescimento de até 65 por cento, em relação ao total aplicado em 81. Em síntese, e numa explicação simplificada, se uma agência aplicou, por exemplo, 10 bilhões de cruzeiros no ano passado, agora não deve conceder financiamentos que passem de um total de 16 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. Limitando o crédito, o governo pretende fazer com que a agricultura contribua para o controle da inflação e o equilíbrio da economia nacional.

FASE DELICADA

Mas o presidente da Fecotrigo constatou que esse limite é bem

mais abrangente, e vem restringindo inclusive a liberação dos EGFs (Empréstimos do Governo Federal), para comercialização das safras de milho e soja. O problema já foi, aliás, notado quando da solicitação das verbas de colheita das safras de verão, e agora apenas é agravado, quando o produtor começa a preparar as lavouras de inverno, como ressalta Jarbas Machado.

Em Brasília, ele ouviu dos ministros da Fazenda, Planejamento e Agricultura a promessa de que as verbas de custeio terão liberação apressada, a partir de agora, mas não está muito otimista. "Essa situação não é conjuntural, e sim o reflexo de uma tendência de escassez de recursos, com redução drástica das verbas para agricultura", afirma o presidente da Fecotrigo. Com isso, ele enfatiza que esse atraso não parece ser um obstáculo momentâneo e passageiro.

Jarbas Pires Machado entende que, se essa tendência persistir, o pequeno agricultor também será obrigado a recorrer à rede privada dos bancos, como já acontece com grandes e médios, para poder formar a lavoura. "A agricultura — diz ele — enfrenta uma fase extremamente delicada, com aumentos dos custos da produção e os baixos preços que o agricultor consegue pelo que produz". As restrições de crédito tornam essa situação mais difícil, "pois o produtor não tem como repassar custos e melhorar seus ganhos".

ONDE CHEGAR?

Para o presidente da Fecotrigo, "não é justificável que a agricultura tenha esse tipo de tratamento". Ele entende que "o país deve definir suas prioridades", dando maior atenção à produção e adiando projetos que não exijam tanta pressa ou não têm a mesma importância da atividade agrícola. Mas para que isso aconteça, segundo ele, é preciso bem mais do que simplesmente encaminhar reivindicações:

— Não basta que as cooperativas, os sindicatos e as federações de-

nunciem essa situação. É indispensável a mobilização do produtor, que precisa se definir diante dessas questões e passar a exercer a força política que ele não está exercendo. Devemos ter clareza de onde queremos chegar, para que consigamos inclusive alterar a política agrícola.

Por enquanto, a Fecotrigo aguarda, pelo menos, uma resposta para as questões mais imediatas, como esta relacionada ao crédito limitado. Mas quem garante que esse quadro possa melhorar? Segundo o Ministério da Fazenda, os limites de expansão determinados pelo Conselho Monetário Nacional, para aplicação de recursos, não estão estranhalados apenas no Banco do Brasil. Os bancos particulares, que também vêm participando, desde o ano passado, da liberação do crédito rural aos grandes produtores, teriam aplicado bem mais do que deviam, até o final de abril.

ARROCHO GERAL

As autoridades monetárias revelaram que já havia sido liberado, como crédito rural, pela rede privada, um total de Cr\$ 305 bilhões de cruzeiros, enquanto que o limite seria de Cr\$ 262 bilhões, até aquele período. Mesmo assim, segundo o Banco Central, nem todos os bancos vêm destinando 25 por cento de seus depósitos à vista aos produtores. Para completar, também estavam além das previsões, no final de março, as aplicações de EGFs, que haviam chegado a Cr\$ 22 bilhões em todo o país.

O arrocho de crédito vem pegando, portanto, não só os investimentos, que estão totalmente parados, mas também as verbas de custeio e EGF, apesar do próprio governo admitir que está difícil de conter o volume de dinheiro destinado à agricultura. Afrouxando um pouco, para que a situação não seja ainda pior, as autoridades de Brasília estariam apenas fazendo uma concessão, sem deixar de enfatizar que o crédito não pode crescer. É como diz o presidente da Fecotrigo: "Nós não temos a ilusão de que as dificuldades, quanto a custeio, deixarão de existir".

O repasse com menos burocracia

A Gerência de Crédito da Cotrijuí ainda não tem do que se queixar, diante das restrições que agora atingem também as verbas de custeio. Os recursos que a Cooperativa recebeu do Banco do Brasil, para repasse aos associados, foram liberados a tempo, e até agora não há nada que indique maiores dificuldades quando forem necessárias as verbas de colheita. O gerente do Banco em Ijuí (veja ao lado) diz inclusive que a situação de normalidade pode passar até mesmo por uma prova mais forte, no momento da formação das lavouras de verão.

Na verdade, segundo Aramis Baptista, gerente de Crédito da Cotrijuí, desde o ano passado a mecânica do repasse vem sendo outra, e com mudanças para melhor. As alterações aconteceram a pedido da Cooperativa e da Fecotrigo, que vinham se queixando da burocracia para que os financiamentos de repasse fossem concedidos. A Cotrijuí enfrentava uma

longa espera, até a liberação das verbas, pois a gerência local não tinha autonomia para tratar do assunto.

Aramis Baptista lembra que a Cooperativa encaminhava as propostas de financiamentos à agência, e esta enviava a solicitação à superintendência regional do Banco. Dali, as propostas seguiam para o diretor de Crédito Rural, e depois iam parar no Conselho do Banco do Brasil, que finalmente autorizava as operações. As propostas levavam de 30 a 40 dias, para sair de Ijuí, ir a Brasília e voltar com a aprovação do Conselho.

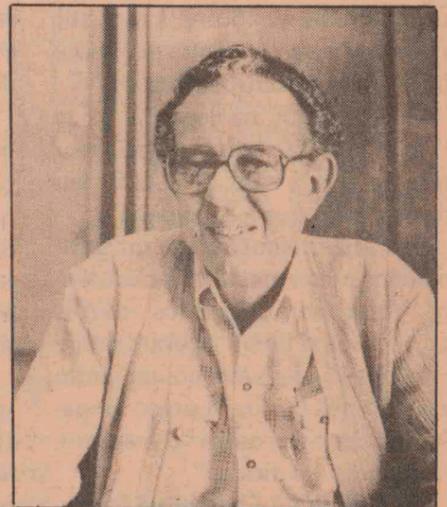
MAIS SIMPLES

Desde a safra passada de soja, tudo é bem mais simples. A Cooperativa aguarda apenas a fixação dos VBCs e preços mínimos, e então encaminha as propostas às agências da Região Pioneira. As próprias gerências destas agências estudam o assunto, e em três ou quatro dias iniciam as operações. "A mecânica para repasse

de custeio foi então dinamizada, com muitos resultados positivos", observa Aramis Baptista.

Até o final de abril, a Cooperativa já havia liberado as verbas de tratamentos culturais referentes a três mil contratos, que totalizam um bilhão e 437 milhões de cruzeiros, e representavam em torno de 60 por cento do total previsto, considerando-se apenas as necessidades para custeio do trigo na Região Pioneira. "Agora" — diz o gerente de Crédito da Cotrijuí — "o produtor vem até a Cooperativa, assina o contrato e já leva o dinheiro".

As mudanças na mecânica do repasse e o atendimento das necessidades de recursos dos produtores da Região Pioneira, para a safra deste inverno, não significam, contudo, que a Cotrijuí ignore a existência dos tetos de crédito nas agências do Banco do Brasil. Aramis Baptista ressalta que os limites de expansão realmente existem. Por enquanto, a situação não se



Aramis: mecânica dinamizada

alterou, mas de qualquer forma a Cooperativa se mantém atenta, diante de um possível corte nas contas de custeio.

A prudência na aplicação

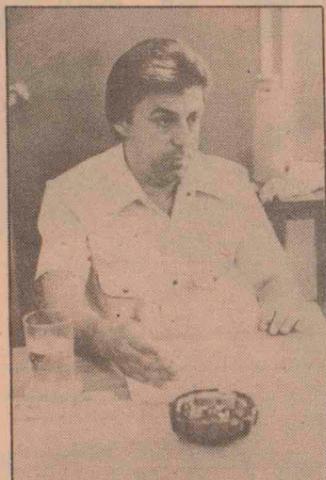
Quem parar um pouco para pensar no assunto, e sem fazer muitas contas, descobrirá que parece mesmo ser bastante difícil lidar com uma expansão do crédito limitada em até 65 por cento sobre os saldos de 1981. Basta considerar alguns dados que quase todos conhecem. A inflação, por exemplo, caminha para um índice que talvez não fique por menos de 80 por cento este ano. Os custos da produção, para as safras de inverno, tiveram aumentos que giram ao redor de 100 por cento.

E tem mais ainda. Só na Região Pioneira da Cotrijuí, a área de plantio do trigo terá um crescimento de mais de 70 por cento, em relação a 81. De que forma, então, os bancos poderão atender as necessidades de mais recursos, para que acompanhem inflação, custos da produção e crescimento da área de plantio no inverno? E como ficará tudo isso na hora de se liberar recursos para formação das lavouras de verão, que exigem muito mais verbas de custeio?

O gerente do Banco do Brasil em Ijuí, Jorge Serpa, começou a contratação do trigo em janeiro, para inicialmente liberar as verbas de fertilizantes, e diz estar conseguindo atender aos produtores deste município e também de Ajuricaba e Augusto Pestana. Considerando-se apenas os recursos para repasse através da Cotrijuí, o aumento das verbas de custeio, para estas três localidades, foi significativo. O Banco, que liberou 424 milhões e 411 mil cruzeiros em 1981, destinará para custeio, este ano, um bilhão 245 milhões e 16 mil cruzeiros, conforme estimativas.

TRES VEZES MAIS

Todo este dinheiro será liberado aos poucos, ou seja, inicialmente para tratamentos culturais e depois, na época estabelecida, para colheita. Até o dia 29 de abril, a agência já havia entregue para repasse pela Cooperativa, 633 milhões e 667 mil cruzeiros, de um total de 851 milhões e 693 mil referentes aos contratos deferidos para formação das lavouras de inverno. Estes números revelam



Jorge Serpa: manter a prioridade

uma grande maioria para repasse, já que cerca de 80 por cento dos financiamentos liberados, na área de ação da agência, são repassados para Cotrijuí.

Mas de onde a agência irá tirar esses recursos, que representam quase três vezes mais que o total dos financiamentos de inverno de 1981? Serpa explica que a decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional determina a expansão do crédito global num limite de até 65 por cento. Assim, a agência de Ijuí e as de tantos outros municípios gaúchos terão que fazer um malabarismo matemático, para que possam ser definidas as áreas prioritárias, pois o percentual de crescimento é um só para o total das aplicações, mas variável para cada rubrica.

Isso quer dizer que, "para manter a prioridade agrícola que o governo elegeu", como ressalta Jorge Serpa, o Banco do Brasil eleva ao máximo permitido a expansão das verbas para custeio, e restringe no que pode os recursos para outras áreas, como comércio, indústria e outras. Ele observa que, afinal, o produtor não pode ficar esperando financiamentos para formação da lavoura. A prioridade deve ser atendida não só por uma questão de definição da política oficial, mas pela própria pressão que exige.

E PARA O VERÃO?

Além do custeio, também os EGFs (Empréstimos do Governo Federal) exigiram mais verbas este ano. Em 81, a agência liberou, para repasse pela Cotrijuí, um bilhão e 529 milhões de cruzeiros como

empréstimos para comercialização da safra de soja. Agora, o total de EGFs chega a dois bilhões e 710 milhões de cruzeiros para Ijuí, Augusto Pestana e Ajuricaba. Outro dado fornecido por Serpa, para enfatizar que não está ocorrendo atraso na liberação dos recursos, são os 260 milhões e 502 mil cruzeiros antecipados, no final de janeiro último, para repasse, e que foram destinados a compra de fertilizantes.

Quem garante, no entanto, que o tal limite de expansão do crédito não irá atrapalhar a agricultura quando da formação das lavouras de soja e milho? Serpa diz que a expansão deverá acontecer, no orçamento do Banco para a Região Sul, exatamente no segundo semestre, já que nos primeiros seis meses a agência movimentou retornos proporcionados pelas

aplicações de 1981. Ele lembra que além da saída de que o Banco dispõe, ao canalizar recursos para custeio na hora de distribuir o dinheiro para cada uma das rubricas, é preciso considerar fatores capazes de continuarem assegurando essa prioridade.

UM DESAFOGO

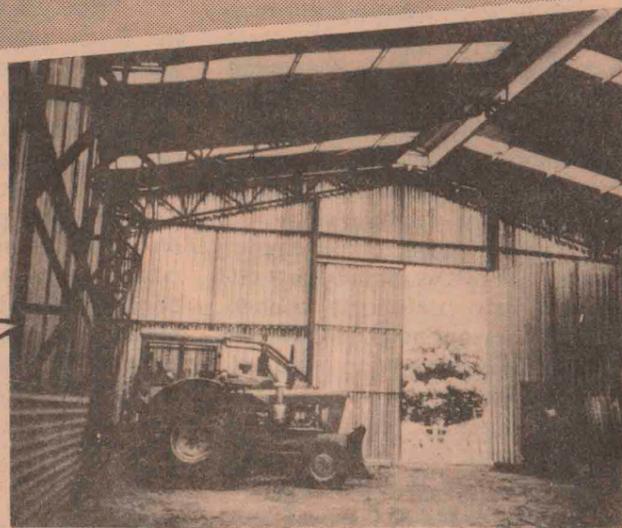
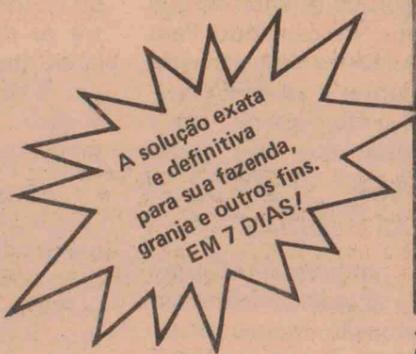
Entre estes fatores está, por exemplo, o fato de que a partir deste ano os financiamentos para grandes e médios produtores, a juros subsidiados de 45 por cento ao ano, cobrem 70 por cento do VBC (no caso dos médios) e 50 por cento (que é o caso dos grandes). Ele também observa que desde junho de 1981 uma resolução de números 698, do Banco Central, determina que a rede privada de bancos aplique recursos no crédito rural, atendendo

especialmente os grandes produtores e cobrindo até 100 por cento do VBC, com a metade desse custeio a juros de 45 por cento, e o restante a taxas de mercado.

Essas limitações de crédito para grandes e médios produtores, e as operações dos bancos particulares ajudam a desafogar o Banco do Brasil, segundo ele. Serpa pretende manter a normalidade, quanto a custeios, até o final do ano, e entende que não haverá falta de dinheiro. Ele leva em conta os retornos propiciados pelas safras, e uma orientação básica assim resumida: "Todos os recursos devem ser prudentemente aplicados, sem perder de vista a necessidade de contemplar o maior número de atividades produtivas, a fim de contribuir para o alcance dos objetivos econômicos e sociais de crédito".

Guarde bem

IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, CEREAIS, FORRAGENS, SEMENTES E TUDO O QUE VOCÊ QUISER, NUM GALPÃO METÁLICO ZAMPROGNA.



GUARDEBEM, a segurança e proteção daquilo que é seu.

Economize tempo e dinheiro, com um Galpão Metálico GUARDEBEM: sua construção ficará pronta em 7 dias, pelo Sistema de Construção Zamprogna, que lhe oferece assessoria técnica, do projeto ao final da construção.

Os galpões metálicos GUARDEBEM são projetados e fabricados com precisão, o que facilita sua montagem. São totalmente modulados, e versáteis, permitindo sua ampliação ou remoção total. Têm estruturas em perfis de aço rígido e telhas de aço zincado INFINITA, o que garante total impermeabilidade, resistência e durabilidade.

guardebem
GALPÕES METÁLICOS ZAMPROGNA

zamprogna



Av. dos Estados, 2350 - Caixa Postal 1805
Fones: (0512) PABX 42-1155 / 42-7722
TELEX (051) 1565-ZASA BR / Porto Alegre / RS

CONVERSE COM NOSSO REPRESENTANTE

Procure numa das lojas Cotrijuí

A BUSCA DO EQUILÍBRIO

A recessão econômica, somada a outra frustração da safra de soja, provocou a necessidade da Cooperativa tomar algumas medidas para conter suas despesas financeiras. Numa reunião com os representantes de toda Região Pioneira este assunto foi discutido, e começaram a aparecer as primeiras decisões: fechamento temporário da fábrica de óleo, em Ijuí, redução do quadro de funcionários e ainda a adoção do Cartão de Aptidão, que vai valer apenas para os associados que comercializaram seus produtos na Cooperativa. O que se busca é o equilíbrio do todo.

A volta do Cartão de Aptidão e outras medidas que irão beneficiar os associados realmente engajados ao cooperativismo, sugeridas pela direção da Cotrijuí, conseguiram a unanimidade dos representantes da Região Pioneira, numa reunião realizada dia 16 de abril, em Ijuí. No mesmo encontro, outra proposta foi muito estudada antes de merecer aprovação. É a que se relaciona com a paralisação temporária da indústria de óleo de soja de Ijuí, e a transferência do esmagamento de grãos para a unidade de Rio Grande.

O encontro do dia 16 analisou, inicialmente, a situação da fábrica, que apresentou um déficit de Cr\$ 27 milhões e 448 mil no ano passado. O superintendente Clóvis Adriano Farina expôs vários números relacionados com as atividades da indústria no ano passado, respondendo assim muitas das indagações que os produtores vinham fazendo desde a divulgação do balanço do exercício de 81. Ele comentou os custos considerados altos da fábrica, e alguns problemas ocorridos no ano passado, e que agravaram a situação.

A fábrica esteve, por exemplo, com suas atividades paralisadas durante um certo período, e quando voltou a funcionar teve que atender um compromisso assumido antes, para venda de farelo a terceiros, operando, portanto, com custos e preços defasados (veja o quadro abaixo). Além disso, a indústria entregava farelo a associados a preços subsidiados, ou seja, abaixo dos valores do mercado, o que serviu para aumentar um pouco mais suas despesas e, ao mesmo tempo, reduzir sua receita.

CUSTOS ALTOS

Estes fatores, que foram apurados como causa dos prejuízos de 81, somam-se a outras constatações, para determinar a transferência da produção de óleo para Rio Grande. A outra indústria pode absorver o esmagamento que vinha se processando em Ijuí, e que no ano passado foi de 41 mil toneladas, e com custos mais baixos. O presidente da Cooperativa, Ruben Ilgenfritz da Silva, ressaltou

ainda que, de qualquer forma, não haveria grãos suficientes, este ano, para as duas indústrias. Não havendo cortes em áreas consideradas essenciais, mas informou que, em função da própria quebra na safra de soja, será necessária a dispensa de umas 500 pessoas, durante os próximos meses, isto considerando todas as unidades da Cooperativa.

A preocupação com menores custos foi ainda abordada pelo vice-presidente, Arnaldo Drews. Segundo ele, as tentativas de redução das despesas abrangem inclusive a área técnica. A Cooperativa vem fazendo consultas, para que, entre outras coisas, consiga o desenvolvimento de pesquisas através de órgãos oficiais, ou pelo menos contando com subvenções (auxílios) de entidades ligadas ao governo.

JÁ ERA HORA
A troca de idéias sobre o Cartão de Aptidão, e outras propostas que irão beneficiar os associados que comercializam suas safras através da Cooperativa, completaram a pauta do encontro, e aí houve consenso entre os representantes. Segundo eles, já era hora da Cotrijuí reativar o Cartão, e dar prioridade de atendimento a quem se mantém integrado ao sistema em todos os momentos.

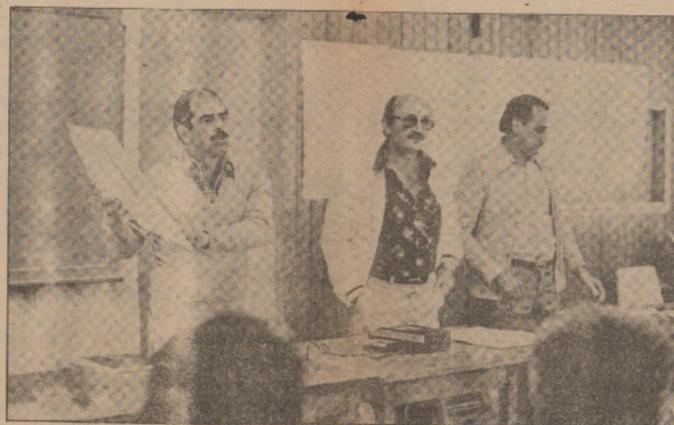
OUTRAS MEDIDAS

O presidente da Cotrijuí já havia anunciado, antes de se comentar o retorno do Cartão, que este ano as sementes de trigo serão entregues inicialmente a quem comercializar a safra de soja pela Cooperativa. Os demais irão aguardar na fila, e receberão semente se sobrar produto. Ele também informou que o repasse para culturas de inverno só será concedido a quem entregar a soja. Quem não estiver nessa situação, terá que recorrer diretamente ao banco.

Essas duas decisões, bem recebidas pelos representantes, são complementadas com o Cartão de Aptidão. "A função do Cartão não é punitiva, mas sim de premiar os associados que realmente entregam sua safra", disse Ruben Ilgenfritz da Silva. Segundo ele, a verdade é que, no início do recebimento da safra, deu para constatar



Os representantes decidiram pela paralisação temporária da fábrica e pela volta do cartão



A posição da diretoria: salvar o todo

tar que este ano a situação, quanto ao volume entregue, vinha sendo bem melhor que a de 81.

OS CRITÉRIOS

O diretor administrativo e financeiro da Cotrijuí, Osvaldo Meotti, foi quem expôs os critérios propostos pela direção, para que se defina quem pode receber o Cartão. Esses critérios vão se basear no capital integralizado de cada associado, conforme a produção entregue (veja ao lado). Alguns representantes chegaram a discordar desse ponto de referência, já que, segundo eles, muitos produtores que não entregam soja conseguiriam a margem mínima de capitalização com outros produtos.

Para estes representantes, a liberação do Cartão de Aptidão deveria considerar apenas a entrega da soja, sem incluir outros produtos. Teve também quem sugerisse que a base desse critério fosse a área de plantio, para que, através de um cadastramento da lavoura, se possa saber o que realmente cada associado vem plantando. Outra proposta sugeria a definição de critérios por regiões, considerando as principais culturas de cada uma delas, já que em Dom Pedrito, por exemplo, a principal safra é a de arroz.

DESCONTO DE 10%

No final, ficou decidido que, por enquanto, a capitalização, que considera todas as culturas, é que será levada em conta. Os casos em que, de acordo com dados fornecidos por computador, a situação de cada associado fica bem clara, quanto a entrega ou não dos produtos, serão decididos automaticamente. Mas outras situações nem tão claras, criadas, por exemplo, com quebras na safra, deverão ser estudadas separadamente pelos gerentes das unidades. É que de um ano para outro o produtor pode ter sua participação na integralização de capital reduzido, em função de uma safra frustrada.

O Cartão de Aptidão vai garantir ao seu portador um desconto de 10 por cento, nas compras à vista realizadas nas lojas e departamento de ferragens das unidades, conforme ficou aprovado por todos os representantes. No final da reunião, Osvaldo Meotti também anunciou que está em estudo a criação de um carnê para compras a prazo nas lojas da Cooperativa. Esse carnê, já comum no comércio, facilitaria os crediários, para que os valores sejam parcelados, mensalmente. Assim o associado ficará com uma nova opção, para que possa ir saldando as contas aos poucos, e não só no final das safras.

Os prejuízos da fábrica

As três causas do prejuízo de Cr\$ 27.448.572,88 apresentado pela fábrica de óleos de Ijuí, no ano passado, foram relatadas pelo superintendente Clóvis Adriano Farina. Abaixo, uma síntese desses fatores, e outras observações feitas durante a reunião, como resposta inclusive a questões levantadas pelos representantes:

● A fábrica esteve paralisada de dezembro de 1980 a março do ano passado, por defeitos mecânicos. Um volume de farelo já vendido teve então de ser entregue depois, a Cr\$ 9,00 o quilo, enquanto que o custo do produto chegava a Cr\$ 17,00. O prejuízo, em função dessa venda que teve de ser atendida com preço fixado antes da paralisação, foi de Cr\$ 13.840.192,30.

● O subsídio dado ao farelo comprado por associados também representou um prejuízo de Cr\$... 3.104.697,75. Esse subsídio é dado

na forma de preços abaixo dos que deveriam ser praticados, de acordo com a cotação da soja. O benefício atinge, é claro, somente quem compra farelo, e por isso os representantes decidiram que o subsídio deve deixar de existir. O farelo terá, portanto, preço de mercado.

● A paralisação da fábrica, durante quatro meses, fez com que deixasse de entrar receita, mas os custos fixos não puderam ser evitados. Assim, na época em que ficou parada, a indústria teve despesas de Cr\$ 10.503.683,00. Além disso, Farina enfatizou que, numa comparação entre as indústrias de Ijuí e de Rio Grande, quanto aos custos totais de operação, em 81, a última apresentou vantagens na maioria dos itens, considerando-se os gastos com solvente, óleo, energia elétrica, pessoal, depreciação, manutenção e custos variáveis.



Vidolino Bagetti Stanislaw Leviski Reinoldo Huber

Valorizar a casa

Para quem é associado há uns 17 anos, e nunca deixou de entregar um grão de produto que fosse à Cotrijuí, como o seu Vidolino Bagetti, da Linha 11 Norte (Ijuí), as medidas adotadas vieram na hora. Afinal, como diz seu Vidolino, que tem 75 hectares, "ou existe uma diferença entre o bom e o mau associado, ou todos ficam num mesmo bolo, prejudicando quem sempre trabalhou com a Cooperativa".

Ele sempre entregou o produto, porque entende que "a casa é nossa e precisa ser valorizada". Seu Vidolino nunca caiu na tentação de vender parte das safras para o comércio, mesmo porque desconhece as vantagens e desvantagens disso. "Eu sempre fui fiel, e espero continuar sendo tratado como bom associado", afirma o produtor, observando que as três medidas aprovadas pelos representantes devem ter o apoio do quadro social.

MAIS CHANCES

Só que seu Vidolino ainda não chegou a estudar o assunto mais a fundo, para sugerir o aperfeiçoamento dessas decisões. Também não tem ainda nenhuma proposta nova a fazer, quanto ao Cartão de Aptidão e outras medidas, o seu Rodolfo Reinoldo Huber, que planta em seis hectares da Linha 16 Norte (Ajuricaba). Ele é associado há cinco anos, e não se recorda bem da primeira vez que o Cartão foi utilizado, uns quatro anos atrás. A verdade é que as decisões toma-

das não irão beneficiar muito seu Rodolfo. Ele planta soja por conta e não vem cultivando trigo há bastante tempo. Mas nem por isso deixa de entregar o produto na Cooperativa, pois só vendeu para o comércio antes de se associar. Hoje, ele acha que "o bom associado deve mesmo ter mais chances que os outros", e promete continuar comercializando sua safra através da Cotrijuí, mesmo que ela seja pequena, como esta última, que rendeu só uns 100 sacos de soja.

SEM SEMENTE

Ali mesmo, em Ajuricaba, na Linha 13 Norte, o seu Stanislaw Leviski é um exemplo dos casos que deverão ser estudados pela unidade. Ele planta em 12,9 hectares próprios, e numa área de mais ou menos o mesmo tamanho, que é arrendada pelo pai, o seu Miguel. A soja desta safra não deu oito por um, como diz ele, e a metade da safra foi entregue ao seu Miguel, como pagamento pelo arrendamento.

Talvez seja por isso que ele ainda não conseguiu pegar a semente de trigo, pois a Cooperativa recebeu só umas 30 sacas. Outras cinco ou seis sacas, foram vendidas para o comércio, "para comprar óleo". Seu Stanislaw é quem conta: "Na unidade, quando eu pedi semente de trigo, disseram que não dava". Ele vai voltar à unidade para explicar sua situação, pois garante que não desvia produto e afirma: "As medidas são boas pois quem não está cumprindo com a Cooperativa não pode prejudicar o resto".

Quais os critérios para o cartão de aptidão?

Os critérios definidos, para que o Cartão de Aptidão seja liberado aos associados da Região Pioneira, são bastante simples, pois terão como base a conta-capital. A Cooperativa irá então considerar o capital integralizado de cada produtor nos anos de 1980 e 1981, para que assim possa saber se o associado entregou o mínimo necessário de suas safras para que tenha direito ao Cartão.

O que foi capitalizado em 1980 servirá como referência, pois o produtor deverá ter integralizado pelo menos 60 por cento a mais que esse valor no ano seguinte, ou seja, em 81. Como exemplo, um produtor que tenha integralizado Cr\$ 10 mil em 1980, deverá ter capitalizado no mínimo Cr\$ 16 mil em 1981. Os 60 por cento são, portanto, o percentual utilizado para a correção dos valores.

Quem estiver nessa situação será automaticamente relacionado pelo computador. Os demais casos merecerão estudos, separadamente, porque nem sempre a inexistência do mínimo necessário, em capital integralizado, serve como prova de que o produtor não entregou suas safras. Aí será a vez do gerente e demais funcionários das unidades analisarem a situação de cada associado, juntamente com os representantes.

Por enquanto, esse critério vale para a Região Pioneira, que já começa a adotar o Cartão de Aptidão, com validade por um ano. O diretor administrativo e financeiro, Osvaldo Meotti, faz questão de lembrar que esta e as demais medidas (repasse e sementes) serão levadas à discussão nas regiões de Dom Pedrito e Mato Grosso do Sul.

Depois dessa troca de idéias, que acontecerá possivelmente agora, em maio, é que essas decisões poderão ou não ser também adotadas nas demais áreas de ação da Cooperativa. Ao mesmo tempo, a utilização do Cartão, quanto a benefícios, continuará sendo discutida entre os produtores da Região Pioneira. As normas definidas na reunião em Ijuí poderão ser aperfeiçoadas, inclusive no que se relaciona com os critérios para concessão do Cartão.

ADUBAÇÃO FOLIAR E FUNGICIDAS PODEM ESPERAR. AS PRIORIDADES AINDA SÃO OUTRAS

Dois assuntos que andavam meio esquecidos, para debate entre produtores, técnicos e pesquisadores, voltaram a ser discutidos num encontro que o Departamento Agrotécnico da Cotrijuí realizou dia 19 de abril. O uso de fungicidas no trigo e a adubação foliar foram novamente avaliados por umas 40 pessoas, na sede da Afucotri, quando se ressuscitou muitas questões até agora envolvidas em controvérsias. Mas, depois do levantamento dessas polêmicas, uma coisa ficou bem clara: essas duas práticas terão que aguardar mais um pouco para que um dia possam ser consideradas prioritárias, se é que isso acontecerá.

O encontro trouxe a Ijuí uma turma de pesquisadores do CNP-Trigo (Centro Nacional de Pesquisas do Trigo), ligado à Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias — Embrapa, de Passo Fundo, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também participaram do painel, coordenado pelos agrônomos Rivaldo Dhein, da Gerência da Divisão de Solos da Cotrijuí, e Alberto Parenti Filho, da Coordenadoria Técnica da Regional Pioneira, o diretor da empresa de pulverização aérea Noturna, Nestor Dias Quijano, técnicos da Cooperativa e alguns produtores.

O encontro foi aberto com a apresentação de dados de pesquisas sobre o uso de fungicidas, por Edson Piccinini, do CNP-Trigo. Ele mostrou os resultados de experimentos realizados em Passo Fundo, desde 1978, e que revelam a eficiência dos produtos de combate às doenças do trigo. O objetivo das pesquisas foi o de fazer comparações sobre dosagens, equipamentos utilizados e técnicas aplicadas, mas o debate se encaminhou para outro lado.

E VALE A PENA?

A eficiência dos fungicidas parece ser, afinal, reconhecida pelos técnicos e produtores. O que se questionou mais uma vez foi a validade de se recomendar seu uso, considerando os

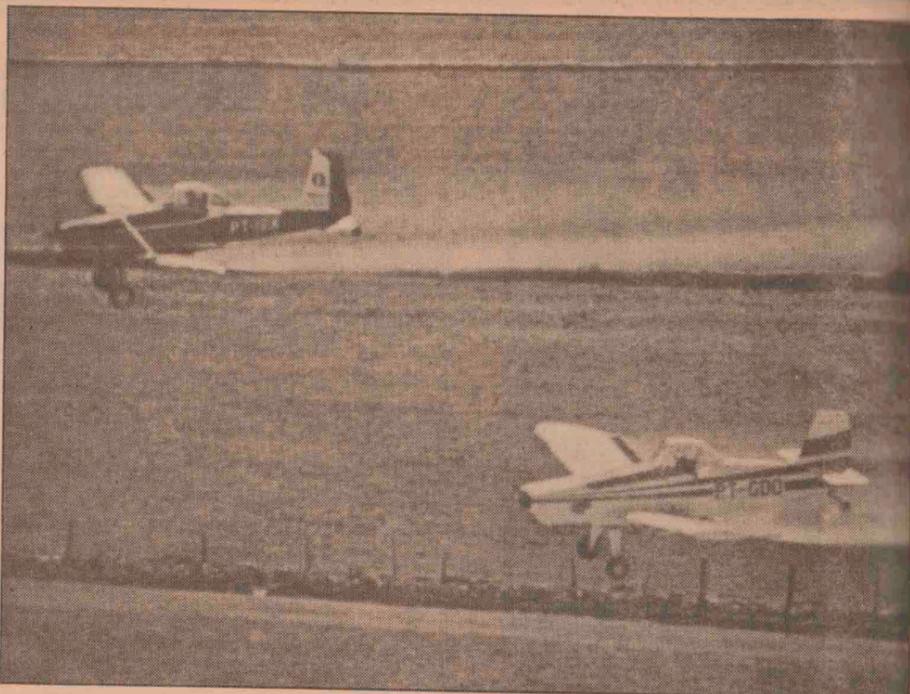
retornos econômicos. Segundo Piccinini, está provado que esse é um investimento arriscado para agricultores que não venham mantendo uma boa média de produtividade, e que não tenham, tradicionalmente, uma lavoura bem conduzida. Além disso as aplicações devem ser preventivas, no trigo ainda sadio, e não depois que a lavoura já foi prejudicada pelas doenças.

O diretor técnico da Cotrijuí, Renato Borges de Medeiros, admitiu que, em certos casos, esses produtos podem ser utilizados, mas lembrou que a Cooperativa mantém a posição de não recomendar essa prática a todos os seus associados. "Nós não podemos generalizar", disse Renato, ressaltando que, num ano de safra ruim, as despesas com fungicidas poderiam ter resultados muito negativos. Há que considerar também que os gastos com fungicidas não estão previstos nas verbas de custeio, e que, afinal, a rotação de culturas continua sendo a melhor forma de controle das doenças.

Otávio João Siqueira, pesquisador do CNP-Trigo, apresentou dados de outros experimentos, desta vez de adubação foliar em trigo. Os resultados foram mais ou menos os esperados: o investimento não ofereceu nada que justifique a aplicação. Esta foi também a constatação apresentada por José Renato Ben, do mesmo órgão, quanto ao uso de adubação foliar na soja. Ele revelou que trabalhos de pesquisadores, realizados em vários municípios, de 77 a 79, apresentaram pouca ou nenhuma diferença entre as lavouras com adubo foliar e as testemunhas.

SEM APOIO

Foi a partir daí que o encontro passou a abordar antigas polêmicas, pois José Renato disse inclusive que a situação da adubação foliar é pior que a dos fungicidas, ou seja, não se provou até agora a eficiência dessa prática como complemento dos fertilizantes de base. Ele também lem-



NADA MUDA

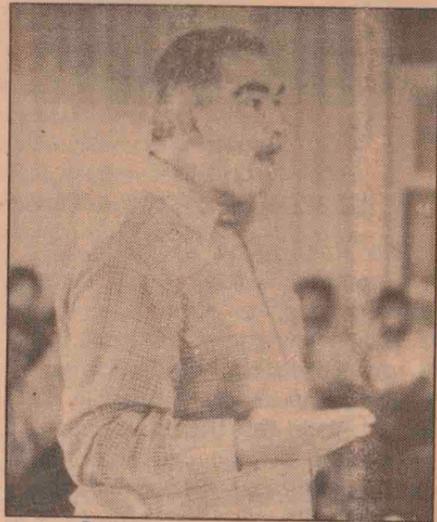
Mas há alguma diferença entre uma e outra forma de aplicação? Para Marino Tedesco, professor e pesquisador da Universidade do Rio Grande do Sul, nada muda quanto a isso. "Uma máquina pode ser mudada, mas não a fisiologia da planta", disse ele, para ressaltar que, de qualquer forma, a adubação foliar tem se mostrado ineficiente. O uso do produto por pulverização aérea ou por terra não altera o resultado de seu efeito sobre a planta.

Tedesco mostrou alguns núme-

brou que em 78 uma comissão nacional de técnicos alertara que, entre outras práticas, a pesquisa não recomendava o uso desse sistema.

O diretor da aviação Noturna e pelo menos três produtores presentes contestaram os resultados da pesquisa (veja ao lado). Nestor Quijano entende que, ao não utilizarem a nova tecnologia à disposição para realizar os experimentos, os pesquisadores ignoraram as inovações introduzidas nessa área. Como exemplo citou o reposicionamento do "micronair", na asa dos aviões de pulverização. Esse aparelho, de onde sai o produto pulverizado, vem acoplado na parte debaixo da asa dos aviões.

Quijano diz ter colocado o "micronair" sobre a asa, para que a pulverização fosse mais eficiente, e até hoje reclama da falta de apoio da pesquisa oficial à inovação, testada e comprovada há vários anos, segundo ele. Com essa mudança, Quijano assegura que as pequenas gotas de um produto pulverizado não atingem a planta diretamente após a aplicação, mas caem como uma chuva miúda sobre a lavoura, penetrando melhor no caule e nas folhas. Ele também lembrou que as pesquisas mostradas não utilizaram pulverização aérea para adubação foliar, e sim equipamentos terrestres.



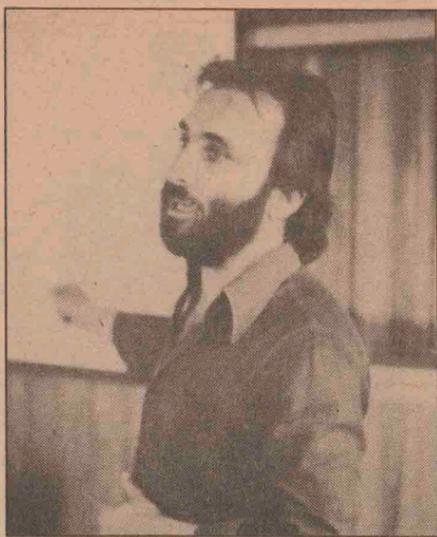
Nestor Quijano: inovação sem apoio



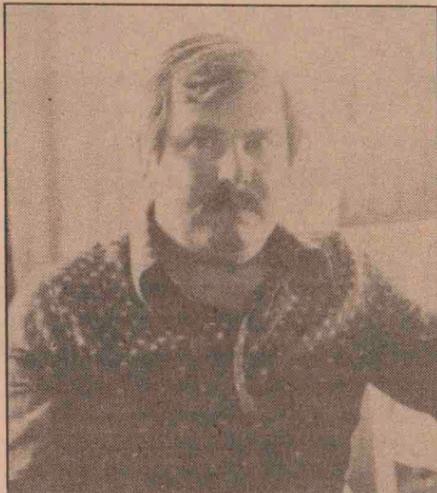
Antigas polêmicas voltaram a ser abordadas



Benami Bacaltchuk: é sofisticação



José Renato Ben: a dúvida da eficiência



Edson Piccinini: experimentar na Embrapa

ros interessantes. A soja, por exemplo, dependendo da produtividade, necessita de 100 a 200 quilos de Nitrogênio por hectare. Quatro aplicações de três quilos do fertilizante Uran, por hectare, como vem sendo usado na região, colocariam sobre a planta cinco quilos de Nitrogênio. O que se constata é que as aplicações não são suficientes para atender as necessidades da planta quanto aos macronutrientes.

José Renato Ben acrescentou a este argumento outro detalhe que vai contra a propaganda feita em torno da adubação foliar. Segundo ele, nem mesmo o propalado efeito desse sistema sobre as plantas, nas épocas de seca, pode ser dado como verdadeiro. Quando das estiagens — disse José Renato — é diminuída a absorção dos produtos aplicados nas plantas. Isso quer dizer que uma planta seca pouco irá se beneficiar da adubação foliar nitrogenada.

Piccinini disse, por sua vez, que a aviação Noturna já havia sido convidada a participar de experimentos na Embrapa, mesmo que o órgão não reconhecesse o valor científico dos resultados apresentados por Nestor Quijano. Todos os técnicos concordaram também que os equipamentos utilizados pela Noturna, a partir do próprio avião Gruman, pouco comum no Brasil, são desconhecidos para a maioria das empresas de pulverização aérea. "Mas a safra é testar esses equipamentos, se na verdade eles são mesmo milagrosos", reforçou Marino Tedesco.

SOFISTICAÇÃO

Só que a questão central disso tudo, de acordo com Benami Bacaltchuk, também da Embrapa de Passo Fundo, está longe da avaliação de simples detalhes. Para ele, pensar em adubação foliar é "uma sofisticação, pois a agricultura ainda discute questões elementares, muito mais importantes, como as próprias condições do solo". Benami entende que, por enquanto, esse sistema não beneficiaria a maioria, e é claro que a pesquisa não pode se dedicar a experimentos que tenham como objetivo privilegiar poucos produtores.

Além disso, para o técnico da

Embrapa, é preciso levar em conta, principalmente, o fato de que a adubação foliar aérea ou terrestre deve antes comprovar sua eficiência, para depois ser analisada como prática capaz de oferecer retornos econômicos. "Nós não temos provas de efeitos positivos da adubação, e por isso não podemos discutir sua viabilidade econômica", afirmou ele, salientando que lavouras esparsas não servem como ponto de referência para comparações.

Rivaldo Dhein concordou com essa posição, por entender que há práticas prioritárias e recomendadas que, mesmo assim, não chegam a ser utilizadas com a frequência necessária. Este é o caso, por exemplo, da inoculação de sementes de leguminosas, considerada importante mas nem por isso difundida e assimilada como deveria ser. Por isso, segundo ele e os pesquisadores, antes deve ser dada maior atenção a práticas como esta, que têm retorno garantido e atingem a todo e qualquer produtor.

A discordância de pontos de vista sobre esses assuntos não impediu, no entanto, um entendimento para que o sistema utilizado por Nestor Quijano seja avaliado com bases científicas. O professor Marino Tedesco forneceu ao Departamento Agrotécnico da Cotrijuí algumas informações que servirão de subsídios aos experimentos que a Cooperativa realizará, em conjunto com a empresa de aviação, para que a aplicação de fungicidas e de Uran (adubo nitrogenado líquido) seja acompanhada, e algumas das dúvidas existentes possam, então, ser finalmente esclarecidas.

Eficiente para alguns

Três agricultores defenderam com entusiasmo, durante o encontro em Ijuí, a aplicação de fungicidas ou de adubo foliar, e suas opiniões pesaram bastante na hora dos debates. Erich Grimm, que planta em 850 hectares na localidade de Faxinal, em Cruz Alta, confessou que já perdeu muito dinheiro com fungicida, e fez algumas queixas como esta:

— Há uns sete ou oito anos, os técnicos recomendavam que se utilizasse o máximo de água para aplicar fungicidas. Hoje já se diz que quanto menor for o volume d'água misturado ao produto, melhor será o efeito.

No ano passado, seu Grimm pulverizou o trigo com fungicida e adubo foliar, utilizando o sistema de Nestor Quijano. Depois da safra, notou que, nos 50 hectares da lavoura, a diferença havia sido de 11 sacos, a favor da área pulverizada, em comparação com a testemunha. Empolgado com os resultados, ele assegura que vai continuar recorrendo à pulverização aérea, e até ofereceu sua lavoura para experimentos.

MAIS PARELHOS

Outro entusiasmado é o seu Romeu Krampe, que tem 60 hectares na Linha 9 Leste, em Ijuí. Há três anos ele utiliza a adubação foliar para a soja, e agora, na última safra, pulverizou os 35 hectares de lavoura. "Os grãos parece que ficam mais parelhos", afirma seu Krampe, que esperava, na época, uma média de 20 sacos por hectare. Terminou colhendo 30, enquanto a média da vizinhança não deve ter passado de 15 sacos.

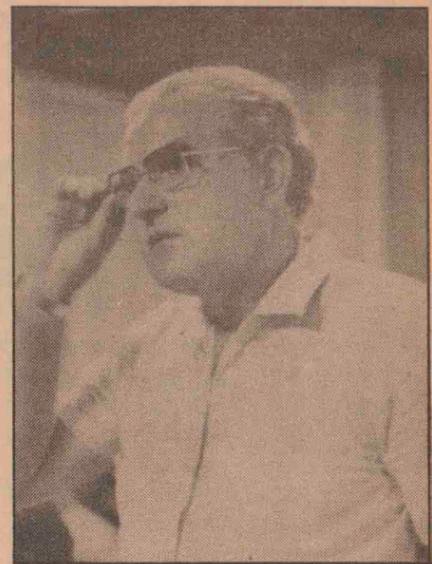
Seu Krampe acha que, no seu caso, a adubação foliar é viável economicamente, pois os gastos — diz ele — são compensados depois com os retornos. Isso foi o que disse também, a respeito do uso de fungicidas, o agrônomo e produtor Luís Carlos Kurtz, que planta em 3.200 hectares da localidade de As Brancas, em Chiapetta. Mas para Kurtz, essa prática não deve ser olhada apenas pelos resultados individuais.

O agrônomo entende que a pesquisa deve tentar avaliar o que se perde de trigo em função das doenças que atacam a planta, para que, a partir daí, seja possível também a análise dos reflexos negativos disso tudo para a agricultura e a economia como um todo. Kurtz acredita que a pesquisa ainda deve muitas informações a respeito de triticultura, e não pode desprezar as inovações tecnológicas no momento de fazer experimentos.

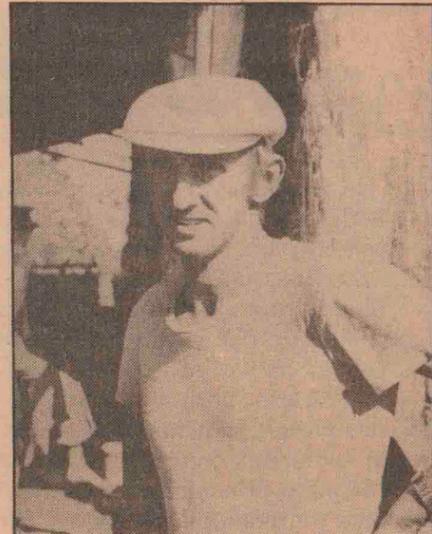
CONSTATAÇÕES

O gerente de Planejamento e Projetos da Cotrijuí, Paulo Roberto Silva, fez uma observação, durante o encontro, e contribuiu para que as controvérsias tivessem, pelo menos, um ponto esclarecido. Segundo ele, ninguém pode deixar de admitir, com base nos próprios depoimentos dos produtores, que a nova tecnologia desenvolvida pela aviação agrícola e aplicada na região é realmente eficiente para pulverização aérea.

Técnicamente, portanto, as novidades introduzidas podem ser corretas, porque aperfeiçoaram o desempenho de equipamentos. Mas isso não encerra a discussão em torno da viabilidade econômica de práticas como a aplicação de fungicidas e adubação foliar. Paulo Roberto lembra que, além das dúvidas re-



Erich Grimm: 11 sacos a mais



Romeu Krampe: grãos parelhos

lacionadas com a eficiência do adubo foliar, é preciso levar em conta o fato de que qualquer investimento representa custos.

Em síntese, a correção das inovações na aviação não pode ser entendida, ao mesmo tempo, como prova de que a adubação é eficiente e viável economicamente para todos os produtores. No caso dos fungicidas, o produto pode até ser eficiente, mas os retornos econômicos são, porém, duvidosos, se também for considerado o universo de agricultores, e não só alguns isoladamente.

CAUTELA

Para Paulo Roberto, é possível até que a adubação foliar por pulverização aérea seja uma forma de aumentar a receita de agricultores que mantenham médias ou grandes áreas de plantio. É tudo uma questão de economia de escala, ou seja, em função da extensão das áreas os custos do investimento passam a ser viáveis, porque proporcionam retornos. Esse é, aliás, o mesmo raciocínio válido para a aplicação de fungicidas, como os técnicos da Embrapa reconhecem.

Os experimentos realizados até agora reforçam essa constatação, e não há, por enquanto, nada que anule essas provas de que as duas práticas não podem ser recomendadas, indistintamente, a todos os produtores. Afinal, num momento em que o agricultor tenta amenizar os riscos da lavoura e reduzir custos, não seria recomendável sugerir investimentos que não têm retornos comprovados.



Vinte anos depois da primeira tentativa de emancipação, Vila Jóia conseguiu finalmente se transformar em município, e deixa de pertencer a Tupanciretã. O plebiscito aconteceu no dia 1º de maio e movimentou mais de 10 mil pessoas. Quem ainda temia um novo fracasso, ou esperava pelo menos uma vitória apertada do "sim", terminou descobrindo que poucos estavam dispostos a dizer "não". O movimento ganhou com folga, e agora a população espera apenas que o governador assine a lei criando o novo município. Já há até uma festa marcada para o primeiro fim de semana após a assinatura da lei.

AGORA SIM JÓIA É MUNICÍPIO

De manhã cedo, na sede da vila, enquanto as urnas começavam a receber os votos em 16 mesas espalhadas pelo distrito, muita gente ainda achava que duas das cinco localidades de Santo Ângelo, que serão desmembradas, poderiam atrapalhar um movimento de vários anos. É que em Rincão dos Pires e Rincão dos Machado houve campanha contra a emancipação, liderada principalmente por vereadores santo-angelenses eleitos por esses núcleos, e que temiam perder seus eleitores. Ali, o "sim" realmente perdeu (veja a tabela da votação), mas a diferença não chegou a assustar.

Também não assustou a pequena margem conseguida pelo "sim" em São Pedro do Pontão, onde o pessoal havia sido contra a emancipação em 62. Os moradores dessa localidade estavam com medo do aumento dos impostos, e muitos não queriam perder a sede da paróquia. Foi por isso talvez que alguns decidiram votar contra, pois o padre Afonso Rosatto, vigário de São Pedro, poderá se transferir para Jóia, onde por enquanto ele só aparece para rezar missa e celebrar batizados e casamentos.

Mas preocupações como estas

não impediram que o clima fosse de festa, desde o início. A população da vila se concentrou na praça Coronel Marcial Terra, e dali não arredou o pé até às 17 horas, quando terminou a votação. Havia faixas por todo lado, pedindo "vote sim", e o churrasco corria de mão em mão, numa barraca instalada na praça. Ali mesmo, grupos de estudantes, com camisetinhas pintadas com frases pela emancipação, distribuíam cartazes e faziam barulho, batucando uma charanga durante todo o dia.

Os mais otimistas diziam que não havia nada pra temer um novo fracasso, pois o prefeito de Tupanciretã, Miguel Chiapetta Cardoso, e seu vice, Angel Helvio Hernandez, já haviam mandado dizer que apoiavam o "sim". Até o prefeito de Santo Ângelo, que chegou a anunciar sua contrariedade ao desmembramento de núcleos do seu município, estava depois conformado com a possível emancipação de Jóia. Mas o pessoal da comissão que coordenou o movimento, como o Carlos Antonio Fontana, preferia ser cauteloso.

"SIM" DE 81 POR CENTO

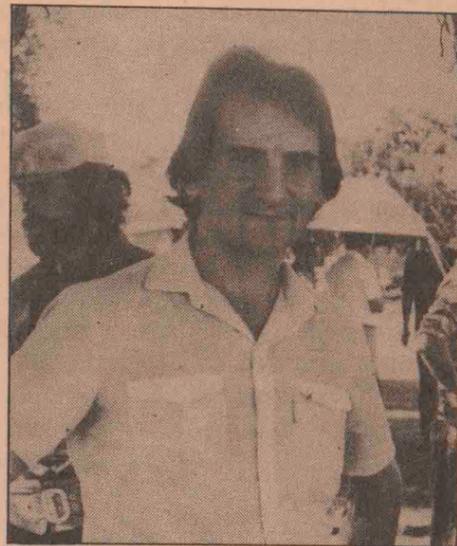
Fontana, que é gerente da unidade da Cotrijuí em Vila Jóia, dizia

pela manhã que uns 70 por cento votariam a favor, e que 30 por cento dos eleitores poderiam deixar de votar. Ele errou em suas previsões, pois os resultados foram melhores. Isso os moradores do distrito ficaram sabendo só perto da meia-noite, no Clube Harmonia, onde o juiz Julio Cesar Lugo, de Tupanciretã, coordenou o escrutínio desde às 20 horas.

Mais de 500 pessoas invadiram o clube, cantando a vitória sem parar, antes mesmo do resultado final. Havia 2.628 eleitores em condições de participar do plebiscito, e 2.020 votaram. A abstenção (dos que não votaram) foi de 23 por cento. O "sim" ganhou 1.643 votos; 324 votaram pelo "não", e houve ainda 38 votos nulos e 15 em branco. A vitória, que foi de 81 por cento, já estava assegurada antes mesmo do juiz anunciar todos esses números. Jóia precisava da metade mais um dos votos dos eleitores que participaram do plebiscito, para conseguir a emancipação.

FOGUETE E CHURRASCO

A festa, que começara na praça, continuou no clube e foi espichada depois com uma passeata pelas ruas



Carlos Fontana: cauteloso de início

da vila. "Tem um caminhão tombadeira cheio de foguete pra gastar, e 12 vacas para o churrasco", anunciava o seu Pedro Machado, um peão faceiro com a movimentação. Ele exagerou quanto aos foguetes, que não eram tantos, mas carne é que não vai faltar para a grande festa, que pode acontecer no dia 16 de maio, um domingo, se o governador Amaral de Souza assinar uns dias antes a lei criando o novo município. →

A VOTAÇÃO URNA POR URNA

Urna	Nº urna	Inscritos	Votaram	Sim	Não	Branco	Nulos
Vila Jóia	16	205	163	152	10	—	1
Vila Jóa	17	206	166	156	6	—	4
Vila Jóia	18	177	137	152	9	1	2
São José	19	248	192	160	29	2	1
São José	20	207	166	148	13	—	5
São Pedro	21	184	127	87	39	—	1
Cará	33	142	117	113	2	1	1
Jóia	45	283	222	203	12	1	6
São Roque	51	101	90	83	6	—	1
São Pedro	52	103	74	59	14	—	1
Cará	60	101	78	72	6	—	—
Jóia	66	148	113	101	5	—	7
São José	71	27	25	24	1	—	—
São Bernardo	25	121	67	55	11	—	1
R. dos Pires	50	163	110	24	80	—	6
Carajá Grande	157	212	173	81	81	9	2



Os estudantes batucaram uma charanga todo o dia



Jandir Andreatta: trabalhar juntos

Quando as comemorações já tiverem passado, Jóia continuará movimentada, em função das primeiras eleições para escolha do prefeito, vice e vereadores, no dia 15 de novembro. Mas quase ninguém acredita que a política possa prejudicar a união necessária para que os projetos do novo município sejam levados adiante. É assim que pensa, por exemplo, o único vereador eleito por Vila Jóia para a Câmara de Tupanciretã, o comerciante Jandir Andreatta, do núcleo de São José.

"O importante é que todos trabalhem juntos, sem problemas de partidos, para que deixássemos de ser peão para ser patrão", diz o seu Jandir. Ele acha que é cedo para se falar de eleições, mas reconhece que a mobilização vai ser grande, depois da formação dos diretórios dos partidos e da indicação dos candidatos. No dia do plebiscito, aliás, Jóia recebeu a visita de políticos, como os deputados Emídio Perondi, Algir Lorenzon e Rubi Diehl, e muitas ruas amanhecaram com cartazes de propaganda de candidatos da região.

ASSUNTOS MAIS IMEDIATOS

Mas o que mais interessa mesmo agora é a formação do Conselho de Administração de Vila Jóia, que se encarregará dos assuntos do novo município até as eleições. O Conselho substituirá a subprefeitura, e será integrado por representantes de cada um dos núcleos, escolhidos em reuniões que já estão sendo realizadas. Esse grupo de trabalho, segundo Fontana, encaminhará também todas as questões mais imediatas, como obras e outras reivindicações, e cuidará de todos os assuntos relacionados com a organização do município.

Para início da estruturação de Jóia, já está em elaboração, na Surbam, que é um órgão oficial, o plano diretor da cidade. Este plano vai definir obras básicas, como saneamento (água e esgoto), e planejar o crescimento da cidade, para que ele não seja desordenado. Também pode acontecer meio logo a aprovação de um processo que pede a instalação do ensino de segundo grau. Os outros projetos serão encaminhados sem pressa, de acordo com as prioridades que deverão se basear no próprio plano diretor.

São Pedro: experiência em plebiscito

Plebiscito não é novidade para os moradores de São Pedro do Pontão, um dos núcleos do distrito de Jóia. Eles participaram da consulta realizada em 62, e há uns dois anos movimentaram a localidade com outros dois plebiscitos que tiveram um final surpreendente: terminaram empatados. Só que essas duas votações não tinham nada a ver com emancipação, mas sim com a escolha do nome da praça do núcleo, que ainda continua sem denominação, pois o pessoal de São Pedro quer decidir tudo democraticamente.

A praça foi construída uns dois anos atrás, e na hora de escolher o nome a população se dividiu. Uns queriam que o homenageado fosse um dos pioneiros da localidade, o agricultor Antonio Zardin, que havia doado o terreno. Outros indicaram o padre Antonio Hamirsten, que foi vigário em São Pedro, durante muitos anos, mas que não reside mais ali. A

melhor saída foi então realizar um plebiscito, mas o primeiro terminou empatado, e o segundo também não decidiu nada, pois acabou de novo em empate.

O morador mais antigo de São Pedro, o seu Arcângelo Furlan, de 84 anos de idade, recorda esses plebiscitos e até hoje se mostra surpreso com os dois empates. Mas ele entende que as votações são muito mais uma prova de que os moradores preferem tomar decisões sem nenhuma imposição, do que sinal de desavenças. Agora, ficará a cargo do primeiro prefeito de Jóia encontrar uma solução para esse impasse, e ninguém duvida que isso acontecerá.

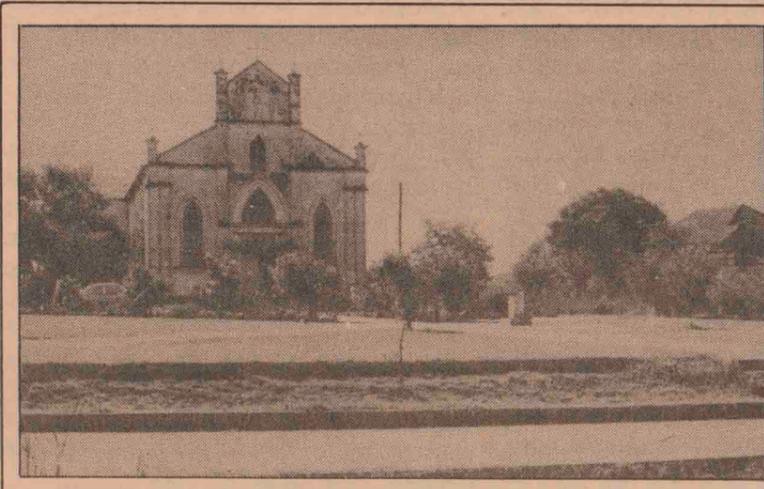
UM HOMEM DE CORAÇÃO

A verdade é que São Pedro sempre disputou, com Vila Jóia, a hegemonia do interior de Tupanciretã, ou seja, a condição de localidade mais

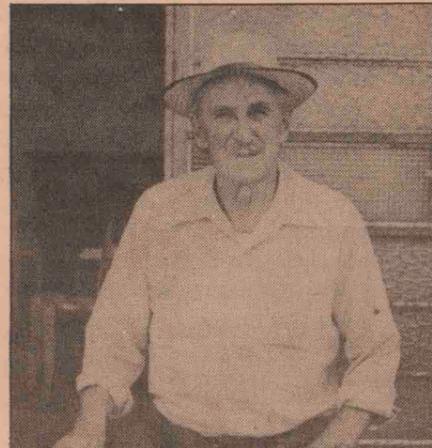
atuante e com mais lideranças. Por isso, havia muita gente preocupada com o resultado do plebiscito ali no núcleo, acreditando que os moradores poderiam votar contra a emancipação. A diferença foi pequena, mas a maioria disse "sim", e agora o pessoal quer é trabalhar unido, segundo seu Arcângelo.

Em 62, ele votou contra a criação do município, mas no dia 1º de maio disse "sim", porque "tinha que rebentar de uma vez". O agricultor acha que em 62 "era ainda muito cedo", e dá uma receita para que tudo seja esquecido: "Temos que trabalhar todos juntos, todos de acordo, com entendimento entre pai e filho". Seu Arcângelo, que saiu com 16 anos de Caxias do Sul para morar em São Pedro, diz também como entende que deve ser o primeiro prefeito:

— Tem que ser um homem de bem com todos, um homem de coração.



Deu empate nas duas votações e a praça continua sem nome



Arcângelo Furlan: tinha que rebentar

Autonomia e luta por recursos

Há muito tempo que os moradores de Jóia vinham amadurecendo essa idéia de emancipação. A vila fica a 78 quilômetros de Tupanciretã, mas não foi só esta longa distância que contou para que o "sim" vencesse. O distrito tem quase todas as condições para se transformar em cidade e ganhar autonomia. A sua produção deste ano, por exemplo, está estimada nuns 880 milhões de cruzeiros. Mas toda essa receita, que provoca uma grande arrecadação de impostos, como ICM, não significa muito para uma localidade, se ela não se transformar em município.

Agora, no entanto, Jóia terá os retornos dessa arrecadação e poderá administrar os recursos que, por enquanto, são centralizados e somente depois distribuídos pela Prefeitura de Tupanciretã. No processo encaminhado para emancipação, e aprovado pela Assembléia Legislativa, a comissão revela a existência de 10.265 pessoas na área do novo município, que terá em torno de mil quilômetros quadrados. Cerca de 700 quilômetros serão tirados de Tupanciretã, e o restante de Santo Ângelo, onde estão as localidades de Rincão dos Pires, Rincão dos Machado, Rincão dos Antunes, Rincão dos Fraga e Rincão dos

Viana, agora desmembradas.

A sede da vila tem 220 casas em sua área urbana, e a população fica ao redor de 900 habitantes. A nova cidade já conta com redes de energia elétrica, água encanada, um centro telefônico, uma agência dos Correios, subdelegacia de polícia, um cartório, o Hospital Santa Líbera, uma escola de 1º grau com 285 alunos, um posto de saúde e pequenas empresas. A produção primária, de soja, milho, trigo e outras culturas, é que deverá garantir a maior parte da receita do novo município, onde a pecuária também tem força.

SEM RECURSOS

Jóia irá enfrentar alguns obstáculos que outros tantos novos municípios também terão pela frente, e o maior deles parece ser o esgotamento financeiro. Este é, aliás, um problema que todos os municípios, e não só os novos, já enfrentam há bastante tempo, em função da tal de centralização da renda tributária nas mãos da União, do governo federal. Os retornos dos impostos arrecadados são insignificantes, segundo os prefeitos, que há pouco trataram do assunto num encontro estadual. Nesse congresso, houve mais um apelo para que a reforma tributária, reclamada com

insistência nos últimos anos, aconteça de uma vez.

Mas, mesmo assim, as comunidades que lutaram pela emancipação entendem que podem enfrentar essa e outras questões. Desde o ano passado, foram realizados ou estão para acontecer plebiscitos para emancipação de 11 distritos gaúchos, e em todos eles se espera pela transformação em município. Isso até preocupa alguns deputados da Comissão para Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa. É que os novos municípios poderão sofrer muito com a falta de recursos, para que possam se manter. Com os grandes municípios isso já acontece, e piora cada vez mais.

No ano passado, começou a nova série de emancipações no Rio Grande do Sul, com o desmembramento de Teotônia, que pertencia a Estrela. Este ano, surgiram Capão da Canoa, que pertencia a Osório, e Charqueadas, que era distrito de Bagé. Depois, foram programados plebiscitos em Bom Princípio (Caxias do Sul), Fortaleza dos Valos (Cruz Alta), Capão do Leão (São Jerônimo), Salto do Jacuí (Espumoso), Palmares (Osório), Jóia (Tupanciretã), Tavares (Mostardas) e Cotiporã (Veranópolis).

A TÉCNICA NO POMAR CASEIRO

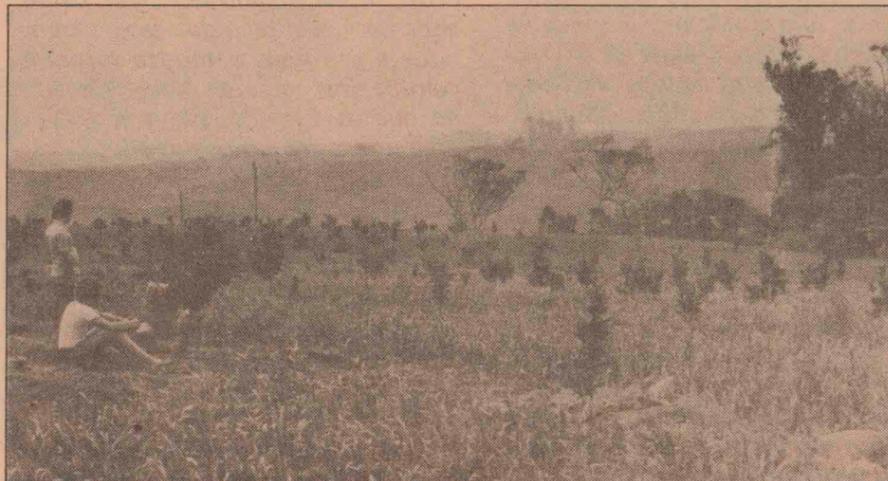
A Cotrijuí irá iniciar, no final de junho, a distribuição das mudas de árvores frutíferas, nas unidades da Região Pioneira e em Dom Pedrito, para formação de pomares domésticos. Mas não são poucos os produtores que ainda devem estar em dúvida, quanto à escolha do local para plantio, o transplante das mudas e outras práticas. Para que um pomar se desenvolva sem problemas, devem ser considerados muitos aspectos técnicos, que foram relacionados pelo pessoal que cuida dessa área na Cooperativa, pois pequenos detalhes contam bastante.

Primeiro, quando da escolha do local, o produtor precisa evitar os terrenos alagadiços, que não se prestam para a formação do pomar, mas também não realizar o plantio em terras muito secas. O solo precisa ter uma boa estrutura, para que permita a infiltração da água das chuvas e retenha bem a umidade, permitindo ainda um bom aprofundamento das raízes. Na escolha da área deve também ser considerada, além das condições do solo, a sua localização em relação a outros fatores.

LOCALIZAÇÃO

Um pomar que pegue bem o sol da manhã, ficando exposto para o leste, pode ter menos doenças fungicas. É que o sol enxuga mais depressa o orvalho, e com isso ajuda no controle das doenças. Mas também é importante que ele esteja localizado perto da residência, para que o produtor possa fazer uma observação contínua do desenvolvimento das plantas e cuide melhor do controle das formigas e outras pragas, e forneça água com regularidade às mudas.

Além disso, se o pomar estiver



As condições do solo e a localização da área são pontos importantes num pomar

perto da residência e cercado, os espaços vazios, por menores que sejam, podem ser aproveitados para o cultivo de hortaliças, batatinha, cebola, alho e outras culturas. Inclusive pasto para os animais pode ser plantado nesses espaços, mesmo porque o pomar precisa ficar livre de inços e estas capinas podem ser úteis para as culturas intercaladas.

COVAS

Depois de escolhido o local, deverão ser feitos os trabalhos de preparo da área. O local deve ficar limpo, e é importante que se controle as formigas cortadeiras. O preparo da cova, que é a prática mais comum quando da formação de pomares domésticos, sem a necessidade de lavração, exige também atenção especial. As covas devem ser abertas com boa antecedência, ou seja, até uns dois meses antes do plantio, que acontece geralmente entre junho e agosto.

Uma cova bem grande terá mais terra arejada, nova e forte em matéria orgânica e nutrientes. As dimensões do buraco podem ficar em torno de 70 centímetros de

boca por uns 70 centímetros de profundidade. A terra que sair da cova não mais pode ser aproveitada, pois é subsolo e não se presta a um desenvolvimento satisfatório das mudas.

O produtor deve usar a terra da camada de cima para encher a cova, pegando sempre até um palmo mais ou menos dessa camada da superfície. Antes, no fundo da cova, coloca-se uma camada de palha podre de uns 10 centímetros, completando em seguida com terra de boa qualidade, da camada de cima. Nessa terra devem ser misturados de 15 a 20 quilos de esterco curtido e de um a dois quilos de calcário, para correção da acidez.

PROTEÇÃO

Antes do plantio, o produtor deve observar se não há raízes quebradas. Se existir, corta-se esses pedaços, para que seja facilitada a cicatrização. A profundidade do plantio das mudas precisa ser semelhante a do viveiro. Depois do plantio, o solo precisa ser protegido, para conservação da umidade, e isso se consegue colocando palha ou

serragem podre ao redor da muda. A proteção é importante, nos períodos de estiagem. O produtor deve também escorar a muda com uma estaca, para que a raiz não se solte.

Outro aspecto ressaltado pelos técnicos é o de que um pomar não pode se transformar numa "salada de frutas", misturando as mudas. Mantendo juntas as plantas de uma mesma espécie ou variedade, será mais fácil realizar a poda, e os cuidados com o controle de doenças e outras práticas ficam também facilitados. O espaçamento entre as linhas pode ser de cinco a seis metros. Entre as plantas, o espaçamento varia de acordo com as espécies.

ESPÉCIES

Um pomar doméstico, apenas para subsistência de uma família, não precisa ser muito grande. Pode ter umas 15 espécies (veja o quadro) com cerca de 70 pés de frutíferas, conforme sugestão dos técnicos da Cotrijuí. É claro que esses números podem variar, e também a escolha das espécies e variedades, de acordo com o tamanho da família e a preferência por determinadas frutas.

Quem tiver dúvidas sobre a formação do pomar, pode solicitar informações nas unidades, onde as mudas serão distribuídas a partir do dia 22 de junho, iniciando por Ajuricaba. Dia 24 será a vez de Jóia e Augusto Pestana; dia 30 à tarde, Chiapetta, Santo Augusto, Coronel Bicaco e Portela; dia 1º de julho, Ijuí; e dia 7 de julho, Dom Pedrito. Os postos de Mauá, Santa Lúcia, Salto e Coronel Barros estão recebendo pedidos de reservas de mudas, e as datas de entrega ainda serão marcadas.

POMAR DOMÉSTICO (para cinco pessoas)					
Espécie	Variedades	Número de plantas	Época de produção	Produção (quilos)	Espaçamento (metros)
Laranja	Comum, Monte Parnaso, Valência	7	Maio a outubro	820	6 x 4
Bergamota	Comum, Montenegrina	4	Maio a julho	300	6 x 4
Limão	Cravo, Galego	1	Abril a dezembro	250	6 x 4
Pera	Manteiga, Kieffer	2	Dezembro a fevereiro	300	6 x 8
Caqui	Fuyu, Rama Forte	2	Fevereiro a abril	400	6 x 8
Abacate	Comum	1	Agosto a outubro	150 - 400	12 x 8
Nogueira	Mahan, Money Maker	2	Abril a junho	05	12 x 8
Goiaba	Comum	2	Dezembro a março	40	6 x 4
Videira	Isabel, Concord e outras	16	Dezembro a fevereiro	—	2 x 2
Pêssego	Premier, Cardeal	6	Novembro a dezembro	200	6 x 4
Ameixa	Santa Rosa, Kelsei	3	Fevereiro a março	100	6 x 4
Nespêra	Várias	2	Julho a setembro	60	6 x 4
Maçã	Brasil, José Bins	4	Fevereiro a março	140	6 x 3
Mamão	Várias	3	Agosto a outubro	100	2 x 2
Banana	Várias	20	Janeiro a abril	180	2 x 2
Figueira	Roxo, Pingo de Mel, branco	2	Dezembro a fevereiro	80	2 x 3

O clima atrapalhou a produção de lã

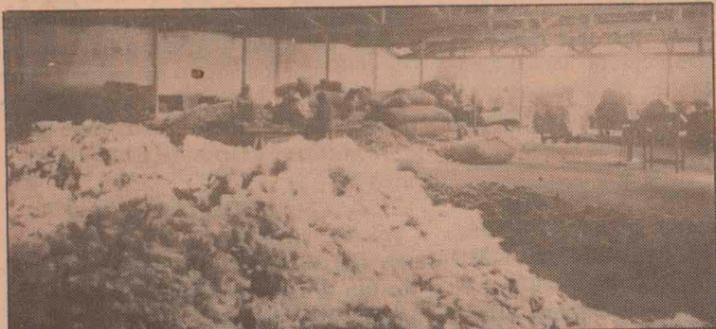
Até o dia 29 de abril a Cotrijuí, na sua Unidade em Dom Pedrito, recebeu 16 por cento a mais de lã do que na safra passada. Na mesma data havia sido entregue pelos associados a quantia de 1.134.535 quilos de lã, contra os 1.324.739 quilos deste ano.

"E isto é um bom sinal", no entender do agrônomo Paulo Arines Pedroso, coordenador do departamento Agrotécnico e ainda responsável pelo setor de lãs na Unidade. De acordo com o Pedroso, este ano foi muito ruim, em função do clima seco e quente, para a produção de lã em todo Estado, onde na contabilidade final da safra se apurará uma redução considerável na produção. O clima também foi o responsável pela verminose que atacou o rebanho:

— Vermes que atacam

no verão, apareceram no inverno, para surpresa dos criadores. O pessoal não esperava e se descuidou, acontecendo em alguns rebanhos a quebra de até um quilo de lã por animal.

Como praticamente já não existe lã no mercado, os preços subiram astronômicamente, pois paralelamente existe uma alta procura do produto. Nas lãs de finura Merina, Americada, e Prima A e B, os preços estiveram firmes desde o início da comercialização. Já as lãs cruzas tiveram um preço muito baixo até o final de fevereiro, em função da baixa procura por sua qualidade inferior. Foi só começar a faltar lã para que as cruzas também sofressem uma reação no mercado. Os preços finais de comercialização, porém, serão conhecidos apenas da qui a dois ou três meses.



Cooperativa recebeu mais lã que no ano passado

Artesanato agora junto com a LBA

A Cotrijuí e a LBA (Legião Brasileira de Assistência) de Dom Pedrito fizeram um acordo de experiência para um trabalho no setor de artesanato de lã. A Cooperativa, que tem a matéria-prima, não conta com mão-de-obra especializada para este trabalho de uma forma que compense contratar funcionários para atividade específica neste setor. A LBA, por outro lado, dispõe da mão-de-obra, recrutada entre a população carente do município, mas nem sempre conta com matéria-prima, além de enfrentar dificuldades para colocar esta produção no mercado. A comercialização do artesanato é feita pela LBA basicamente durante a Exposição de Animais em Esteio e em eventuais feiras realizadas no município.

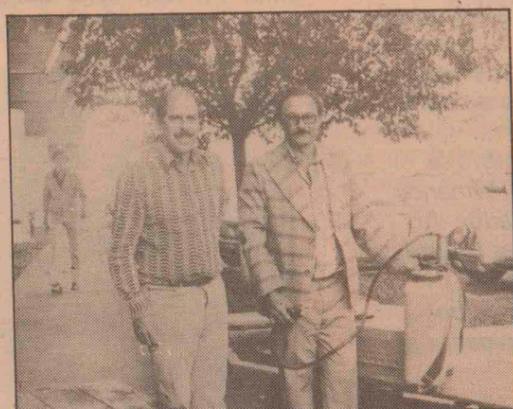
E é aí neste ponto que também entra o papel

da Cotrijuí dentro do acordo. Ela poderá se responsabilizar pela comercialização de parte do artesanato feito através da LBA, inclusive através de sua rede de lojas.

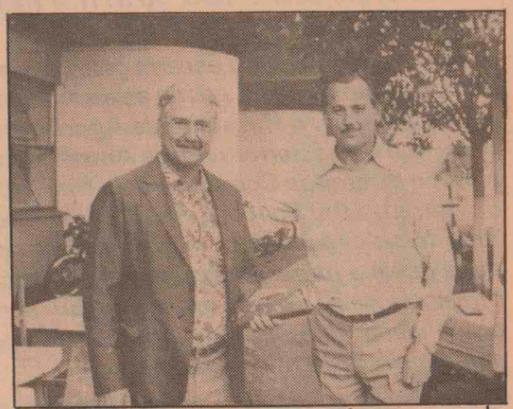
Este acordo foi assinado no dia 29 de abril, durante uma reunião que contou com a participação das senhoras Cleusa Costa, representando a LBA de Porto Alegre, e a presidente da Legião em Dom Pedrito, Ione Goulart Diehl. Pela Cotrijuí, participaram Airton de Cardona de Cardona e Paulo Arines Pedroso.

Com a lã crioula fornecida pela Cotrijuí, as artesãs da LBA confeccionam palas, ponchos, cobertores, tapetes, xergões, e vários outros produtos, auxiliando, desta forma, a LBA no seu programa de aproveitamento de mão-de-obra.

O alho da Cotrijuí na prova de qualidade



Olinto Fabrin ficou com o primeiro lugar...



... e Noé Dalla Rosa conquistou o segundo

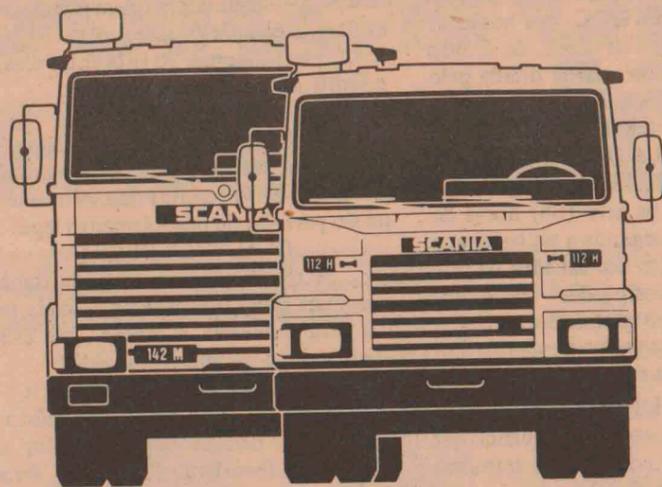
O alho que vem sendo produzido na Região Pioneira da Cotrijuí, dentro do programa de diversificação, conquistou mais uma prova de que sua qualidade é reconhecida pelo mercado brasileiro. Dois produtores de Ijuí conseguiram duas premiações importantes, a nível nacional, em função dessa qualidade. Os prêmios foram entregues no dia 16 de abril, em Ijuí, pelos presidente e vice-presidente da Cooperativa, Ruben Ilgenfritz da Silva e Arnaldo Drews.

Os premiados foram os agricultores Olinto Fabrin e Victorio Noé Dalla Rosa, da localidade de Barreiro. Olinto conquistou o primeiro lugar, e Victorio o segundo, no concurso nacional no grupo dos alhos roxos nobres, realizado em São Paulo, em

dezembro do ano passado, durante a 1ª Mostra Brasileira de Alhos Nacionais. O concurso foi coordenado pela Gerência Nacional de Horticultura, do Ministério da Agricultura, e pela Associação Nacional dos Produtores de Alho.

As amostras dos alhos produzidos pelos dois ijuienses foram levadas a São Paulo pelo agrônomo Hélio Pohlmann, que cuida da área de hortigranjeiros na Cotrijuí e é vice-presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho, e participaram do concurso com produtos de vários Estados. Olinto ganhou, como prêmio, uma carreta para mil quilos e um pulverizador, e Victorio uma carreta para 3 mil quilos e uma tesoura de podar.

CAMINHÕES PROGRAMADOS SCANIA

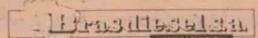


NA BRASDIESEL VOCÊ ENCONTRA OS CAMINHÕES FEITOS SOB MEDIDA PARA SUA CARGA, COM VANTAGENS SOB MEDIDA PARA VOCÊ.

A Scania sempre foi capaz de melhorar o que era ótimo. Sua tecnologia produz, entre outras coisas, motores a jato, computadores precisos e os caminhões mais testados e aprovados em todo mundo. Na Brasdiesel você vê de perto as vantagens que essa tecnologia trouxe para você. Os Caminhões Programados Scania. Programados para dar lucro ao transportador. Para durar muito. Com economia e versatilidade. A Brasdiesel tem condições de venda especialmente programadas para você. Conheça na Brasdiesel os caminhões feitos para sua carga. A Brasdiesel tem vantagens sob medida para você. Não perca.



CAXIAS — CARAZINHO — IJUÍ



UM ACORDO ENTRE PATRÕES E EMPREGADOS

Depois de duas assembléias e muitas negociações, que totalizaram uma série de exatamente 10 reuniões, os sindicatos dos empregadores e dos trabalhadores rurais de Ijuí definiram as cláusulas da primeira convenção coletiva (veja abaixo) rural do município e do Estado. As cláusulas da convenção foram assinadas no dia 11 de maio, na Cotrijuí, pelos presidentes das entidades, Carlos Karlinski, do STR, e Reinhold Kommers, do sindicato patronal.

A assinatura do acordo encerra gestões que tiveram início no ano passado, com o assessoramento de dois representantes do Ministério da Agricultura, Francisco Mena Barreto e José Antonio Coimbra, e tendo o diretor de Comunicação e Recursos Humanos da Cotrijuí, Rui Polidoro Pinto, como mediador. Ao final dessas negociações, estavam aprovadas as cláusulas deste que é o primeiro documento firmado por dirigentes rurais do Rio Grande do Sul, para melhor disciplinar as relações trabalhistas entre empregados e empregadores do meio agrícola.

A convenção coletiva rural, que funciona mais ou menos como a adotada pelos trabalhadores urbanos, trata de vários aspectos dos direitos e obrigações de ambas as partes. Assim, patrões e empregados terão um melhor atendimento, pois os itens do acordo serão bem explicados, em folhetos que os sindicatos distribuirão entre seus associados. Kommers e Karlinski ressaltam que este é um início, para aperfeiçoamento das relações trabalhistas na lavoura, e talvez um exemplo a ser seguido por outros municípios.



As relações de trabalho foram discutidas pelos dois sindicatos

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho alcançará todos os representantes dos Sindicatos acordantes, sejam quais forem as atividades, funções ou profissões por eles exercidas, dentro da respectiva base territorial das entidades que este subscrevem.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica estabelecida a data para revisão, quer por Convenção, quer por Dissídio Coletivo, o dia 1º de maio de cada ano.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os empregadores rurais concederão a todos os seus trabalhadores um reajuste salarial, com base no INPC, nos meses de maio e de novembro de 1982, de acordo com a lei de política salarial ditada pelo Poder Executivo (Lei 6.708, de 30/10/79, alterada pela de nº 6.886 de 10/12/79).

CLÁUSULA QUARTA

Devido às peculiaridades do trabalho Agropecuário, as oito (08) horas de trabalho diário, de segunda a sexta-feira, e as quatro (04) horas dos sábados de manhã, poderão ser prorrogadas — respeitando o limite máximo permitido por lei — de tal forma a compensar as quatro horas não trabalhadas nos sábados à tarde.

CLÁUSULA QUINTA

Os empregadores rurais, quando necessitarem dos serviços de seus trabalhadores rurais aos sábados à tarde, pagarão as horas trabalhadas com acréscimo de 25 por cento (vinte e cinco por cento) da hora normal.

CLÁUSULA SEXTA

Os empregados rurais poderão, a juízo do empregador, prestar serviços suplementares, exceto quando estiverem justificadamente impedidos. A remuneração das horas extras trabalhadas sofrerá um acréscimo de 25 por cento (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração da hora normal, até o limite de duas horas diárias; as excedentes serão remuneradas com um acréscimo de no mínimo 30 por cento (trinta por cento) da hora normal.

CLÁUSULA SÉTIMA

Todo empregado terá direito ao repouso semanal. Poderá entretanto, o repouso ser deslocado — no máximo duas vezes ao mês — para outro dia que não o domingo. Caso o domingo ou feriado tra-

balhados não sejam compensados por outro dia da semana, estes serão remunerados com acréscimo de 50 por cento (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

CLÁUSULA OITAVA

Os empregadores pagarão a seus trabalhadores rurais não eventuais, salários até no máximo 15 (quinze) dias, quando estes estiverem afastados comprovadamente do serviço — por atestado — para tratamento médico, podendo o empregador exigir atestado de aptidão para reinício das atividades, no que diz respeito ao que o afastou; sendo que em caso de acidente no trabalho, complementarão o Benefício Pecuniário pago pelo FUNRURAL, nos primeiros 90 (noventa) dias, até o limite do salário contratual.

CLÁUSULA NONA

Será assegurada a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, do início da gravidez até 30 (trinta) dias após o término do período de licenciamento legal.

CLÁUSULA DÉCIMA

A rescisão do contrato de trabalho sem justa causa do chefe da unidade familiar será extensiva à esposa, que exerça atividades ao mesmo empregador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Será acrescida no salário diário do trabalhador não efetivo, um valor proporcional referente ao 13º salário, férias e domingos remunerados incluindo a indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nas rescisões de contrato de trabalho por tempo indeterminado, sem justa causa, inferiores a 12 (doze) meses, ficam os trabalhadores com o direito a férias e 13º salários proporcionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As rescisões de contrato de trabalho por tempo indeterminado, sem justa causa, superiores a seis (06) meses, deverão ser homologadas na entidade sindical dos trabalhadores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Se a morada oferecida pelo empregador for coletiva, o desconto referente a habitação será dividido pelo número de empregados; mas se os empregados tiverem quartos individuais adequados ao descanso noturno, e com um banheiro pelo menos para cada seis pessoas, o des-

conto será no máximo de 20 por cento (vinte por cento) para cada empregado, incidindo sobre o salário-família vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Fica expressamente proibida a morada coletiva de famílias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O trabalhador rural que residir na propriedade do empregador, terá o direito de permanecer nela até 45 (quarenta e cinco) dias após a rescisão do contrato de trabalho, quando despedido sem justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Toda promessa de comissão sobre a produção deverá ser anotada na CTPS do empregado ou expressa por outra forma escrita e assinada pelo empregador rural.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A título de insalubridade, o empregado nos meses em que trabalhar com pesticidas e agrotóxicos, terá direito ao adicional de no mínimo 20 por cento (vinte por cento) sobre o salário contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Sempre que o empregado tiver contato direto com pesticidas e agrotóxicos quer seja no preparo ou na aplicação, sua jornada de trabalho diária não poderá exceder a seis horas e meia (06,30), sem prejuízo da remuneração normal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O empregador rural é obrigado a deixar a disposição do empregado, equipamentos de proteção contra acidentes do trabalho e meios de proteção que o serviço requer.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Os frutos fornecidos pelo empregador a fim de se atender as necessidades exclusivas da família do trabalhador, tais como mandioca, batata, leite, ovos, etc., não serão considerados como salário-in-natura, mas sim uma liberalidade do empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, antes de fornecer credencial para o empregado postular direitos na justiça, deverá comunicar ao Sindicato Rural, para possibilitar acordo extra judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Durante o mês de março de cada

ano os empregadores deverão descontar do salário de seus empregados o valor correspondente a um dia de trabalho de cada um, a título de contribuição sindical, podendo abater o valor já recolhido juntamente com o ITR do ano anterior; recolhendo o residual em guia própria, ao Banco do Brasil S/A, até o final do mês de abril de cada ano; o empregador deverá apresentar ao Sindicato dos Trabalhadores, relação de todos seus empregados e respectivos salários, durante o mês de março.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

É obrigação dos empregadores rurais cadastrarem todos seus empregados no PIS (Programa de Integração Social), quando da admissão destes; cumprindo igualmente, com as demais exigências legais decorrentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

É assegurado aos trabalhadores rurais o fornecimento de comprovantes de pagamento de salários, com discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados, contendo, ainda, a identificação do empregador e do empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

Os empregadores, quando da contratação de mão-de-obra assalariada rural, deverão preferir os trabalhadores sindicalizados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

Ficam os empregadores incumbidos de proceder o desconto no valor correspondente a um dia de trabalho de seus empregados — associados ou não no Sindicato dos Trabalhadores — por ocasião do primeiro pagamento dos salários já reajustados com base nesta convenção, e posterior recolhimento da importância em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, em favor da entidade sindical dos trabalhadores rurais, até o final de junho de 1982.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

O não cumprimento de qualquer das Cláusulas desta Convenção, implicará na aplicação de multa, no caso do empregador, no valor de Cr\$ 1.000,00, a ser pago no SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IJUÍ, e no caso do empregado em 50 por cento (cinquenta por cento) deste valor, a ser pago ao SINDICATO DA CATEGORIA PATRONAL.

A LAVOURA NO MÊS



ALHO

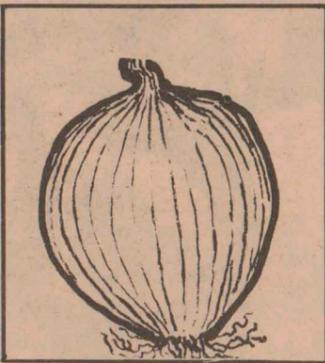
A semeadura do alho já foi realizada na maior parte das lavouras, apesar do solo estar relativamente seco. O que se tem constatado é que essa condição do solo tem resultado em

desuniformidade na germinação das sementes. Isso pode não estar preocupando muito agora, mas talvez se transforme num problema quando da maturação e colheita. Se essa desuniformidade se mantiver, deverá então ser feita uma colheita por partes.

No mês passado, pudemos constatar a tendência de se plantar qualquer alho que houver, em função de não mais existir disponibilidade de sementes. Efetivamente, nos mercados da Cooperativa já vem se verificando uma procura de alho bem acima das possibilidades de consumo, do que se deduz que parte deste produto pode estar sendo utilizado para

plântio.

O controle de inço deverá ser observado assim que iniciar um período mais chuvoso, sendo que a capina normal é sem dúvida a que apresenta melhores resultados.



CEBOLA

As semeaduras de cebola estão encerradas, apesar de se poder realizar ainda durante o mês de maio, na Região Pioneira. As mudas de cebola estão se desenvolvendo muito bem, mesmo que tenha acontecido falta de chuvas e com isso não tenha sido possível fazer o transplante, porque a terra está muito seca.

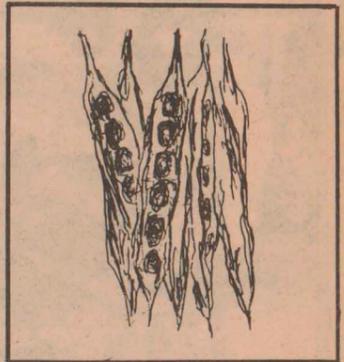
O espaçamento para o plantio da cebola deve ser de 10 centímetros entre as plantas, e de 30 centímetros entre as filas. Isso resulta numa densidade de 300 mil plantas por hectare.

Uma prática comum entre os plantadores de cebola é a de despontar as raízes e as folhas. Porém, os resultados da pesquisa informam que esta prática não traz vantagens maiores à produção.

Um fato que tem chamado a atenção no atual período é que em algumas sementeiras as plantas têm sido infectadas por moléstias, principalmente a alternaria. Essa doença se caracteriza por pequenas manchas brancas nas folhas, e o controle deve ser preventivo, no sentido de diminuir a disseminação da moléstia. O controle pode ser feito com o uso de produto à base de Maneb, de acordo com as orientações de um técnico.

Lembra-se novamente aos associados que o plantio da cebola apresenta sempre resultados positivos ao produtor,

pois é um produto a menos para comprar. Além disso, a cebola pode ser armazenada por um bom período de tempo.



ERVILHA

O cultivo de ervilha é possível na Região Pioneira. Alertamos, porém, que somente aquele produto que apresentar a cor verde na parte interna do grão é que tem boas possibilidades comerciais. A Cooperativa não dispõe de sementes de ervilha. A única maneira de se obtê-la, na Região Pioneira, é pela troca entre os produtores. Mas ressaltamos que o aspecto acima citado deve ser observado.

HORTA DOMÉSTICA

As condições climáticas, neste período, sem dúvida não têm sido favoráveis às hortas domésticas. A pouca chuva tem atrasado os transplantes, e em muitos casos as mudas passaram do ponto ainda na sementeira. O quadro sugestão (abaixo) para horta doméstica apresenta a proporção do que deve ser feito em plantações, mês a mês. A numeração I e II refere-se ao plantio na primeira (I) e segunda (II) épocas.

HORTA DOMÉSTICA PARA 5 PESSOAS

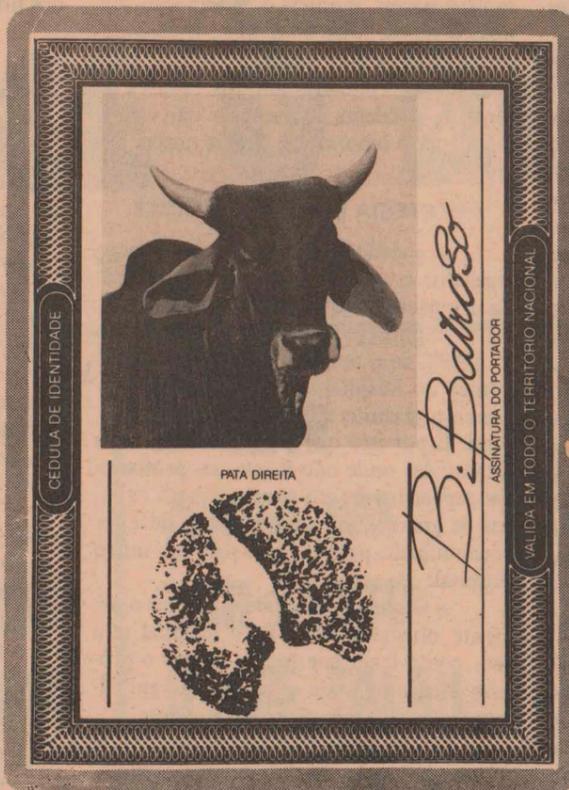
Repolho	12 m ²	cultivados em 2 épocas	- 36 m ²
Couve	12 m ²	cultivada em 2 épocas	- 24 m ²
Rabanete	4 m ²	cultivado em 6 épocas	- 24 m ²
Tomate	10 m ²	cultivado em 2 épocas	- 20 m ²
Pepino	10 plantas		- 25 m ²
Alface	12 m ²	cultivado em 6 épocas	- 72 m ²
Rúcula	6 m ²	cultivado em 4 épocas	- 24 m ²
Cenoura	18 m ²	cultivado em 2 épocas	- 36 m ²
Cebola	40 m ²	cultivada em 1 época	- 40 m ²
Condimentos	2 m ²	cultivados em 2 épocas	- 4 m ²
Total	119 m²		

HORTA SUGERIDA PARA MAIO/JUNHO

Espécie - Variedade
 Repolho: Coração de boi (Chato de quintal)
 Couve: Manteiga Georgia
 Rabanete: Redondo Vermelho - SAXA
 Rúcula: Cultivada
 Cenoura: Nantes
 Cebola: Baia Periforme
 Alface: Boston branca

6 m		6 m	
Abril - Maio Repolho - Repolho		Abril - Maio Repolho - Repolho	
Abril - Maio Alface - Alface		Abril - Maio Couve - Couve	
Abril - Maio Rabanetes - Espinafre		Abril - Maio Rúcula - Rúcula	
Abril - Maio Cenoura I - Cenoura I		Abril - Maio Cenoura - Cenoura	
Abril - Maio Alface II			
4 m			
Transplantar Cebola Espaçamento: 10 cm entre plantas 30 cm entre linhas			

Brasileiro, solteiro, vacinado.



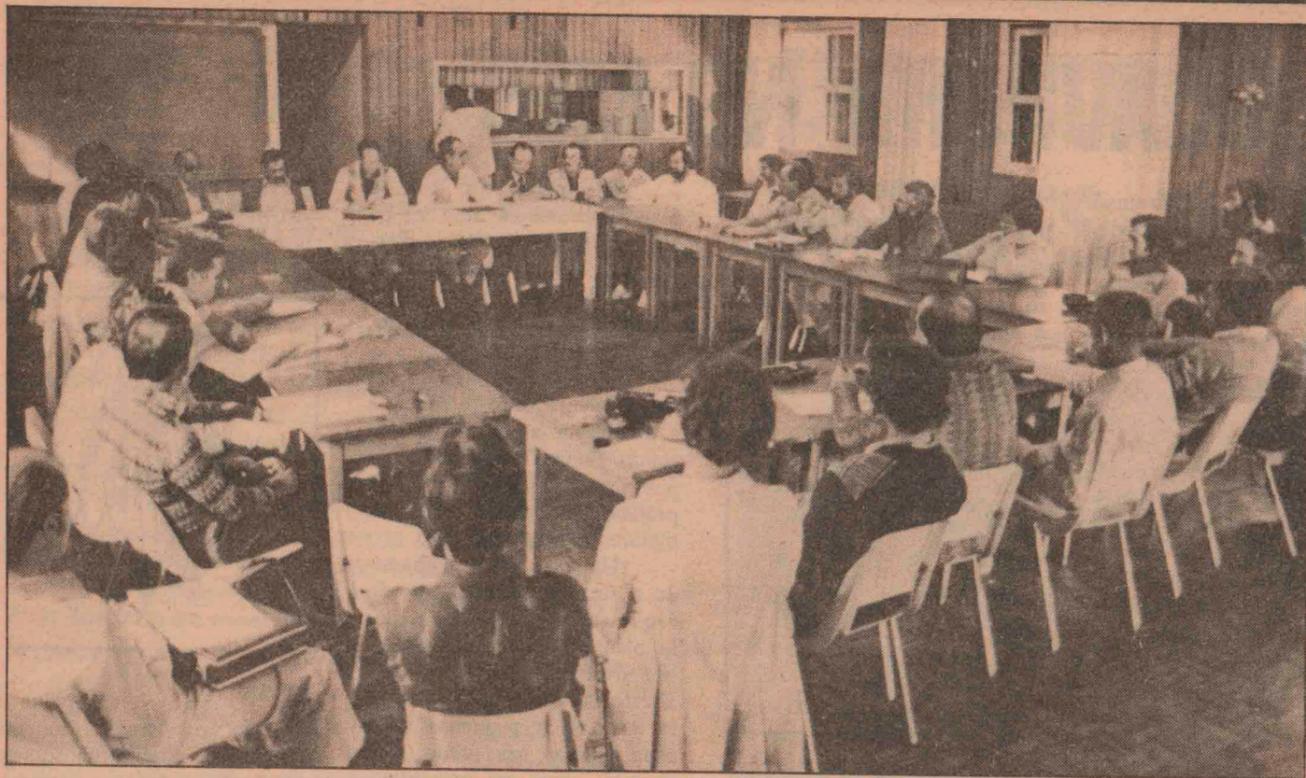
As Vacinas Irfa imunizam os rebanhos contra a febre aftosa, garantindo saúde aos animais e maiores lucros ao criador.

É um produto totalmente gaúcho, com a qualidade e eficiência Irfa.

Prestígio o que é nosso.



Vacinas Irfa
 Instituto Riograndense de Febre Aftosa



Muito agricultor anda pagando despesas com médico e hospital durante tratamento de saúde sem necessidade. A questão da cobrança, que fora revogada por uma portaria do Ministério da Previdência no ano passado, era um assunto não muito bem entendido entre lideranças sindicais e médicos e hospitais. Agora tudo ficou bem claro depois de uma reunião com a coordenadoria geral do INAMPS. Se este problema foi resolvido, porém, resta muito para que o produtor deixe de enfrentar as deficiências da Previdência Social. Fica ainda em aberto a discussão sobre o atendimento previdenciário que é prestado ao produtor.

Saúde

O AGRICULTOR PAGA O QUE NÃO DEVE

O pequeno produtor e o trabalhador rural não devem pagar nada para complementar despesas de atendimento médico e hospitalar nos casos de internação para tratamento de saúde em acomodações previdenciárias. A questão, que vinha sendo motivo de dúvidas entre líderes sindicais, médicos e hospitais, foi bem esclarecida pelo coordenador regional do INAMPS, Paulo Baddo, durante uma reunião realizada em Ijuí, no dia quatro de maio. A reunião foi convocada pela regional da Fetag e teve ainda a participação do delegado do Sindicato Médico, Armino Pydd, do presidente da Unimed, Bruno Wayhs, do representante da Associação Médica, Gilberto Pereira Gomes, vários outros médicos e representantes das direções de hospitais da região.

Desde que o Ministério da Previdência e Assistência Social baixou uma portaria, em agosto do ano passado, eliminando a participação do agricultor no custeio das despesas médico-hospitalares, começaram a surgir algumas dúvidas entre as lideranças sindicais. Frequentemente os sindicatos vinham recebendo queixas de seus associados sobre a cobrança de exames de laboratório durante a internação hospitalar, de honorários de anestesista, exigência de uma caução na hora da baixa hospitalar e ainda cobrança de diferença por acomodação em quarto de primeira, com a justificativa de não existir quarto previdenciário em disponibilidade. Um outro problema, também levantado durante a reunião, foi o rompimento de alguns convênios entre médicos e sindicatos para atendimento ambulatorial.

EXAME SEM COBRANÇA

Paulo Baddo, que também é médico, deixou bem claro durante o encontro que a medicina fundamentalmente existe em função da população, e não ao contrário. Por isto ele demonstrou sua inconformidade com o encaminhamento dos problemas de saúde do povo, onde se vive hoje o vício da especialização e até mesmo

da sofisticação nos tratamentos médicos. Isto torna a medicina cada vez mais cara, o que não é nada desejável num país que vive num clima de recessão econômica. Por esta razão os exames, como ele recomendou aos seus colegas, só devem ser realizados "quando existir necessidade absoluta, porque estamos num país pobre". E ele, analisando o aspecto legal dos convênios entre os hospitais e o Funrural para o atendimento dos trabalhadores rurais, afirmou que o custo destes exames é de inteira responsabilidade dos hospitais, não sendo permitida a cobrança de qualquer valor:

— É por isto que o médico deve pedir apenas aqueles exames absolutamente indispensáveis durante a internação. Os nossos olhos, nossos ouvidos, nossos dedos foram treinados para fazer diagnósticos. Então, enquanto formos capazes de sentir o problema do paciente, não vamos pedir que o laboratório tire as nossas dúvidas.

ANESTESIA E ACOMPANHANTE

A anestesia, também pelo aspecto legal dos convênios, não pode ser cobrada dos pacientes que sofrem uma cirurgia. Pela explicação do coordenador do INAMPS, se o médico faz parte do corpo clínico do hospital, ele deve prestar atendimento gratuito ao beneficiário do Funrural. É por isto que ele explicou que nas localidades onde não exista um profissional especializado em anestesia para os casos de grande cirurgia, o paciente deve ser encaminhado pelo médico para um outro hospital:

— O que não se pode é colocar o paciente no meio disto. Se o hospital não tem como fazer anestesia — e isto o próprio cirurgião pode providenciar em alguns casos — então repasse o paciente.

Outro direito do agricultor é o de não pagar nenhuma despesa por acompanhante de menor com até 10 anos de idade. O acompanhante para a criança só não é permitido gratuitamente nos casos das

instituições especializadas em tratamento de crianças, o que não é o caso dos hospitais da região.

Ainda foi esclarecido por Paulo Baddo que não existe nenhum motivo que permita o hospital cobrar uma caução dos pacientes do Funrural baixados em quartos previdenciários (de segunda classe), exatamente porque eles não terão qualquer gasto durante o período de hospitalização. Já a internação em quarto de primeira só deve acontecer em casos de prévio acordo entre pacientes e hospitais. Ele inclusive sugeriu que os agricultores acertem, por escrito, antes da baixa hospitalar, o valor em dinheiro que será pago de diferença nas acomodações e também dos honorários médicos.

EQUIPARAÇÃO

O clima da reunião foi de diálogo. Os líderes sindicais primeiro começaram a colocar os problemas, que foram respondidos pelo coordenador do INAMPS, enquanto os médicos e administradores de hospitais apresentavam suas justificativas. A primeira colocação foi do presidente do Sindicato Médico, Armino Pydd, ao lembrar que sua categoria profissional defende "a equiparação entre o atendimento do rurícola e do urbano, tanto na forma como no pagamento, que deve ser por tarefa". Ele reivindicou assim que a assistência aos agricultores não seja condicionada a valores fixos por mês, através de verbas determinadas pelos convênios.

Esta reivindicação, por sinal, como inclusive foi lembrado por Paulo Baddo, também é dos agricultores, que encontram nesta forma uma das soluções para os problemas previdenciários existentes na categoria rural. "Só que isto", enfatizou o coordenador, "foge da decisão dos presentes. Pela justiça, isto é o óbvio e o desejável. Isto, porém, depende do poder público."

REAJUSTE DOS CONVÊNIOS

Naldo Wiegert, que representava os médicos do Hospital Bom Pastor, de San-

to Augusto, mostrou a discordância na forma de aplicar a portaria que eliminou a participação. Segundo ele, após esta portaria a Previdência deveria ter reajustado os valores dos convênios, para compensar a parcela das despesas que os agricultores deixaram de pagar:

— A verba atual é insuficiente para cobrir as diárias e os medicamentos. A grande defasagem não é o trabalho do médico, mas sim a medicação, que sobe 400 por cento enquanto o reajuste dos convênios é mínimo. Assim não há condições de manter a situação atual.

Estes reajustes, segundo Paulo Baddo, foram concedidos nos níveis máximos permitidos pela situação da Previdência. Ele inclusive chegou a afirmar que a situação financeira dos hospitais seria muito pior se eles não tivessem convênios com o Funrural, porque desta forma, dentro das tabelas de pagamento do INAMPS, eles entrariam em outra classificação e teriam direito a uma diária menor.

ATENDIMENTO NO SINDICATO

Sobre o rompimento dos convênios para atendimento ambulatorial nos Sindicatos, Paulo Baddo afirmou não existir qualquer forma legal para obrigar os médicos a trabalharem. Já foram rompidos os convênios em Santo Augusto e Ajuricaba, pois os médicos, seguindo uma orientação do seu Sindicato, não aceitam manter qualquer vínculo empregatício com órgãos que não sejam estatais. Eles argumentam que existem problemas trabalhistas, como pagamento de 13º salário, férias, etc. Em contrapartida, eles propõem que os sindicatos façam convênios com a Unimed, o que tem sido recusado pelo temor de encarecer demais as consultas para os agricultores. A sugestão de Paulo Baddo, neste ponto, é que os sindicatos e os médicos sentem para conversar e chegar a um acordo que contente ambas as partes.

Edição Especial

EDUCAÇÃO



Suplemento elaborado pelo
Centro de Educação da Fidene

UM ASSUNTO PARA TODOS

Atenção leitores do Cotrijornal, estamos apresentando para todos vocês uma edição especial do Suplemento de Educação e do Cotriol. É uma edição especial por dois motivos muito importantes. O primeiro é o conteúdo abordado, e o segundo motivo é a forma como elaboramos este jornal.

No Suplemento de Educação do mês de março lançamos o Concurso de Trabalhos Escolares sobre os 25 anos da Cotrijuí. Prometíamos naquela oportunidade que no jornal seguinte forneceríamos material de apoio para professores e alunos trabalharem sobre o assunto cooperativismo. É exatamente isto que fizemos. Como vocês poderão constatar, tudo o que publicamos tem relação com o tema. É portanto, uma edição especial porque trata somente de cooperação, união, cooperativismo e cooperativas.

Quando nos deparamos com a tarefa de elaboração deste suplemento especial, pensamos: Puxa! Não vai ser fácil preencher oito páginas sobre um assunto de tanta res-

ponsabilidade como é o cooperativismo. O que fizemos então? Fizemos exatamente o que o conteúdo do jornal nos sugeria: um jornal elaborado cooperativamente. Sim, fomos falar com diversas pessoas sobre o nosso problema e pedir a elas a sua cooperação. Não deu outra, todos assumiram como sua a questão por nós colocadas. Assim, os professores da Escola de 1º Grau "Francisco de Assis", do Departamento de Letras e do Departamento de Ciências Agrárias da Fidene, os alunos do curso de Cooperativismo; os funcionários da Cotrijuí; os funcionários da Fidene, enfim, todos se dispuseram em ajudar. Foi muito legal este trabalho! Tudo isto, no nosso entender, constitui-se no outro motivo para chamarmos de "especial" esta edição do nosso jornal.

Vamos voltar à questão do conteúdo, para fazer algumas considerações julgadas oportunas.

Pode ocorrer que muitos dos nossos leitores achem estranho o fato de termos colocado historinhas e

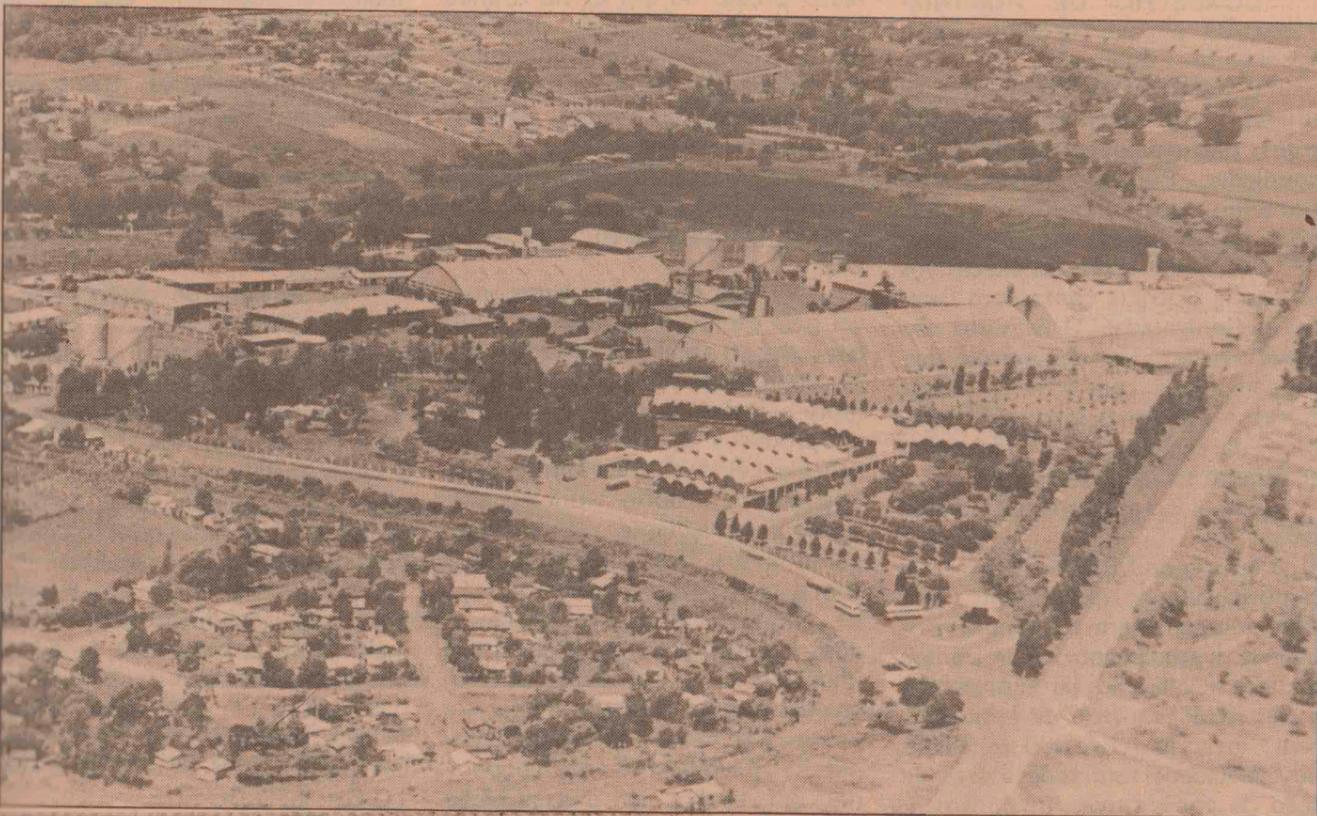
artigos que não abordam diretamente o assunto cooperativismo. Achar estranho porque os trabalhos do concurso solicitam este tema e nós dissemos que íamos fornecer subsídios para tal. No entanto, se observarmos mais atentamente as matérias publicadas, vamos verificar que o tema central de todas elas é a união e a cooperação. Este é um aspecto muito importante para o qual queremos chamar a atenção de todos, pois precisamos compreender muito bem esta questão.

Queremos dizer, que é preciso desenvolver o espírito de cooperação, de união, de coletivismo através da reflexão e da ação. Reflexão que poderemos fazer a partir da interpretação dos textos expostos neste nosso jornal. Ação que devemos desenvolver em nossa prática, em nosso dia-a-dia escolar e comunitário. No jornal anterior, quando procuramos expor alguns dos princípios metodológicos para o trabalho de redação e desenhos, destacamos a necessidade de primeiro trabalhar as informações com os alu-

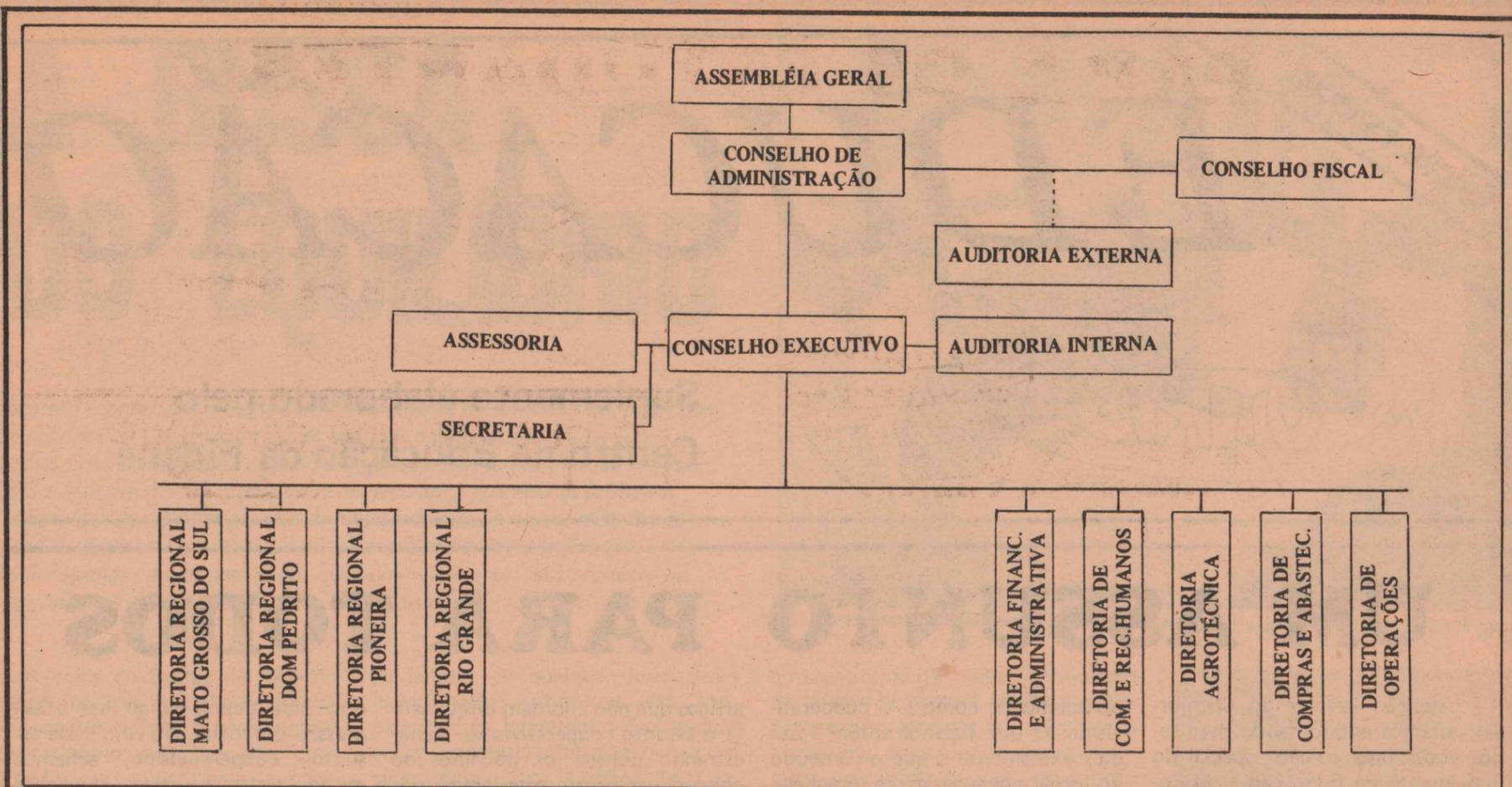
nos, para depois exigir-lhes a expressão das idéias. No caso deste assunto, cooperativismo, achamos muito salutar que estas atividades que antecedem a elaboração do desenho ou da redação envolvam estes dois aspectos, a REFLEXÃO E A AÇÃO.

Os artigos e histórias publicadas não estão limitadas para séries ou graus do ensino. Entendemos que a história do "João que não precisava de ninguém", por exemplo, pode ser estudada desde a 1ª série do 1º grau até a 3ª série do 2º grau. Assim também todos os demais textos podem ser utilizados em todas as séries. É evidente que um texto mais complexo não será trabalhado diretamente com os alunos menores, mas ao professor caberá a tarefa de encontrar formas de transmitir-lhes as informações afitadas. É importante encarmos todos estes textos, realmente, como recursos didáticos e que, a partir deles, se desenvolvam debates, leituras, exercícios e tantas outras atividades, tanto em sala de aula como também as extra-classe. O que estamos fornecendo para vocês, neste suplemento, são apenas alguns subsídios, pois muitos outros podem ser buscados junto às famílias dos associados e junto aos técnicos, agrônomos e comunicadores da Cotrijuí, além de outras fontes por nós não citadas. Por falar em fontes, não deixem de dar uma olhadinha na relação de artigos já publicados pelo próprio Cotrijornal, exposta na matéria "Consulte o Cotrijornal".

Para finalizar, queremos expressar aqui a nossa esperança de que este concurso, promovido pelo setor de Comunicação e Educação da Cotrijuí, para o qual nós da Fidene tivemos a satisfação de dar a nossa contribuição, não se reduza a um concurso simplesmente. Almejamos que este trabalho todo sirva para uma profunda reflexão por parte de todas as pessoas, dos oito aos oitenta, sobre esta busca incessante de caminhos que proporcionem uma situação de justiça social. O cooperativismo pode ser este caminho? Eis a questão central.



O concurso é para marcar os 25 anos da Cotrijuí



AFINAL, COMO ESTÁ ORGANIZADA A COTRIJUI?

Lendo, pensando, pesquisando, escrevendo sobre cooperativismo e sobre a Cotrijuí, em função do Concurso dos 25 anos, ficam muitas dúvidas que poderiam ser melhor pensadas e poderiam resultar em bons trabalhos para o Concurso.

Saber o que é mesmo a COTRIJUI, no que se refere a sua organização, pode ser útil a vocês que vão participar do concurso e, quem sabe, também a muitos associados. É por isto que procuramos mostrar aqui algumas informações sobre a organização administrativa da Cotrijuí.

ASSEMBLÉIA GERAL: O órgão máximo de decisão dentro da Cooperativa é a Assembléia Geral. Ela reúne todos os associados em iguais condições. Cada um tem os mesmos direitos de participar das decisões a respeito da Cooperativa.

Um problema foi avolumando-se. Chegou-se a mais de 20.000 associados, distribuídos desde a região da Campanha e Planalto no Rio Grande do Sul, ao Mato Grosso do Sul. E o problema configurou-se: como reunir tanta gente e de lugares tão distantes? A alternativa encontrada foi a nova Estrutura do Poder. Grupos de 150 associados indicam, em eleições especiais, seus representantes. Estes, reunidos com os núcleos, recebem as reivindicações e levam à assembléia em que todos discutem, buscam esclarecimentos e votam. Então voltam às bases com novas informações e recolhem novas reivindicações. Assim, a Assembléia de Representantes envolve pessoas de confiança dos associados, que decidem em seu no-

me. Isto facilita muito as decisões pois são representantes que reúnem-se, e não mais todos os associados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Associados que exercem liderança junto aos demais e são representativos perante o quadro social, são eleitos para compor o Conselho Administrativo pelo espaço de três anos, responsabilizando-se mais de perto pelos serviços a serem executados. Eles dividem-se em:

CONSELHO EXECUTIVO: —
 diretor presidente
 diretor vice-presidente
 diretor superintendente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: seis membros titulares e seis membros suplentes.

CONSELHO FISCAL: três titulares e três suplentes que, na Cotrijuí, participam em igualdade de condições. Por sua função, este Conselho tem renovados, a cada ano, dois terços de seus membros.

Além dos diretores executivos eleitos, a Cotrijuí conta com Diretorias Contratadas. O Estatuto não prevê a necessidade das pessoas que ocupam estes cargos serem associadas, porém a maioria dos membros destas diretorias pertencem ao quadro social da Cotrijuí.

São cinco as Diretorias Contratadas:

a) **Diretoria de OPERAÇÕES** — é a responsável pelo recebimento, limpeza, secagem e armazenamento dos produtos; escoamento até os pontos de industrialização ou exportação; manutenção da rede de armazenagem (mais de 1.200.000 toneladas de capacidade) em toda a área de ação da cooperativa; funcionamen-

to das balanças, moegas de descarga, secadoras, etc; transporte para os produtos.

b) **Diretoria de COMPRAS E ABASTECIMENTO** — é o setor que atende a parte de consumo dentro da cooperativa. Comprando em grandes quantidades, pode repassar gêneros alimentícios, vestuário, ferramentas, etc, por preços mais acessíveis às lojas e mercados destes aos associados. Atualmente, a Cotrijuí conta com duas centrais de abastecimento (Ijuí e Dourados) e trinta lojas espalhadas em suas áreas de atuação (Pioneira, Dom Pedrito, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul). Os cooperados, organizados em Conselhos de Consumidores, estabelecem normas para o setor, fugindo assim aos padrões consumistas da época.

c) **Diretoria ADMINISTRATIVA FINANCEIRA** — dinamiza a atuação da Cooperativa em todo os níveis.

Na área financeira, é responsável pela captação de recursos junto aos bancos oficiais e privados, para amortização de suas contas perante fornecedores; pagamento de produtos aos associados, folha de pagamento aos servidores; capitalização de próprio produtor, etc. Administrativamente, rege os comportamentos dos associados para com a cooperativa, e vice-versa.

d) **Diretoria AGROTÉCNICA** — duas funções distintas e ambas de importância: a assistência ao produtor nas áreas vegetal e animal, e a pesquisa de campo (CTC), para proporcionar alternativas aos cooperados em termos de diversificação

de culturas e criação. Agrônomos e veterinários oferecem orientação segura na condução de projetos agrícolas e pecuários. Realizam cursos com produtores e/ou seus filhos para aplicação correta de defensivos, manejo de pastagens, cuidados com os rebanhos (bovino, suíno e ovino), acompanhamento diário no desenvolvimento das culturas, auxiliados por técnicos de nível médio, distribuídos estrategicamente nas regiões de atuação da Cooperativa. e) **Diretoria de COMUNICAÇÃO E RECURSOS HUMANOS** — atende, à nível interno, a área de funcionários (seleção, treinamento, acompanhamento, pagamento, etc). A nível externo procura, como elo de ligação, inteirar o associado da dinâmica da Cooperativa. Realizando cursos, reuniões, organização de núcleos, programas de rádio e pelo Cotrijournal leva informações e esclarecimentos aos associados e ainda traz as reivindicações, sugestões, críticas...

Os serviços de conservação e proteção do patrimônio; a segurança nos locais de trabalho; a proteção à saúde são de competência desta Diretoria e do interesse dos associados e funcionários. A proteção à saúde realiza-se através de convênios para atendimento médico-hospitalar, gabinetes odontológicos, hospitais, orientações, palestras...

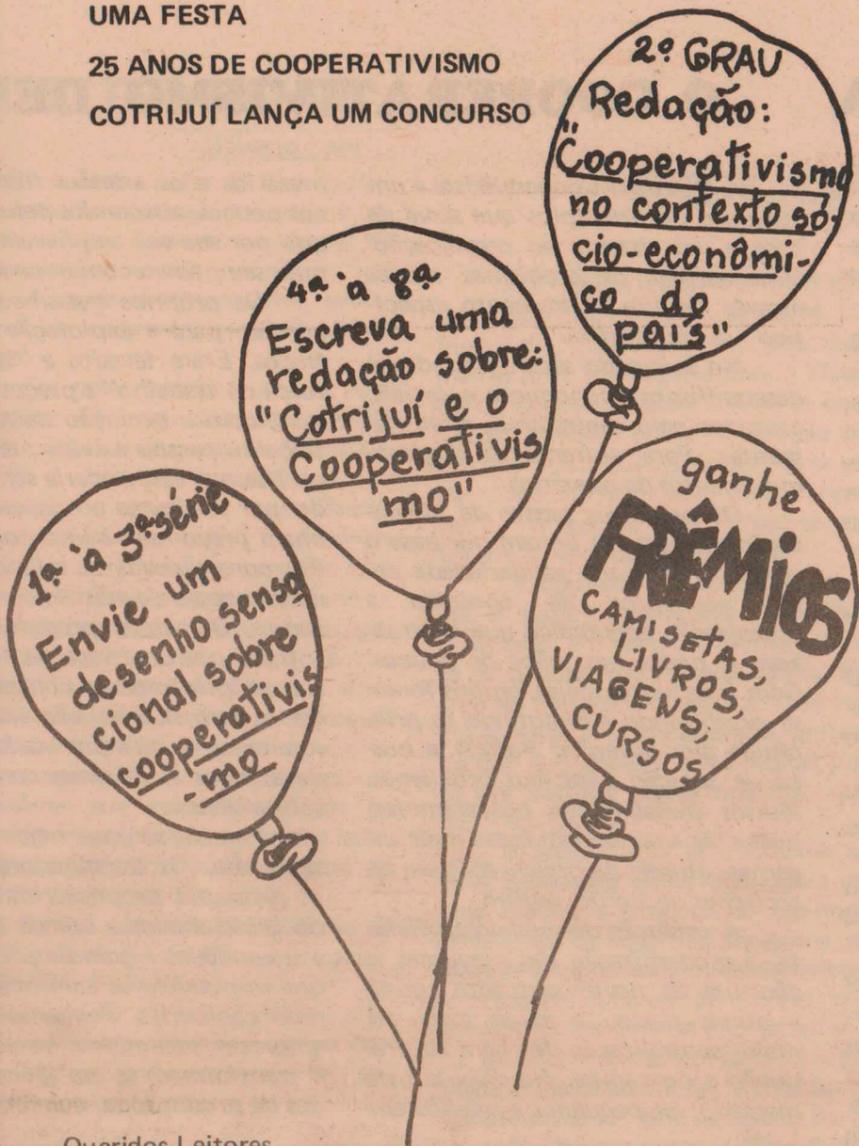
Existem ainda diretorias regionais que realizam um atendimento mais direto ao associado, cuidando do desenvolvimento dos serviços da Cooperativa em cada uma das suas quatro áreas: PIONEIRA, RIO GRANDE, DOM PEDRITO e MATO GROSSO DO SUL.

PARA OS ESTUDANTES

UMA FESTA

25 ANOS DE COOPERATIVISMO

COTRIJUI LANÇA UM CONCURSO



Queridos Leitores
Bom dia! Vocês são formidáveis!
Continuam chegando cartas muito boas a seu querido Cotrisol.

Desta vez estamos incentivando as crianças e jovens, juntos às escolas, a desenharem e escreverem sobre Cooperativismo. A Cotrijuí, em julho completará 25 anos de existência marcante junto a diversas comunidades. Esta data não poderia passar sem o envolvimento de todos vocês. Estão, pois, todos convidados a participarem deste sensacional concurso. Leiam as instruções em detalhes, no Cotrijornal anterior.

Como vocês puderam observar, os prêmios são ótimos e vale a pena participar. É fácil. Enviem um desenho ou uma redação sobre o assunto. Vamos escolher, através de equipes-julgadoras os melhores trabalhos. Depois publicaremos nos meses seguintes, aqueles que merecem ser conhecidos pelas crianças e jovens leitores do Cotrijornal.

O Endereço é:

Cotrijuí
Cotrijornal
Rua das Chácaras, 1513
Caixa Postal, 111 - IJUÍ-RS
CEP. 98.700



A COOPERAÇÃO - a solução

o que um não consegue



muitos conseguirão

O QUE É COOPERAÇÃO

- Cooperar é participar
- Cooperar é trabalhar juntos para resolver os problemas que são de todos.
- Cooperar é a própria essência do comportamento democrático.
- Cooperar é conversar, discutir, planejar e agir todos juntos.
- Cooperar é ouvir e saber ouvir
- Cooperar é um ato de responsabilidade.
- Cooperar é sinônimo de eficiência e produtividade.
- Cooperar para garantir a auto-expressão, espírito crítico e a auto realização.

Você pensa que cooperar é tarefa só para adultos?

Não! É desde a infância que se apreende a viver cooperativamente, resolvendo problemas simples, do dia a dia, junto a sua família, grupo de amigos, na Escola e na vizinhança.

JOÃO NÃO PRECISA DE NINGUÉM



Um dia João disse:
- Eu sou João e não preciso de ninguém.

- Eu posso andar por onde quiser.
- Eu posso pensar
- Eu posso fazer muitas coisas com minhas próprias mãos.
- Eu posso plantar uma árvore e comer o seu fruto.

João se sentou para esperar a árvore crescer. Enquanto João esperava, ele sentiu fome.

- Eu posso comer pão enquanto espero - disse João.

João pegou o pão e perguntou:

- Pão, de onde você vem?

- Eu venho de um pé de trigo - disse o pão.

- De um pé de trigo?! - falou, admirado, João.

Então o pão explicou para João:

- Um homem plantou uma semente e nasceu um pé de trigo.

- Um outro homem colheu o trigo em grandes cestos.

- Um outro homem moeu o trigo e fez a farinha.

- E um outro homem pegou a farinha e fez o pão.

João estava tão faminto que comeu o pão.

De repente começou a ventar. E ventou tanto que João sentiu frio.

- Eu posso vestir um casaco - disse João.

João pegou o casaco e perguntou:

- Casaco, de onde você vem?

- Eu venho da lã de um carneiro - disse o casaco.

- Da lã de um carneiro?! - disse, admirado, João.

Então o casaco explicou para João:

- Veio um homem e cortou a lã do carneiro.

- Veio outro homem e, da lã do carneiro, fez o fio.

- Veio outro homem e teceu o casaco com o fio de lã.

E João estava com tanto frio que vestiu o casaco.

Autores: Eliardo e Mary França

Era quase noite e João sentiu sono.

- Eu posso dormir na minha cama - disse João.

E João voltou para sua casa.

João se deitou na cama e perguntou:

- Cama, de onde você vem?

Mas João estava com tanto sono que dormiu antes de ouvir a resposta da cama.



A HISTÓRIA NA PRÁTICA

A DOCTRINA COOPERATIVISTA

Pedro Natal Nicoletti

A solidariedade humana sempre existiu, especialmente entre as classes mais carentes. No século passado, com o crescimento econômico e as novas frentes abertas pela Revolução Industrial, a opressão existente sobre o operariado era aviltante.

Um grupo de 28 artesãos, procurando fazer frente aos problemas, reunia-se a procura de soluções para o fato da exploração de que vinham sendo vítimas. Alguns deles, já haviam participado de movimentos de cooperação que haviam fracassado e, somando suas experiências, perceberam que o capital era fundamental para que uma organização pudesse enfrentar as dificuldades.

Um ano de reuniões, estudos e economia. Durante este tempo criaram normas que permitiriam um eficaz funcionamento da empresa. Com um capital de 28 libras esterlinas organizaram sua empresa de capital cooperativo. As normas de funcionamento, deram o nome de Princípios Cooperativos, que hoje representam a Doutrina Cooperativista.

Os princípios que regem a organização cooperativa são:

- adesão livre;
- controle democrático;
- neutralidade política e religiosa;
- desenvolvimento do ensino;
- vendas segundo o "justo preço";
- retorno "pro rata" de compras;
- vendas somente à vista;
- lucros limitados ao capital;

Na época de 1844 tais princípios foram assim entendidos:

ADESÃO LIVRE: também conhecido por "portas abertas", permite ao cooperativado optar, tanto para constituir a sociedade cooperativa como para dela sair. De acordo com este princípio, as cooperativas devem ser abertas a todos, sem restrição alguma a qualquer pessoa.

CONTROLE DEMOCRÁTICO: é feito através de assembleias com a participação de todos os associados. Nas assembleias são escolhidos os administradores e os membros do Conselho Fiscal; são debatidos os problemas e tomadas as decisões mais importantes. Nas votações cada associado tem direito a um só voto, podendo votar e ser votado, não importando o número de cotas-parte de que é detentor.

Assim, viabiliza-se o princípio da valorização humana.

NEUTRALIDADE POLÍTICO-RELIGIOSA: devido ao surgimento de várias religiões e ao fato de haver divergências entre os partidos políticos existentes, a empresa cooperativa

não deve adotar a bandeira de uma religião ou de um partido político. Deve se deixar, sempre, a cada pessoa a iniciativa de escolher o que lhe pareça melhor para si.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO: o ensino, nessa época, também era privilégio de minorias. Viu-se, pois, da necessidade de transmitir o saber de cada um para os outros, desenvolvendo-se, igualmente, a capacidade de cada sócio e dos futuros sócios. Visava-se com isso, o desenvolvimento cultural de todos, entendendo-se que pessoas cultas quase sempre tomam a melhor decisão.

VENDAS SEGUNDO O "JUSTO PREÇO": devido a experiências anteriores, que não deram certo, por não ser possível prever o custo exato, criaram este princípio pelo qual tenta-se alcançar o preço mais próximo do real, rateando-se, no final do exercício as sobras líquidas, de acordo com as operações realizadas por cada sócio na cooperativa.

RETORNO "PRO RATA" DAS COMPRAS: este princípio que retorna as sobras líquidas conforme as operações, capacita as cooperativas a abolir o lucro, pois, devolve ao associado aquilo que foi recebido além do "preço justo".

VENDA SOMENTE À VISTA: este princípio tem como finalidade impedir que se aumentem os preços para cobrir as perdas com os devedores que atrasam ou deixam de pagar. Evita-se, desse modo, a subordinação dos trabalhadores devedores aos vendedores, ensinando-se aos cooperativados a não assumirem compromissos além de suas condições econômicas.

JUROS LIMITADOS AO CAPITAL: por inserir-se num sistema onde o capital é remunerado este princípio tenta conciliar a doutrina com o sistema. Esta remuneração é pequena e fixa, de modo a pagar o capital, como simples fator de produção, sem lhe dar, no entanto, prioridade.

A Doutrina Cooperativista, como vimos, procura colocar em primeiro lugar o Homem. Procura fazer com que as pessoas ajudem-se a si mesmas, ajudando aos outros. Tenta corrigir os males do Sistema Capitalista e, ao mesmo tempo, prestar serviços. Portanto, a associação cooperativista permite ao consumidor eliminar o intermediário, tornando-o produtor dos bens necessários à satisfação de suas necessidades. Aos poucos, cria-se um sistema de cooperação no qual não haverá conflito, porque proprietário e usuário serão as mesmas pessoas. E as lutas desaparecerão por falta de combatentes.

O COOPERATIVISMO DE ONTEM E DE HOJE

Gilberto Lara

A Doutrina Cooperativista é um conjunto de princípios que serve de base a um sistema ou organização. Visa corrigir os problemas sociais através de um instrumento específico — a cooperativa.

No início do século passado os desequilíbrios econômicos e sociais, causados pelo capitalismo, eram flagrantes. Para enfrentá-los surgiram movimentos de operários.

Os primeiros passos da organização cooperativa tinham por base o auxílio mútuo e a solidariedade como elementos de oposição à organização econômica que centralizava o poder nas mãos de poucos. Com base nestas idéias, grupos foram se organizando e discutindo os princípios que deveriam nortear a busca de solução para seus problemas. Muitos trabalhadores buscaram respostas às suas necessidades mais urgentes, através da organização em associações de auxílio mútuo.

A evolução do modelo capitalista, a modernização das máquinas, a abertura de novos mercados consumidores, passou a exigir cada vez maior centralização dos bens de produção e do capital. Na disputa pelo mercado, os pequenos e médios em-

presários e os artesãos foram sendo, aos poucos, absorvidos pelos grandes, que por sua vez ampliavam cada vez mais seu poder econômico e político.

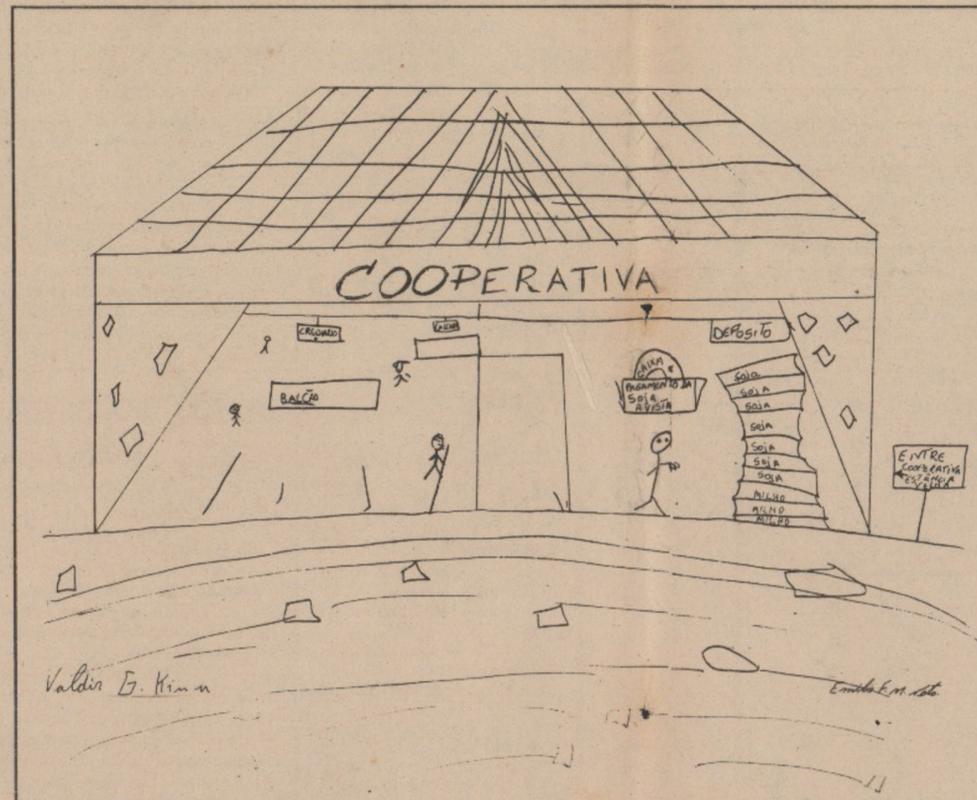
Os próprios trabalhadores corriam para a exploração dos mais fracos. Eram levados a "vender sua força de trabalho" a preços módicos, pois, com a evolução da máquina o trabalho passou a exigir menor esforço físico e, este poderia ser despendido por mulheres e crianças, que tinham preço mais baixo no mercado. Em consequência os salários baixavam e há excesso de mão-de-obra no mercado. Os desempregados brigam entre si por uma vaga para trabalhar e o próprio modelo coloca uns contra os outros. Eles vão ao ponto de sujeitar-se a qualquer salário, a fim de atender as mínimas condições de sobrevivência.

Percebe-se que hoje a história se repete. Os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários estão sendo pressionados a sair de suas terras e a vendê-las a grandes proprietários que respondem às exigências do modelo capitalista. Pequenas e médias empresas sucumbem ou associam-se e transformam-se em grandes unidades de produção ou comércio. A con-

corrência cedeu lugar ao monopólio, a economia de escala começou a ganhar terreno. E grupos e grupos de trabalhadores neste contexto, formam filas de desempregados, avolumando-se, cada vez, mais o conflito social.

Foi nesse contexto que as cooperativas firmaram suas bases, inspiradas pelos princípios de Rochdale, e hoje o conteúdo humanitário que norteava as primeiras experiências cooperativistas começa a diluir-se. Muitas, sob a pressão do modelo econômico vigente, vão se transformando em prósperas empresas, enquanto seus associados não conseguem a mesma prosperidade. Praticamente foram abandonados os princípios de Rochdale. O Estado estimula a difusão cooperativa como forma de transferir sua responsabilidade de oferecer condições econômicas, educação, saúde, orientação a todos, ao sistema cooperativista.

Parece que voltamos a antes de 1844 quando os movimentos cooperativos eram organizados de cima para baixo, sem a efetiva participação do povo, sem que surgisse a organização "das próprias entranhas do povo".



Os alunos do curso de Cooperativismo, da Fidene, tiveram como uma de suas tarefas de aula pesquisar e escrever sobre exatamente aquilo para o que estão se preparando: o cooperativismo. Aqui estão alguns destes trabalhos, onde eles contam a história e os princípios cooperativistas. E também questionam a participação dos associados e a estrutura atual do sistema.

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

Carmem E. Forgiarini

A cooperativa é uma sociedade de pessoas que juntas trabalham com um objetivo comum, defendendo os interesses do grupo, com a finalidade de proporcionar a cada um dos seus associados o melhor resultado de suas atividades. Os associados usam a cooperativa para conseguirem melhores serviços nas áreas tecnológicas, comercial e assistencial. As cooperativas devem trazer benefícios aos seus participantes.

É o associado o elemento vital para a existência da organização cooperativista. No momento em que este deixa de participar a cooperativa deixa de ter significado. Daí a necessidade dos sócios estarem conscientes de que a organização lhes pertence, sendo indispensável a sua presença em todos os acontecimentos.

Atualmente as cooperativas organizam um trabalho de comunicação e educação visando o incentivo para a participação. Neste trabalho procura-se destacar os benefícios oferecidos pelo sistema cooperativista, a importância de todos unirem-se em grupos para a discussão e busca de solução dos seus problemas. O verdadeiro cooperativismo se faz com a participação consciente e integrada de todos.

INGLATERRA - 1844

Léo Caye

Sem dúvida o Movimento Rochdale, ocorrido no ano de 1844, na Inglaterra, constitui-se no acontecimento mais importante para a história do cooperativismo. Há de se considerar também que a Revolução Industrial contribuiu para que tal situação fosse concretizada, pois a Inglaterra, na época, encontrava-se em franca prosperidade industrial.

Os conflitos são, então, evidentes. A máquina começava a substituir o homem, em vista da intensa procura de tecidos, nas fábricas. O pão faltava na mesa dos operários. O salário era escasso. A classe operária, oprimida que era, começa a reivindicar junto aos patrões, como uma nova força, — a UNIÃO.

Alguns, dadas as condições de vida, pensavam em emigrar para outras regiões a procura de melhores condições. Outros, mais corajosos, resolvem estudar mais cuidadosamente a situação. Depois de muitas reuniões, debates, análise de alternativas, os tecelões concluíram que a cooperação é que poderia ser a solução. O cooperativismo seria a única forma de enfrentar e superar as divergências sociais. Assim, os 28 tecelões subcreveram um capital de 28 libras esterlinas (uma por participante, fruto de longa economia) e fundaram um

O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM OS ASSOCIADOS?

Sonilda Silva Pereira

Os editais de convocação para assembleias, que saem nos jornais das próprias cooperativas, mostram a preocupação destas para com a participação dos associados nas mesmas. No entanto a presença tem sido pequena e assustadoramente passiva.

O que estará acontecendo com os associados?

Será que não acreditam mais na sua própria empresa? Talvez...

Apesar dos problemas enfrentados pelas cooperativas, no importante mundo dos negócios, o produtor continua desconfiando, sem lhe dar muito apoio. Ele sente-se incapaz diante de tantos obstáculos e explorações. Sua capacidade de entendimento está nos limites. Sente-se desanimado. Por isso deixa as vezes deliberadamente, de atuar como sócio de sua empresa.

Agindo assim cada um contribui, ainda mais, para que o problema já existente fique cada vez mais grave.

O caso da cooperativa e dos cooperados, está como a situação de um doente. Este ao saber que tem algo parecido com câncer, desiste de se tratar. Logicamente aquilo que "parecia" pode tornar-se câncer. Ele não luta mais. Também a família já conforma-se. Não aparece ninguém capaz de dar

forças e convencer o doente e os demais que ainda existe uma saída, um tratamento pode resolver.

Enquanto o produtor fica neste dilema, nessa descrença, a empresa Cooperativa cresce e aparece. Seu capital patrimonial avança solidamente. Sendo representado pelos enormes e imponentes prédios e armazéns que nem sempre atendem às reais necessidades dos associados.

Por outro lado o associado está sufocado pelas dívidas. Dívidas feitas por financiamentos para compra de implementos agrícolas e insumos para sua lavoura. Os insumos, herbicidas, adubos, etc. são produtos vendidos nas próprias cooperativas, apontados, muitas vezes, pelos agrônomos e técnicos, que fazem parte das mesmas, como extremamente necessários.

Diante da complexidade destes fatos, está o homem simples do interior, que luta desesperadamente para sair do emaranhado mundo dos financiamentos. Porém, ele ainda não parou para refletir, em cima dos acontecimentos presentes e passados. Sentiu e sente medo de expor aos seus colegas produtores, seu ponto de vista. Vê que todos estão na mesma situação, só não entende porque.

Para este humilde homem do campo, está faltando a luz que lhe indique o caminho certo. O caminho que só pode ser iniciado pela união, organização e conhecimento de sua própria realidade. Pois é somente através da conscientização que o agricultor terá condições de conquistar o lugar que merece, dada a importância do trabalho que realiza.

A partir do momento em que o produtor começa a despertar, ele voltará a atuar como um autêntico sócio em sua empresa. Um sócio que está marginalizado mas que consciente do papel que desempenha volta como membro ativo assumindo junto à empresa da qual faz parte.

Nesta fase de despertar do associado, o departamento de comunicação e educação desempenha um papel de fundamental importância. É ele que vai até o associado e do associado à cooperativa. Formando uma ponte de comunicação entre os mesmos. Leva à cooperativa as reivindicações e novamente ao associado dando as devidas aplicações. E, é nesta troca de conhecimentos e práticas que começam a ocorrer e destacar-se algumas inovações importantes para o sucesso das cooperativas e de seus associados.

DOIS FATOS PARA PENSAR

O caminhão

Pedro chama seu amigo:

- Marcelo, venha ver que caminhão bonito!

Marcelo chega e diz:

- É, mesmo. E você sabe do que está carregado, Pedro?

- É com a soja do tio Antônio. Vão levar para a Cooperativa.

- Mas ele já vendeu?

- Não, respondeu Pedro. Ele simplesmente vai entregar em depósito e aguardar melhor preço pois com o preço que está não vale a pena vender agora. Já para aguardar mais uns meses.

A venda dos produtos

Seu Antônio, depois da colheita, guardava os produtos no galpão para aguardar preço.

Esperava, esperava...! Todos os dias escutava o noticiário para ver qual o valor que estavam pagando pelos produtos.

Ele já estava começando a se preocupar, pois dali a alguns dias vencia o prazo para pagar as dívidas e o preço ora aumentava, ora diminuía. Seu Antônio pensava: "vou ter que acertar meu milho no preço que está agora, nem que perca uns trocados Assim pago minhas dívidas e me livro do compromisso. Dito e feito.

Foi naquele dia mesmo a Cooperativa e acertou seu milho pelo preço do dia.

Na semana seguinte a cotação dos produtos começa a aumentar. Seu Antônio ficou muito sentido com o dinheiro que havia perdido de ganhar.

<p>Apresentamos: O TIME autor. Tené Ed. Ática (Veja qual é o tema desta adaptação...)</p>	 <p>A turma combinou um jogo para domingo.</p>	 <p>Bertão limpou o ferreiro, Eliseu e Doca fizeram as travess.</p>	 <p>Flávio treinou o time</p>	 <p>Bertão ficou doente e Duda foi convidado para jogar em seu lugar</p>
 <p>Duda era bom goleiro, não passava uma!!!</p>	<p>Mas havia um problema. E as camisas? Reuniram-se para decidir. Flávio deu a idéia de trabalharem. Aceitaram.</p>	<p>Duda vendeu jornal. Doca vendeu garrafas... Eliseu engraxou sapato. Tos...</p>	 <p>Com a ajuda de todos puderam comprar as camisas</p>	<p>É no domingo... todos alegres. O time estava pronto!!</p>

COMO CONSTITUIR UMA COOPERATIVA

A constituição de uma Cooperativa começa com a constatação de um problema que é comum a um certo grupo de pessoas. A cooperativa é uma associação de pessoas, que em igualdade de direitos e deveres, reúnem-se para o desempenho de determinada atividade econômica. O objetivo é satisfazer suas necessidades, mas sem que seu funcionamento esteja sujeito ao domínio do capital ou do lucro.

Constatado o problema (ou os problemas) o grupo passa a reunir-se, discutindo o que acontece e buscando saídas. Se a saída para o grupo é a constituição de uma Cooperativa, o próximo passo é estabelecer os objetivos da mesma. Estes objetivos irão direcionar toda a estrutura e as atividades da Cooperativa.

Até o estabelecimento dos ob-

jetivos e definição do funcionamento da Cooperativa, o grupo de fundadores deverá reunir-se várias vezes e discutir muito o que é uma Cooperativa e qual o papel de cada um nessa instituição. Esta discussão deixará bem claro, entre o grupo, a filosofia do Cooperativismo, criando entre eles o verdadeiro sentido de cooperação e clima de comunidade.

Definidos os objetivos, o grupo deverá estabelecer as normas de funcionamento da Cooperativa a ser criada, delegar poderes, estabelecer e estrutura administrativa, de fiscalização e assessoria, além de elaborar o Estatuto Social, que passará a ser a lei máxima da entidade. Esse estatuto deverá ser aprovado, juntamente com a fundação e escolha dos elementos da diretoria da Cooperativa. Isto tudo deve aconte-

tecer numa Assembléia Geral.

A Assembléia Geral dos associados da Cooperativa passa a ser o seu órgão máximo. Tem poder de decisão, inclusive de modificação dos seus Estatutos Sociais, desde que especialmente convocada para tanto e com a aprovação da maioria absoluta dos associados presentes.

A CONSTITUIÇÃO

Realizada a Assembléia Geral de constituição da Cooperativa, deverão ser encaminhados alguns documentos ao órgão normativo do cooperativismo, que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Os documentos são os seguintes: a) Ata da Assembléia Geral de Constituição; b) Estatuto Social; c) Lista nominativa dos associados fundadores, que deverá ser no mínimo de 20 (vinte) associados; d) um estudo de viabilidade econômica, caracterizado pelo levantamento das condições mínimas de funcionamento da sociedade; e) declaração datada e assinada pelo presidente da Cooperativa de que os eleitos para os órgãos de administração da sociedade não estão impedidos de exercerem os seus cargos por problemas legais; f) ofício do presidente da cooperativa ao chefe da Divisão Estadual Técnica, ou ao Coordenador Regional do INSCRA, solicitando o encaminhamento da documentação ao DD em Brasília - DF; g) Requerimento datado e assinado pelo presidente da cooperativa, dirigido ao Diretor do DD, solicitando autorização para o funcionamento da cooperativa. Feito isso, o que resta é aguardar a autorização de funcionamento.

OS DIREITOS E OS DEVERES

Uma vez funcionando, a Cooperativa, através de sua diretoria, juntamente com seus associados, deverá fazer o máximo para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados, deixando de lado as individualidades e pensando sempre na Cooperativa como um grupo que, como todos, também tem dificuldades.

Para que as individualidades desapareçam, a Cooperativa atribui a seus associados alguns Direitos e Deveres, que nascem da própria filosofia do Cooperativismo. Os direitos são os seguintes: a) votar e ser votado; b) participar de todas as operações da cooperativa; c) receber retorno proporcional no fim do ano; d) examinar livros e documentos; e) convocar Assembléias caso seja necessário; f) pedir esclarecimentos ao Conselho de Administração; g) opinar e defender suas opiniões; h) propor ao Conselho de Administração ou à Assembléia Geral, medidas de interesse da cooperativa.

Os Deveres são os seguintes: a) operar com a cooperativa; b) participar das Assembléias da cooperativa; c) entregar toda a sua produção à cooperativa; d) pagar suas quotas-partes em dia; e) aumentar o seu capital na cooperativa; f) acatar decisões da maioria; g) votar nas eleições da cooperativa; h) cumprir seus compromissos para a cooperativa.

SOBREVIVER NO CAPITALISMO

Constituir uma cooperativa não é difícil. Difícil é fazer com que ela realize seus objetivos e que sobreviva dentro de um país com economia capitalista e com altos índices de inflação. Em tal situação as cooperativas servem principalmente para viabilizar o sistema do país. Sabemos que no sistema capitalista o capital está acima do trabalho, e no cooperativismo o que se quer é que o trabalho esteja acima do capital. No entanto aquele acaba tendo que atender os interesses do capital, para sua própria sobrevivência.

Outro problema sério que as Cooperativas encontram, para alcançar os seus objetivos, é a falta de uma política agrícola estável. Numa política em que as "regras" mudam de ano para ano, de safra para safra, as cooperativas caem no dilema de não saberem o que fazer para seus associados. Essa instabilidade, de "regras" relaciona-se, principalmente, quanto ao crédito rural, ao preço mínimo, às normas de comercialização, aos incentivos fiscais e às normas de exportação dos produtos.



A cooperativa inicia quando um grupo constata que vive um problema comum



A Assembléia Geral é o órgão máximo de decisão em uma cooperativa

A UNIÃO CONTA A EXPLORAÇÃO

Para acontecer a produção agrícola e pecuária, são necessários inúmeros preparativos e cuidados que são desenvolvidos pelos que trabalham neste setor. O trabalho de uma lavoura envolve o plantio, os cuidados com as pragas e insetos, a colheita e, além disso, o transporte e a comercialização. Na criação de animais, também temos as diversas atividades específicas. Desde os cuidados com a reprodução, a alimentação, as doenças, até as tarefas de transporte e comercialização. Toda esta produção envolve um custo. Além da mão-de-obra, que em muitos casos é da família proprietária, noutros temos os empregados, existem as despesas com máquinas e ferramentas, sementes, adubos, inseticidas, herbicidas, remédios, vacinas, etc. O preço destas mercadorias são muito elevados, o que contribui para aumentar bastante as despesas, aumentando assim os custos e, conseqüentemente, diminuindo o lucro. Quando vai se vender os produtos, os preços na maioria das vezes não são compensadores. Aí, todos reclamam dos preços mínimos. Já no momento em que os consumidores, sejam eles do interior ou da cidade, vão comprar uma mercadoria, gritam que o preço está muito alto. Vejamos um exemplo: — os criadores de porcos reivindicam um valor mais justo para seu produto. É muito pouco o que os frigoríficos lhes pagam. No entanto, os que vão adquirir carne, salame, salsicha... levam um susto na hora de passar pelo caixa do supermercado.

Esta situação indica, e todos nós sabemos, o quanto os agricultores são explorados, tanto quando vendem seus produtos, como também no momento de comprar o que necessitam para plantar ou criar animais. Assim, o seu trabalho é pouco valorizado, da mesma forma como é desvalorizado o trabalho dos assalariados urbanos. É claro que não é bem o mesmo caso, porque o empregado na cidade não é proprietário, e o agricultor, muitas vezes, é dono da terra e dos instrumentos de trabalho.

Vimos que existe uma situação de exploração. Se existe esta situação, ela envolve naturalmente duas partes, uma explorada e outra exploradora. A exploradora são os que trabalham, os que produzem. A exploradora, são as grandes empresas, as multinacionais, os grandes proprietários de terras.

Poderíamos escrever bastante sobre esta questão. No entanto, achamos que estas poucas palavras já são suficientes para tentarmos colocar algumas idéias sobre a questão da participação em sindicatos e cooperativas.

Entendemos sindicato, uma entidade associativa que tem como finalidade principal, defender os interesses dos seus associados. Temos o exemplo recente da luta do confisco, onde os sindicatos rurais tiveram uma brilhante participação. Esta entidade de classe atua como um instrumento de reivindicação. Através dela, os agricultores tentam diminuir o grau de exploração a que nos referimos.

A cooperativa é também uma organização de pessoas para defender interesses comuns. Naturalmente possui campos de atuação diferentes do sindicato. No caso dos agricultores, é através das cooperativas que acontece a comercialização dos produtos de forma conjunta, podendo conseguir um preço mais elevado para os mesmos. Também de forma cooperativas, os produtores rurais podem diminuir os custos da produção e, se diminuem as despesas, aumentam os lucros. A exemplo do sindicato, a cooperativa também torna-se um instrumento pelo qual o agricultor luta para amenizar a exploração de que é vítima.

Somente vendo estes aspectos, podemos concluir o quanto é importante e necessária a participação em todas as reuniões dos sindicatos e cooperativas. E não só em reuniões, mas participar ativamente, defender estes instrumentos de luta em toda a sua autenticidade.

Não podemos ter a ilusão de que o sindicato e a cooperativa tragam, em sua atuação, as soluções para todos os nossos problemas. Creio que fomos claros quando afirmamos que através destes órgãos poderíamos diminuir a exploração, e não terminar com ela. Por outro lado, é oportuno também afirmar que é participando, e debatendo com os demais companheiros, que vamos descobrindo os caminhos para de fato terminar com a existência de oprimidos e opressores. É nadando que se apreende a nadar. É participando, debatendo idéias, assumindo posições, organizando movimentos de reivindicações, que vamos definindo ou encontrando os rumos desta caminhada.

CONSULTE O COTRIJORNAL

O Cotrijornal, em todos os seus números, apresenta artigos ou reportagens que tratam da atuação da cooperativa. A pesquisa nos jornais irá auxiliar a todos que pretendem participar do concurso, em especial aos alunos de 1º grau, escrevendo sobre a Cotrijuí e o cooperativismo. Para facilitar a procura de material, bem como dar mais tempo para a leitura dos textos e elaboração das redações, organizamos esta relação de matérias publicadas nos anos 80-81-82

Mês	Página	Assunto	Título	
Janeiro/80	13-16	Comercialização	— Escolha como vender sua soja	
	22-23	Comercialização	— Programar para vender melhor	
	28	Pesquisa	— Mais gente envolvida	
Fev-Mar/80	13	Estrutura do Poder	— O que devem fazer os representantes?	
	20-21	Comercialização	— Quanto dá de desconto?	
Abril/80	3	Modelo Agrícola	— Uma luta ganha	
	20	Organização	— Procura-se um modelo	
	22	Participação	— A participação da mulher	
Maio/80	3-5	Modelo Agrícola	— Um debate aberto	
	8	Cooperativismo	— O sistema resiste	
	22	Comercialização	— Como funciona o negócio	
	24	Participação	— Representantes discutem saúde, consumo e modelo.	
Junho/80	6	Associativismo	— O que fazem a cooperativa e o sindicato?	
	14-15	Estrutura do Poder	— Mais um teste para a estrutura do poder	
	15	Serviços-Saúde	— De um hotel surge uma casa de saúde	
	16	Organização	— Mudança no Estatuto	
	16-17	Vários	— Relatório do conselho: como foi 1979	
Julho/80	3-4	Cotrijuí	— Há 23 anos foi plantada a semente	
	10-11	Cooperação	— Pelo menos o socorro não é mais problema	
	11	Cooperação	— Toda a comunidade está envolvida	
	12	Serviços-Saúde	— A ajuda do Bom Pastor	
	13	Serviços	— O armazém mais perto da lavoura	
	16-19	Cooperativismo	— É possível fazer, ainda hoje, cooperativismo?	
	29	Participação	— Reunião só da juventude	
Agosto/80	5	Cooperativismo	— A Fecotrijo mudou. É hora de voltar?	
	16-17	Participação	— Os jovens com a palavra	
Setembro/80	23	Estrutura do Poder	— As questões da estrutura do poder	
	14-15	Estrutura do Poder	— A prática do poder	
Outubro/80	11	Política Agrícola	— O maior apelo: uma política voltada à realidade do Mato Grosso do Sul	
	21	Serviços	— Integração das cooperativas, economia dos associados.	
	25	Participação	— Os 10 anos do núcleo Piratini	
	Novembro/80	4-7	Estrutura do Poder	— Estrutura do poder
	Dezembro/80	13-14	Participação	— A votação foi grande
Janeiro/81	3	Cotrijuí	— Como é corrigida a cota capital	
	24	Cotrijuí	— A cooperativa desiste de um projeto na Amazônia.	
Junho/81	4	Cooperativismo	— Em Caaparó um desafio: A produção indígena	
	5-6	Cooperativismo	— O crédito do próprio produtor	
Agosto/81	4	Cooperação	— Comprar em conjunto para pagar menos	
	16-17	Cooperativismo	— Um "olhar para dentro" das cooperativas	
	22	Participação	— A mulher como representante	
Outubro/81	4-5	Cotrijuí	— O patrimônio em nome de seus donos de fato.	
	11	Participação	— Representantes buscam atuação mais direta	
	Suplemento Educação	Participação	— A gente passou muito ligeiro do boi para o tractor, mas a cabeça...	
Novembro/81	27	Participação	— A hora da mulher brigar	
Dez/81-Jan/82	15	Cotrijuí	— Um plano para 10 anos	
	Fevereiro/82	11-12	Estrutura do Poder	— Quatro dias de votação
Março/82	18	Cotrijuí	— O CTC quer mostrar o que faz	
	13-17	Estrutura do Poder	— Mais um passo no aumento da participação	
	22	Cooperativismo	— O senador cooperativista	
	26	Cooperação	— A idéia posta em prática: um centro de enfermagem no núcleo.	

O jornal é feito para o associado — aproveite-o